Órgão Central do Partido Comunista Português

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Semanário

Director: António Dias Lourenço

Ano 59 – Série VII – N.º 809
29 de Junho de 1989
Preço: 50$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

AUTÊNTICO «ESTADO DE SÍTIO»

BARQUEIROS

Em Barqueiros, a população colocou cartazes e acendeu velas no local onde o jovem José Carlos Simões foi abatido pela GNR

(Telefoto/Lusa)

Pág. 6/**Semana**

a festa!

A Festa de A a Z

A pouco e pouco, a Festa aproxima-se. Vendo bem as coisas faltam apenas dois meses. Um período de tempo breve que em termos deste jornal quer dizer uma escassa dezena de números. Que tentaremos aproveitar ao máximo para levar junto de si, amigo leitor, a informação, o pormenor, o comentário, o apelo, a ideia e o convite fraterno tendo em vista o encontro de 8, 9 e 10 de Setembro, em Loures. Como «aquecimento» para esta maratona — que afinal já começou com o nosso suplemento especial publicado no passado dia 1 de Junho — aqui vai uma proposta de itinerário. É a Festa de A a Z.

Ares. Este ano a Festa será ainda mais espaçosa. Mais, mais, importante que a área, é a profunda renovação da imagem. Tudo vai mudar...

Bienal. Em Loures teremos em Setembro a 6.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!». Um grande acontecimento cultural em perspectiva. Álvaro Perdigão é o artista em foco, que é como quem diz o homenageado desta edição.

Caminhos. Em 8, 9 e 10 de Setembro todos os caminhos vão dar a Loures, mais concretamente à zona do Infantado. Para os residentes na vila, aconselhamos um óptimo caminho que vai ser melhorado — passa por beto da vis-rápida e vai desembocar à entrada da Festa. Conhecem?

Damas. Uma presença obrigatória na vasta programação desportiva da Festa do «Avante!». Os melhores damistas portugueses costumam passar por lá. E já agora, atenção aos «damas internacionais» — uma modalidade com muitos apreciadores, mas a necessitar de mais divulgação no nosso país. A Festa vai dar uma ajuda.

Esforço. «Quem quer festa sua-lhe a testa». É verdade mas não é coisa que assuste os militantes comunistas. Esforço, sinónimo de trabalho, de união de vontades para pôr de pé o maior convívio e a maior festa deste País. Amigo leitor, colabore nas jornadas de trabalho voluntário. Aos fins-de-semana vá ao encontro dos bons ares da lezíria.

Festa. O Mundo é o País em Loures, de 8 a 10 de Setembro. Já tem EP?

Gulash. A húngara, pois claro. A cozinha internacional estará na Festa, como já vem sendo hábito. Quem é que ainda não provou as especialidades da Hungria, de Cuba, da Checoslováquia, de Cabo Verde ou de outros países que costumam estar representados na Festa através dos jornais irmãos?

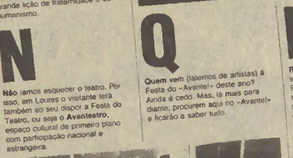
Hotel. Dentro da Festa não há, não senhor. Mas haverá um parque de campismo e com condições melhoradas.

Internacionalismo. Uma afirmação vibrante da Festa do «Avante!». A presença dos países socialistas, do movimento comunista internacional, do movimento de libertação nacional, dos jovens países de língua oficial portuguesa.

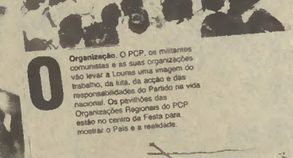
Juventude. Em perspectiva uma forte, animada e irreverente presença juvenil em Loures. E a Festa até lhes reservou um belo espaço...

Livros. Juntamente com os discos, regressam ao convívio dos largos milhares de visitantes da Festa. Uma boa oportunidade para escolher e comprar a preços especiais.

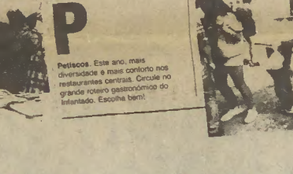
Muitas. De facto, muitas são as razões para ir à Festa do «Avante!». Há «jornalistas» que fazem reportagem da Festa sem lá entrar. Ficam pelos acessos e comentam depois o grande movimento dos vendedores ambulantes. Mas há também quem vá a Festa essencialmente porque ela é uma grande lição de fraternidade e de humanismo.



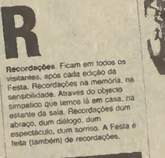
Não. Vamos esquecer o teatro. Por isso, em Loures o visitante terá também ao seu dispor a Festa do Teatro, ou seja o **Avanteatro**, espaço Cultural de primeiro plano com participação nacional e estrangeira.



Organização. O PCP, os militantes comunistas e as suas organizações vão levar a Loures uma imagem do trabalho, da luta, da acção e das responsabilidades do Partido na vida nacional. Os pavilhões das Organizações Regionais do PCP estão no centro da Festa para mostrar o País e a realidade.



Petiscos. Este ano, mais diversidade e mais conforto nos restaurantes centrais. Circule no grande roteiro gastronómico do Infantado. Escolha bem!



Quem vem (talemos de artistas) à Festa do «Avante!» deste ano? Ainda é cedo. Mas, lá mais para diante, procurem aqui no «Avante!» e ficarão a saber tudo.

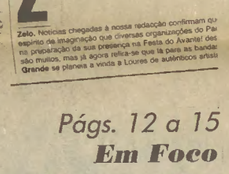
Recordações. Ficam em todos os visitantes, após cada edição da Festa. Recordações na memória, na sensibilidade. Através do objecto simpático que temos lá em casa, na estante da sala. Recordações dum abraço, dum diálogo, dum espectáculo, dum sorriso. A Festa é feita (também) de recordações.

Sabia que... este ano o basquetebol vai ter uma presença especial no programa desportivo da Festa? E que o Palco 25 de Abril vai mudar de local, ficando mais no coração da Festa? E que este ano, na sua 6.ª edição, a Bienal de Artes Plásticas contará também com presenças estrangeiras em exposições autónomas de características quase inéditas no nosso país? Sabia que...

Trânsito. Chegar à Festa em Setembro vai ser mais fácil. Já explicamos porquê, num suplemento de 8 páginas dedicado à Festa (edição de 1.06.89). Oportunamente desenvolveremos o assunto.

Unitária. A força unitária que é a CDU estará presente na Festa do «Avante!» 1989 não fosse ano de eleições para o Parlamento Europeu, não será apenas ano da XIII Festa do «Avante!». É que lá para Dezembro os portugueses voltam as urnas: desta vez para escolher os responsáveis no Poder Local democrático. Entre outros aspectos, o trabalho das autarquias e da CDU vai marcar presença relevante no Infantado.

Vídeo. Factor de ane vulgarização de várias vídeo vai estar na Fe «Avante!» com os m diversificados object enquadramentos.



Xadrez. Na zona tabuleiros voltam esteja atento. E p simultâneas.

Zelo. Notícias chegadas à nossa redacção confirmam qu espírito da imaginação que diversas organizações do Pa na preparação da sua presença na Festa do Avante! des são muitos, mas já agora refira-se que lá para as bandas Grande se planeia a vinda a Loures de autênticos artista

Págs. 12 a 15
Em Foco

Nota do Executivo da Comissão Política do Comité Central

A ofensiva do Governo contra o poder local

1 O Governo PSD e a sua maioria parlamentar persistem no afrontamento ao Poder Local e à Assembleia da República.
É assim que impõem o agendamento, até ao final dos trabalhos parlamentarés, de diplomas que têm vindo a merecer o mais vivo repúdio por parte dos órgãos das autarquias locais, da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e da Associação Nacional de Freguesias Portuguesas (ANAFRE).

2 É o caso da Proposta de Lei sobre o regime de tutela através do qual o Governo persiste em arrogar-se poderes de dissolução dos órgãos autárquicos, atribuindo aos Governadores Civis o papel de fiscais tutelares e escusando-se a tipificar todo o processo de tutela e a remeter para os tribunais a competência exclusiva da aplicação de sanções.
O PCP reafirma-se favorável ao fortalecimento de medidas de combate à corrupção, ao compadrio e à ilegalidade, mas reafirma, igualmente, que não aceita a invocação abusiva de tais actos para justificar o recurso à arbitrariedade e ao uso partidarizado da tutela, designadamente com propósitos eleitoralistas.

3 O Executivo da Comissão Política chama a atenção para o facto de o PSD se ter recusado a agendar a discussão do regime de permanência dos membros das Juntas de Freguesia, condição importante para, através da dedicação exclusiva de alguns dos seus eleitos, poderem melhor intervir e, inclusivé, levar mais longe a participação das freguesias nas receitas municipais e na assunção de mais vastas atribuições e competências decorrentes directamente da lei.

4 O Governo, nestes últimos dias de trabalho da Assembleia da República, entregou e fez agendar a discussão de duas autorizações legislativas sobre os «Bens do Domínio Público Hídrico do Estado» e «Planos Municipais de Ordenamento do Território», matérias sobre as quais os municípios, os seus órgãos e eleitos, a ANMP e outras organizações profissionais se manifestaram claramente contrárias às posições governamentais.
Relativamente à autorização legislativa sobre recursos hídricos, as propostas de decretos-leis e decretos regulamentares mereceram oposição fundamentada quer dos cerca de 60 municípios reunidos em Santarém em Abril de 1988, quer da APDA (Associação Portuguesa dos Distribuidores de Água), quer da APRH (Associação Portuguesa de Recursos Hídricos).
As propostas em discussão eram claramente centralizadoras, retirando competências municipais, contrariavam a liberdade de associação e consagravam uma participação insuficiente, introduziam o princípio do utilizador-pagador de forma estritamente punitiva, não encarando um regime de incentivos e criando uma sobrecarga financeira que faria suportar às populações em causa taxas incomportáveis.
Quanto aos Planos Municipais de Ordenamento do Território, a Proposta de Lei de Autorização Legislativa — de novo de conteúdo vago — revoga todas as principais disposições contidas no Decreto-Lei n.º 77/84 (delimitação e coordenação das actuações da Administração Central e Local no domínio de investimentos públicos) que respeitam às competências dos municípios nesta matéria e obedece igualmente a uma orientação centralizadora.

5 O Executivo da Comissão Política chama a atenção para a importância do agendamento da ratificação do decreto-lei que limita a intervenção dos municípios no plantio de eucaliptos e de outras espécimes de crescimento rápido, na qual o Grupo Parlamentar do PCP teve um papel determinante. O PCP, que defendeu nesse debate as competências dos municípios e a sua intervenção no ordenamento florestal, de modo a defender o equilíbrio ecológico e os interesses das populações, reprova a manutenção das disposições legais em causa, da inteira responsabilidade do PSD.

6 Os eleitos do PCP nas autarquias locais, na ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses), da ANAFRE (Associação Nacional das Freguesias Portuguesas) e na Assembleia da República, desenvolverão todos os esforços no sentido de reforçar e preservar o Poder Local Democrático dos claros atentados à sua autonomia e acção que o governo e ó PSD se preparam para concretizar.

26 Junho 1989

Comentários aos resultados eleitorais

Um balanço positivo

Dirigentes e organizações do Partido dizem como, nas suas perspectivas, entendem os resultados eleitorais. Depoimentos dos deputados eleitos Carlos Carvalhas e Maria Santos.

Págs. 1 a 11
Em Foco

Reuniu o CN da CGTP

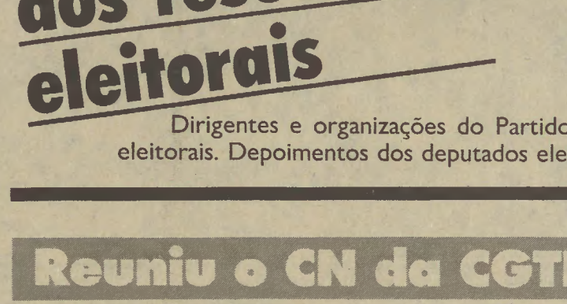
Revisão intercalar do salário mínimo é uma vitória do movimento sindical

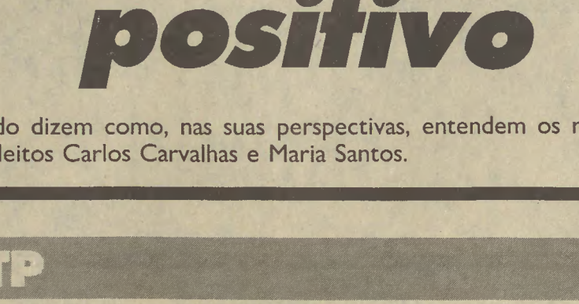
Pág. 3
Semana

MANTEM-SE VAGA DE GREVES

Alfândegas, professores do ensino superior, trabalhadores da saúde, enfermeiros, barcos do Tejo, transportes do Porto, Cervibel, Favorita anunciam ou mantêm formas de luta • CGTP protesta contra a repressão em Barqueiros • Movimentação nos metalúrgicos e no comércio • Sumário sindical

Págs. 1, 2 e 3
Semana





PCP recebe delegações

O secretário-geral do PCP, acompanhado dos camaradas Octávio Pato e Luísa Araújo, do Secretariado do Comité Central, recebeu na passada sexta-feira delegações do Partido «Os Verdes» e da Intervenção Democrática. A delegação de «Os Verdes» era composta por Maria Santos, Herculano Pombo, André Martins e Sérgio Pinheiro, membros da Comissão Executiva do Conselho Nacional. A delegação da Intervenção Democrática era composta por Herberto Goulart e por Corregedor da Fonseca.

Avante!

Novo preço

A partir do próximo número, o «Avante!» vai custar 60$00. Por esta vez, ainda, o nosso jornal adapta-se ao preço de venda dos jornais diários a fim de fazer face, minimamente, aos custos, continuando, no entanto a ter preço muito inferior a qualquer semanário.

Editorial

Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 809
29 de Junho de 1989
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Ilusões e realidades das eleições de 18 de Junho

Definitivamente, como facto político de relevo na vida nacional, a batalha das europeias é um capítulo arrumado.

As chamas e a fumarada da campanha eleitoral estão extintas. As urnas falaram a crua linguagem dos números. Os resultados ainda por apurar não têm força potencial para atear novas labaredas. A CDU elegeu em definitivo o 4.º deputado.

O CC do PCP já fez deles a leitura imediata que os dias posteriores não vieram desmentir.

É, porém, útil reafirmá-lo aqui e agora.

E agora, extinto o «fogo», eis-nos no rescaldo — um rescaldo difícil para alguns dos intervenientes no acto eleitoral de 18 de Junho.

Difícil para o PSD que com o CDS e toda a direita tiveram uma sangria de 1 115 507 votos, menos 36% que nas europeias de 1987 e já não são a maioria da representação parlamentar portuguesa; difícil para o PS que mesmo integrando uma parte considerável dos votos do PRD teve menos 86 838 (6,8%) da sua própria votação de 1987 e menos 335 153 (22%) que a votação conjunta de dois partidos no escrutínio «europeu» de há dois anos; difícil também para os pequenos partidos da esquerda que, reunindo mais 27 241 votos que em 1987, não conseguiram contudo e de novo, obter a soma necessária para a eleição teórica de um deputado.

Falamos acima de uma «batalha» mas é de todo evidente que se trata de uma batalha pacífica e «apenas» política. Não houve tragédias, nem mortos, nem ferimentos eventualmente mortais... O «rescaldo» afinal não é nenhum «Chiado» do dia seguinte. Muita coisa sólida ficou de pé.

Ficou, por exemplo, de pé, a seriedade, objectividade e sentido patriótico da campanha da CDU que os resultados eleitorais confirmaram de modo concludente.

Mas que alguns se «queimaram» nas chamas é fora de dúvida; que vários toldaram a visão nos «vapores» do eleitoralismo, não sofre contestação; que todos, segundo a sua óptica política e de classe, repensam agora os seus métodos de intervenção, os seus objectivos eleitorais, nalguns casos as suas derrotadas ambições, é compreensível.

Entretanto, isolar da poeirada do subjectivo a realidade concreta dos resultados de 18 de Junho, extrair deles com acerto as necessárias conclusões, é um acto de sabedoria política de suma importância para as batalhas do futuro imediato e para uma definição correcta de comportamentos, para já na perspectiva das eleições autárquicas de Dezembro.

A CDU que teve menos 51 000 votos, mordida também pelo fenómeno abstencionista possivelmente compensada com o sangue novo de um eleitorado oriundo de outras áreas, subiu, contudo, em termos percentuais, cerca de 3 pontos, mais do que quaisquer dos outros partidos concorrentes, e obteve no consenso geral um êxito eleitoral surpreendente com mais um deputado eleito, e uma maior representatividade na participação portuguesa no Parlamento Europeu.

Os deputados da CDU — que em Estrasburgo se incorporarão em formações políticas segundo as suas afinidades ideológicas — irão, certamente, honrar os seus compromissos com o eleitorado, irão justificar na prática a confiança que neles depositaram os eleitores.

O notável êxito da CDU é, entretanto, mais de salientar quanto é certo ter o PCP, principal força da coligação, sido o alvo preferencial de uma quase «santa aliança» que de maneira tácita ou confabulada se pôs como objectivo reduzir numa primeira fase à expressão mais simples a sua base eleitoral para numa fase posterior tentar a completa desarticulação do PCP como força essencial da democracia portuguesa.

A insidiosa campanha e as ilusórias esperanças desta quase «santa-aliança» anticomunista caíram por terra e os portugueses que nos comunistas continuam a confiar deram-lhe a conclusiva resposta.

Mas na orquestrada campanha valeu tudo: as mentiras mais descabeladas, as «sondagens» mais irrealistas, as mais descaradas calúnias visando a desfiguração moral e política do PCP. Nela participaram jurados inimigos dos comunistas, adversários eleitorais da CDU com ambições hegemónicas, e oportunistas de variados matizes e ainda um ou outro possuidor do cartão do PCP que nos momentos decisivos da importante batalha eleitoral de 18 de Junho chegaram ao cúmulo da incoerência apelando ao voto noutras formações políticas.

Todo este amontoado de mentiras e calúnias, de confusionismo sistemático contra o PCP, alimentou «judiciosas» considerações de conspícuos analistas e comentadores políticos de órgãos de comunicação social que primaram pela mais lamentável falta de lisura e de objectividade; fundamentou previsões eleitorais irrealistas visando desencorajar o voto na CDU e silenciar a sua força e as suas propostas.

Deformando e deturpando as posições do PCP relativamente à CEE, os seus postulados patrióticos e simultaneamente cooperantes na base da defesa dos interesses nacionais de Portugal — expressos com clareza nos «25 pontos» sobre a CEE da Resolução Política do nosso XII Congresso — os inimigos, adversários e despeitados contestatários do PCP, tentaram carimbar os comunistas portugueses de anti-europeus (!).

Durante a campanha eleitoral os comentaristas e dirigentes do PSD e do Governo cavaquista tentaram dar do PCP a imagem do «só», do isolado da comunidade nacional, do «troglodita» fora das realidades da hora actual.

Com o maior desplante dirigentes do PS, incluindo o seu actual Secretário-Geral, Jorge Sampaio, recusando qualquer aliança e entendimento com o nosso Partido, relegando o PCP para as catacumbas da realidade social e política, (que eles esqueceram no seu acordo de revisão constitucional com o PSD) fizeram apelos directos ao voto dos comunistas... na lista do PS (!!!).

Depois, quando a campanha se aproximava do fim e já em cima das eleições, à medida que as propostas e apelos da CDU iam encontrando inegável eco junto dos portugueses, quando a seriedade, objectiva e sentido patriótico da CDU obtinham visível crédito junto de amplos sectores do povo, o tom começou a mudar, o temor de um êxito da CDU começou a reflectir-se nos escritos dos analistas e até no próprio dia das eleições, quando o êxito CDU era já insofismável, ouviu-se surpreendentemente o Primeiro-Ministro, com a habitual raiva disfarçada no amarelo sorriso, despeitado com o iniludível fracasso da «onda laranja», criticar o PS por não ter sabido derrotar... os comunistas!

O estudo sociológico das previsões fantasistas dos detractores do PCP e da CDU e dos resultados reais das eleições seria extremamente interessante e instrutivo para a radiografia política das europeias de 89 em Portugal.

E passado o rescaldo é desejável agora que o realismo político ilumine as ideias e as acções no seio do movimento democrático. A verdadeira natureza de classe da política cavaquista aí está de novo em toda a sua verdade e crueza:

A ressurreição da repressão terrorista dos velhos tempos revelada contra o povo de Barqueiros — que quer viver e criar os seus filhos no ambiente lavado da sua terra e como um só se está levantando contra as prepotências de uma empresa, do governo e da GNR — reflecte uma atitude significativa das tendências repressivas e antidemocráticas da direita governante sob a batuta de Cavaco, facto que se impõe à consideração e acção de todos os democratas e da esquerda no seu conjunto;

Os novos surtos grevistas nos transportes fluviais da CP no Tejo; dos trabalhadores das Alfândegas; dos STCP; dos docentes do Ensino Superior, ilustram igualmente a tradicional política anti-social do Governo.

O boicote eleitoral de protesto das populações de Pernes e de Vaqueiros contra a criminosa política do Ambiente ilustra o desrespeito do Governo de Cavaco por compromissos publicamente assumidos.

Há 3 anos o então secretário de Estado, Carlos Pimenta, agora deputado ao Parlamento Europeu, prometera num plenário da população de Pernes resolver o problema da poluição do Alviela em 3 meses!

E a partir de ontem, a aplicação prática do celerado «pacote laboral» que o Governo cavaquista tentou impor em termos que só a luta firme dos trabalhadores e do seu movimento sindical unitário conseguiram alterar nos seus aspectos mais discricionários mas que mesmo assim abre a porta a novas discriminações no mundo do trabalho, a novos despedimentos em massa, ao alastramento do trabalho precário e dos salários em atraso e vai continuar a ser um factor permanente de instabilidade laboral.

O PCP está tirando desta realidade as necessárias conclusões práticas. Todo o nosso Partido, sob a dinâmica dos êxitos alcançados em 18 de Junho, se lança ao trabalho com renovado vigor e confiança, com renovada unidade e coesão política, com determinação.

As batalhas políticas imediatas concitam a novos esforços unitários, ao entendimento e à convergência entre as forças democráticas, impelem a uma vasta acção comum para enfrentar e derrotar a ofensiva da direita.

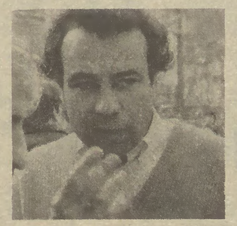
A bipolarização da política nacional sofreu um profundo revés. É imperioso revê-la à luz das realidades.

A verdadeira alternativa democrática à direita — uma exigência que não pode adiar-se indefinidamente — passa por aqui.

Resumo

21
Quarta-feira

O PSD reúne a sua Comissão Política Nacional. O secretário-geral daquele partido, Dias Loureiro, afirma que o resultado das eleições para o Parlamento Europeu «não foi uma derrota», apesar de o PSD ter perido 750 mil votos ■ Uma delegação da CGTP-IN é recebida pelo Presidente da República, numa audiência após a qual o coordenador da Central Sindical, Manuel Carvalho da Silva, declara que «é indiscutível que a conflituosidade social se vai agravar se o Governo não mudar a sua actuação e adoptar uma atitude positiva» em relação às reivindicações dos trabalhadores ■ O núncio apostólico na Indonésia, monsenhor Francesco Canalini, confirma a recusa do Vaticano em conceder o asilo político pedido por quatro jovens timorenses, em vésperas da visita do Papa à região, em Outubro próximo ■ Na China, três homens de trinta anos são executados em Xangai, por envolvimento em atentados, nomeadamente no incêndio de um comboio.



22
Quinta-feira

Cavaco Silva afirma não pensar em remodelar o seu Governo e anuncia, após uma audiência com Mário Soares, o início do processo de privatização da Rodoviária Nacional ■ Os trabalhadores dos barcos da CP terminam uma greve de 48 horas, registando uma adesão total. Renegociação do acordo de empresa e do regulamento de carreiras são as principais reivindicações ■ Em Gbadolite, Zaire, é anunciado o cessar-fogo em Angola, que entrará em vigor às zero horas de sábado. O anúncio é feito numa cimeira alargada a 18 chefes de Estado africanos, com a presença do Presidente da República Popular de Angola e de Jonas Savimbi, líder da UNITA. Anteriormente o governo de Angola anunciara a libertação de 700 elementos da UNITA e José Eduardo dos Santos afirma que as propostas de paz do MPLA incluem o «afastamento voluntário e temporário» da cena política de Jonas Savimbi e a «integração de todos os outros angolanos na sociedade e nas instituições actuais» de Angola ■ As autoridades chinesas executam mais sete condenados à morte, acusados de deitar fogo a camiões do exército, roubado bens militares ou atacado soldados durante a acção do exército de 3 para 4 de Junho no centro de Pequim.

23
Sexta-feira

Delegações de «Os Verdes» e da «Intervenção Democrática» mantêm encontros com a direcção do PCP, no quadro da CDU, no final dos quais o secretário-geral do Partido Comunista, Álvaro Cunhal, afirma que os resultados das eleições para o Parlamento Europeu, «indicam a possibilidade real de um grande êxito» da CDU nas eleições autárquicas ■ O PCP apela, em comunicado do Secretariado, a que o Governo da República Popular da China adopte «medidas de clemência em relação aos condenados à pena capital», fazendo votos para que a China dê «continuidade às reformas económicas e políticas» em curso naquele país ■ A selecção nacional de futebol de sub-16 conquista o terceiro lugar no mundial da modalidade, ao derrotar na Escócia a selecção do Barhein por 3-0 ■ No Sporting Clube de Portugal realizam-se eleições para a direcção onde o vencedor é o empresário Sousa Cintra, que sucede assim a Jorge Gonçalves.

24
Sábado

O Presidente da República, Mário Soares, inicia uma visita de uma semana aos Estados Unidos para contactos com a comunidade portuguesa e um encontro, segunda-feira, com o presidente norte-americano, George Bush ■ O chefe da delegação no exterior da Fretilin, Abílio Araújo, denuncia as forças indonésias por terem «iniciado grandes operações de limpeza em Timor-Leste» para preparar a visita do Papa e de parlamentares portugueses à região ■ Na China, Jiang Zemin foi eleito secretário-geral do Partido Comunista em reunião do seu Comité Central, substituindo Zhao Zyang naquele cargo.

25
Domingo

Repetem-se as eleições para o Parlamento Europeu nas freguesias de Necessidades (Barqueiros), do concelho de Barcelos, e de Pernes e Vaqueiros, do concelho de Santarém, locais onde o boicote se repetiu, enquanto em Aldeia do Carvalho (Covilhã) e Eira Vedra o acto eleitoral concretizou-se apesar de uma massiva abstenção. Problemas relativos ao ambiente estão na base dos boicotes eleitorais ■ Na Grécia, depois da derrota eleitoral do PASOK e do agravamento do estado de saúde do primeiro-ministro e líder do partido, Andreas Papandreu, internado desde quinta-feira, as negociações para a formação de uma coligação governamental chegam a um impasse.

26
Segunda-feira

Forças da GNR abrem fogo sobre populares em Barqueiros, após um bloqueamento de uma estrada, efectuado em protesto contra a exploração de caulino no centro da localidade pela empresa Mibal. Um morto e doze feridos é o resultado da acção da Guarda Nacional Republicana, tendo sido feitas várias detenções, inclusivamente a de uma mulher acusada de tocar os sinos a rebate na igreja local ■ O ex-presidente do Sporting, Jorge Gonçalves, é detido e posteriormente libertado, após ter sido ouvido pelo juiz de instrução criminal de Lisboa, acusado pela Sociedade Industrial Vila Franca de «abuso de confiança» e apropriação indevida de um cheque de 40 mil contos ■ Realiza-se em Madrid uma cimeira de alto nível dos países da CEE para discutir a União Monetária, matéria que divide os doze países comunitários, nomeadamente quanto aos processos seguidos ou a seguir para a concretização dessa União.

27
Terça-feira

Em Barqueiros os sinos dobram a finados pela morte de Carlos Simões, morto pela GNR e cresce a indignação da população; na Assembleia da República, todas as bancadas aprovam votos de protesto e de pesar, com excepção da bancada do PSD que se abstém ■ O coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, anuncia que «vai haver acções dos trabalhadores para que os aspectos mais negativos da lei dos despedimentos não sejam aplicados» ■ Rui Godinho, candidato da CDU à Câmara de Lisboa, desafia Kruz Abecasis para um debate sobre a administração da capital; o desafio foi aceite ■ A Coligação da Esquerda e do Progresso, em que os comunistas gregos são a maioria, recusa as propostas do PASOK para formar um governo de coligação ■ Chega ao Zaire uma delegação oficial angolana para negociar as modalidades de integração de elementos da Unita na sociedade angolana ■ Os chefes de Estado e Governo dos países da CEE, reunidos em Madrid, chegam a um compromisso sobre a realização progressiva da união económica e monetária.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA Tel. 90 00 44

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda Sl.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média de Maio: 24 125 exemplares

Semana

Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 809
29 de Junho de 1989
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Ensino Superior

Greve às específicas a partir do dia 10

Por largo consenso, em plenário de docentes e investigadores do ensino superior, foi decidido, em 21 do corrente na Faculdade de Letras de Lisboa, lançar um referendo em todas as escolas, até 30 do corrente, no sentido de obter o necessário apoio daqueles docentes e investigadores às greves que afectarão as provas específicas de acesso ao ensino superior a partir do próximo dia 10 de Julho.

Em causa continua o chamado novo sistema retributivo dos trabalhadores da função pública que, segundo o departamento do ensino superior do SPGL (Sindicato dos Professores da Grande Lisboa) afecta gravemente a «dignidade profissional» daquela categoria de docentes, ao eliminar, como é sabido, «o paralelismo com a carreira da magistratura».

Entretanto, a direcção do SPGL vinha a público esclarecer acerca da comissão interescolas, que é integrada por um elemento da direcção do mesmo sindicato e, nomeadamente, para sublinhar que «uma greve de âmbito nacional só pode ser convocada por organizações sindicais de âmbito nacional», como é o caso da Fenprof (Federação), «ou parcelarmente, mas em conjunto, pelos vários sindicatos regionais e nunca por nenhuma organização, mesmo que de âmbito profissional e legalizada como, por exemplo, as ordens».

O mesmo sindicato fazia saber, ainda, que uma representação dos docentes não doutorados da Universidade de Lisboa, um deles membro da direcção do SPGL, se encontrou, sexta-feira passada, com o reitor dessa Universidade, a fim de lhe entregar um abaixo-assinado com mais de 300 assinaturas. No documento considera-se inaceitável «o fim do automatismo na passagem a assistente e a professor auxiliar».

Enfermeiros decidem voltar à greve

Se o Governo não alterar de modo positivo a sua posição relativamente aos enfermeiros, a luta continuará no sector. **Para hoje, 29**, o conselho nacional do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) decidiu convocar uma **jornada nacional de esclarecimento**. Para 13 e 14 de Julho, o SEP anunciou novas greves. No entanto, os dirigentes sindicais recordam que o Governo tem tempo suficiente para responder à proposta de negociação do Sindicato, designadamente no que respeita ao novo sistema retributivo e às carreiras na enfermagem.

Recorde-se que esses mesmos motivos levaram à greve os enfermeiros em 14 e 15 do corrente. A adesão, segundo dados do SEP, situou-se na média global dos 70 a 80 por cento.

A presidente do Sindicato declarou em conferência de Imprensa que a adesão dos enfermeiros a nível nacional demonstrou «força e consciência colectiva», apesar de terem ocorrido intimidações e ameaça de represálias, contrárias ao direito à greve.

Os dirigentes sindicais do SEP acrescentaram que, nos termos da lei, «nenhuma represália pode ser exercida sobre os enfermeiros que participaram na greve».

A participação dos enfermeiros naquela forma de luta não pode ser considerada falta injustificada, nem implicar rescisão de contrato à tarefa, ou processo disciplinar.

O correcto enquadramento da carreira de enfermagem é uma das principais reivindicações por satisfazer no sector. Outra é a aplicação do Decreto-Lei 480/88, que se refere à atribuição de graus académicos aos enfermeiros.

Como reivindicações principais, há ainda a questão do novo sistema retributivo, acerca do qual o SEP se mostra disposto a negociar, o mesmo acontecendo com as outras matérias que há anos fazem parte das reivindicações principais do sector.

Registe-se que, na nova grelha apresentada pela Secretaria de Estado da Modernização Administrativa, enfermeiras e enfermeiros ficam situados abaixo da carreira técnica, havendo assim um retrocesso, pois, em 1987, o pessoal de enfermagem conseguiu uma alteração da escala de vencimentos que o colocava acima dessa carreira.

Além disso, já em 1976 a enfermagem ficava perto da carreira técnica, voltando agora o pessoal a ter que recorrer à greve para repor direitos já alcançados anteriormente.

Interjovem

Criada a promotora de Aveiro

Numa reunião no passado fim-de-semana, na delegação de Cortegaça do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Distrito de Aveiro, com a presença de dirigentes e activistas de diversos sectores, designadamente dos metalúrgicos, têxteis, corticeiros e cerâmicos, foi constituída a comissão promotora da Interjovem de Aveiro.

A Interjovem, organização autónoma da CGTP, que tem promovido ultimamente variadas iniciativas, nomeadamente contra a precariedade do emprego, que atinge sobretudo os jovens, decidiu criar, através daquela comissão promotora, já depois das férias, a estrutura organizativa naquele distrito do Norte.

Durante a reunião, os jovens dirigentes e activistas sindicais verificaram mais uma vez que, além da precariedade elevadíssima do emprego, os jovens trabalhadores são ainda atingidos, em geral, por salários inferiores aos de companheiros com mais idade, «embora executem o mesmo trabalho».

Foi também referido na mesma reunião que se verificam «abusos na utilização dos fundos destinados à formação sindical».

Os jovens activistas sindicais, que não se referem em pormenor a este assunto, afirmam ainda que, para os trabalhadores mais jovens que pretendem continuar os seus estudos, «o acesso ao ensino é cada vez mais difícil, pelo facto de a legislação em vigor se mostrar desadequada em muitos aspectos».

Quanto à habitação, outro problema aflitivo para os jovens, foi denunciada na reunião de Cortegaça «a política de restrição ao crédito seguida pelo Governo Cavaco Silva». Para muitos casais jovens, a casa é praticamente inacessível, «também por força das altas rendas praticadas».

E como se tal não bastasse, o Governo tem-se servido de «tão candente problema para fazer demagogia eleitoralista», referem por último os jovens trabalhadores.

Barqueiros

Protesto da CGTP

• Jovem abatido pela GNR

Durante a reunião do Conselho Nacional da CGTP, terça-feira passada, foi decidido tornar pública a seguinte posição da central sindical sobre os acontecimentos de Barqueiros:

«A luta da população de Barqueiros contra a extracção de caulinos, no centro da freguesia, tem sido acompanhada com a mais viva atenção por parte da CGTP-IN.

«A posição equilibrada dos órgãos de poder local, que apontava para a exploração em zonas alternativas, ainda no passado dia 3 de Junho foi aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal de Barcelos.

«Sem entrarmos na polémica do valor dos terrenos com elevada aptidão agrícola, ou do elevado valor do caulino, não temos dúvidas em repudiar a acção desenvolvida pela GNR, a mando do Governo, que no passado já provocou vítimas, e ontem (26) matou um jovem de 20 anos.

«A CGTP-IN sempre pautou a sua acção pelo pragmatismo, e entende que nem a protecção arbórea, nem os outros condicionalismos do despacho, que autoriza a extracção de caulinos no centro da freguesia, têm razão de ser, se comparados com o valor histórico e cultural da freguesia e com as condições de vida da população de Barqueiros».

Alfândegas

Mantêm-se as greves

Mantêm-se as paralisações parciais nas **alfândegas**, anunciadas para 27, 28, 29 e 30 (das 5 às 9 da manhã), enquanto que o Governo se aproxima ligeiramente, afirma a Federação (FNSFP), das propostas dos trabalhadores. Entretanto, o organismo de direcção do sector portuário do PCP (Lisboa) apelava à unidade e ao esclarecimento. Ainda no sector da administração pública, a mesma Federação anunciava para hoje uma conferência de imprensa acerca dos **trabalhadores da saúde** que **«vão recorrer à greve, nos meses de Julho e Agosto, nos principais hospitais localizados junto dos mais importantes centros de turismo»**. Por seu turno, o STAL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local) deslocava-se, em 21 do corrente, à Secretaria de Estado da Modernização Administrativa para, mais uma vez, tentar o diálogo e procurar uma resposta do Governo às suas reivindicações.

Recorde-se que o STAL, juntamente com os sindicatos que integram a Frente Comum da FP, reclamam ainda, depois das grandes greves de 14 e 15 do corrente, a satisfação de muitas reclamações. O STAL refere, entre outras, «regras de transição, regras de progressão nas carreiras e nos escalões, solução para as carreiras omissas nas referidas propostas», que são as apresentadas por aquela Secretaria de Estado em 4 de Maio findo e que levaram os trabalhadores à greve.

O STAL entregou na SEMA um ofício nesse sentido.

Greve na Favorita

Já sobre o fecho desta edição, soube o «Avante!» que os trabalhadores da Favorita decidiram paralisar das 10 às 12 horas, em 28 e 29 do corrente, como forma de luta para receberem o subsídio de férias, que a empresa não paga na totalidade.

Greve na Cervibel

Se o conflito não tiver sido resolvido nas últimas horas, através do diálogo com a administração, os trabalhadores da Cervibel (agentes de distribuição de cerveja e de vinhos para o distrito de Beja) prosseguirão hoje e amanhã as paralisações na empresa, que não aceita o caderno reivindicativo apresentado em Maio findo.

Segundo a direcção do CES-Sul (Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços), com sede em Setúbal, os aumentos salariais reclamados são de 14 por cento, abrangendo as restantes cláusulas económicas, com efeitos a partir de 1 de Abril findo e para vigorar por 12 meses.

Numa primeira fase, iniciada em 21 do corrente, as paralisações de trabalho apenas abrangeriam as horas extraordinárias, de acordo com o respectivo pré-aviso, mas para hoje e amanhã a greve será total, afirma a direcção do CES-Sul.

edições Avante!

A REVOLUÇÃO SUL-AFRICANA

Documentos fundamentais do Congresso Nacional Africano (ANC)

À VENDA

aTalhe deFOICE

Barqueiros

O sangue já correu em Barqueiros. Os habituais tiros de aviso «disparados para o ar» pela GNR (segundo a ominosa expressão dum oficial dia do batalhão envolvido, em declarações à rádio) provocaram um morto e dezenas de feridos ditos «ligeiros» e tratados em diversos hospitais da região minhota. Entretanto, como também vem sendo habitual neste tipo de actuações, ninguém da hierarquia da Guarda Nacional Republicana assumiu até agora qualquer responsabilidade pelos graves incidentes ou, sequer, se sentiu compelido a apresentar ao País uma justificação para as cenas de brutalidade que esta força militarizada desencadeou na pequena freguesia de Barcelos, sobre uma população desarmada cuja única infracção é habitar num sítio que não quer ver mais poluído.

Pelo relato dos jornais soubemos que o comandante da força, capitão Ornelas, afirmava «ignorar» a existência de feridos já estes iam a caminho dos hospitais, enquanto explicava que a razão das cargas e dos disparos sobre a população se devera ao constante repicar dos sinos o que, segundo ele, «é um crime». A resolver a tiro, pelos vistos. Garantia ainda que ninguém teria requisitado a GNR para o local, explicando a sua presença em Barqueiros «por estar em perigo a propriedade privada». Curiosamente o dr. Sousa Lima, advogado da empresa «Mibal» (que, ao pretender extrair caulino no interior da povoação desencadeou todo este drama) garantia por sua vez à mesma reportagem do «Diário de Notícias» que fora a empresa que requisitara a GNR enviando, para o efeito, um ofício ao Ministério da Administração Interna.
É a partir daqui que não devemos iludir-nos quanto à causa e responsabilidade primeira desta violência exercida gratuitamente sobre uma população indefesa.

Se é fácil identificar a GNR como protagonista directa da tragédia, convém igualmente não esquecer que as actuações policiais nunca são de geração espontânea, digam os capitães Ornelas o que disserem. Por trás delas há uma ordem de marcha sempre ditada por alguém e parâmetros de actuação que orientam e legitimam os procedimentos subsequentes. Por isso os tiros de Barqueiros começaram a ser disparados no Ministério da Administração Interna. Por isso é ao Governo do País que se tem de pedir explicações. Explicações a dar, em primeiro lugar, à população de Barqueiros que até votou maioritariamente no PSD, num concelho também de hegemonia pêpêdê. Esse apoio maciço ao partido governamental foi revitalizado em 1987 com as promessas feitas pelos candidatos a deputados do PSD no próprio local, garantindo que «no centro da freguesia nem mais uma pá de caulino seria explorada». O que leva à constatação de que o PSD já não se limita apenas a não cumprir as promessas que faz – desmente-as a tiro.

Explicações depois a todos nós, cidadãos deste País, pelo caminho que está a tomar «o exercício democrático do poder» por este Governo. Aqui a filosofia política subjacente à actuação do executivo de Cavaco Silva surge já envolta de sombrias perversidades.

Governa em nome da maioria, reivindicando por isso a legitimidade de ser ouvido e obedecido, mas se as maiorias que lhe deram o poder – seja a população de Barqueiros ou as massas de reformados, os pequenos agricultores ou o funcionalismo público, os quadros técnicos ou os sectores de serviços – ousam manifestar o seu descontentamento ou apelar pelos seus direitos, aí já o Governo não reconhece qualquer legitimidade, usando o aparelho de Estado e as forças repressivas para impor a sua peculiar interpretação da democracia.

Entretanto despreza, nega e violenta os mais variados interesses das populações, no pressuposto sardónico de que age em sua representação. De que dispara em sua representação.

Por isso se assiste a uma escalada da violência governamental, a deixar atrás marcas cada vez mais graves: repressões a provocar feridos em Valpaços por causa da eucaliptização, em Barqueiros à conta da exploração do caulino. Isto a par de outras formas de opressão menos óbvias mas igualmente graves, que todos os dias desaguam no quotidiano nacional.

Entretanto se a exploração do caulino tem provável interesse nacional, tem de certeza e em primeiro lugar, interesses privados imediatos. É em nome deles que a repressão cavaquista cresce neste País, sem cuidar do resto que é tudo: o povo português e os seus direitos profundos.

■ **H. C.**

Trabalhadores

Sumário sindical

Angola — O Conselho Nacional da CGTP-IN enviou na passada sexta-feira uma mensagem à União Nacional dos Trabalhadores Angolanos manifestando a sua satisfação pelos resultados da cimeira de Gbadolite. A CGTP considera o cessar-fogo como um primeiro passo que «coroa todos os esforços desenvolvidos pelo governo angolano, desde a primeira hora empenhado no restabelecimento da paz e na recuperação económica da grande nação angolana». A CGTP-IN termina a sua mensagem desejando «que se concretizem rapidamente todos os itens que conduzirão a uma paz efectiva e duradoura, tão necessária para Angola e todos os povos que na África Austral se confrontam ainda com as sequelas da guerra e do *apartheid*».

China — Em comunicado à imprensa, a CGTP-IN afirmou na quinta-feira passada condenar «com veemência as execuções na República Popular da China». A central refere que «tais processos chocam profundamente a consciência cívica do povo português por serem contrários à sua tradição humanista», bem expressa no facto de Portugal ter sido dos primeiros países a abolir a pena de morte. A CGTP «apela às autoridades chinesas que utilizem o seu poder de clemência, pois é nele que se expressa a verdadeira força da razão e da justiça».

Madrid — Uma delegação da União dos Sindicatos de Lisboa, integrando o seu coordenador, Florival Lança, e ainda Ulisses Garrido e Carlos Alberto Machado, esteve ontem e anteontem em Madrid. A delegação da USL/CGTP-IN encontrou-se com responsáveis da estrutura similar das Comisiones Obreras para preparar o 3.º Encontro Sindical Lisboa-Madrid, marcado para o próximo Outono, em Lisboa, sob o lema «Viver melhor numa Europa social». De Espanha, esteve em Portugal de 12 a 16 de Junho uma delegação da **Federação do Comércio de Andaluzia**, chefiada pelo seu secretário-geral e cujo programa incluiu visitas a Almada, Elvas, Évora e Setúbal.

Ferroviários — Convidada pela Federação dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, esteve em Portugal de 5 a 8 de Junho uma delegação da Federação dos Ferroviários de França/CGT. Uma declaração conjunta divulgada no dia 12 refere que as federações têm preocupações «no fundamental coincidentes», em particular «face ao predomínio das preocupações económicas sobre as de carácter social» na implementação do mercado único europeu.

Portos e 1992 — As consequências do mercado único europeu sobre a actividade portuária, os transportes e as alfândegas estiveram em debate no passado dia 13, num seminário realizado num hotel de Lisboa por iniciativa das federações sindicais da Função Pública, dos Ferroviários e dos Rodoviários (FESTRU) e dos sindicatos dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas e dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas. As organizações promotoras enquadram esta iniciativa na actividade preparatória de uma conferência a realizar em finais de 1989 e «da qual se esperam conclusões e propostas que contribuam para uma melhor preparação dos sectores abrangidos face ao impacto previsto para 1992».

O Bancário — Foi distribuído o mais recente número de «O Bancário», órgão do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Saído com data de 29 de Maio, inclui, além da informação sobre actividades do SBSI e da UGT, artigos sobre o saneamento e modificações no sistema bancário, a intervenção do presidente do sindicato no 3.º Congresso da Fenprof, o Manifesto da CISL sobre o 1.º de Maio, a moção sobre a actualização salarial aprovada no plenário de delegados sindicais de 3 de Maio.

O nosso papel — O 6.º Congresso da CGTP-IN e a participação que nele tiveram os delegados dos sindicatos e da Federação das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa merecem grande destaque no número de Maio/Junho de «O nosso papel». O órgão da Federação inclui ainda artigos sobre as privatizações nestes sectores (Portucel e «O Comércio do Porto»), as eleições para o PE, o 1.º de Maio em Aveiro e lutas dos trabalhadores.

O Metalúrgico — O número de Junho de «O Metalúrgico» tem como grande tema o 6.º Congresso da CGTP-IN. Além de informação sobre lutas nas empresas e a negociação do CCTV da metalurgia e metalomecânica, o órgão da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal trata ainda de assuntos como o pacote laboral («Não é assunto arrumado!»), a revisão da Constituição, as multinacionais e o Terceiro Mundo, as eleições para o Parlamento Europeu. A FSMMMP inclui ainda neste número um questionário sobre cursos de formação profissional.

F. Portugal — Os cerca de 330 trabalhadores da Fábrica Portugal SA elegeram no passado dia 15 a sua CT. Segundo uma nota do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa (STIMMDL), registaram-se 2 votos brancos, a lista A (CGTP-IN) teve 177 votos e a lista B (UGT) teve 80 votos. A comissão de trabalhadores fica assim formada por 4 elementos da lista A e 1 da lista B.

Jovens músicos — Até 30 de Junho estão abertas inscrições para o curso de formação de animadores musicais e musicoterapeutas promovido pelo Sindicato dos Músicos com apoio do FSE. O curso tem uma duração total de 400 horas, decorre de 8 de Setembro a 15 de Dezembro, destina-se a músicos com idades entre 18 e 25 anos.

Espectáculos — Foram rompidas no dia 20 as negociações entre o Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos e as entidades patronais do sector para a revisão do contrato colectivo de trabalho. O presidente do STE afirmou ao «Avante!» que este facto vai acelerar a «degradação completa da profissão», nomeadamente com a manutenção nos contratos de salários muito baixos. Como referia uma nota do Sindicato, vai prolongar-se assim «um velho cancro na actividade do sector: os contratos falsos, que permitem aos patrões reduzir as suas contribuições para a segurança social».

Transportes/RN Reunião hoje

A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos (FESTRU) reúne hoje em Lisboa, a partir das 10 horas, na Travessa do Almada, 12-2.º, esq.º, o seu Conselho Nacional. Convocada para analisar a situação social no sector, a reunião dedicará particular atenção à recente decisão do Conselho de Ministros, que manda privatizar a **Rodoviária Nacional**. Pelas 4 da tarde do mesmo dia, haverá uma conferência de Imprensa.

Colóquio da FCT

Sobre a «**Lei de bases das telecomunicações: Portugal, a CEE, a estrutura do sector, os trabalhadores e a indústria nacional**», a Federação das Comunicações e Telecomunicações promove no próximo dia 1, pelas 14 e 30, na sala B2 do Forum Picoas, um colóquio destinado a «promover um amplo debate e abordagens múltiplas dos problemas que hoje se colocam», resultantes da integração de Portugal na CEE e dos reflexos que a mesma terá naquele «tão importante sector da nossa economia, hoje justamente considerado estratégico para o nosso desenvolvimento».

Aniversário na Covina

Os trabalhadores da Covina comemoram no próximo dia 10 o 14.º aniversário da nacionalização da empresa.

A comissão sindical e a comissão de trabalhadores, que formam as organizações (ORTs) representativas dos trabalhadores da Covina, manifestam as melhores disposições quanto ao futuro da empresa, desde que o seu pessoal continue disposto, como até agora, a continuar a luta sempre que estiverem em causa não apenas os seus direitos, mas a defesa daquela unidade do sector empresarial do Estado.

No dia 10 de Julho, uma segunda-feira, haverá um almoço comemorativo e uma sessão solene, entre as 12 e 30 e as 15 e 30. Durante a sessão serão homenageados os trabalhadores que completam 25 anos ao serviço da Covina.

Antes do almoço, no dia 10, haverá uma visita guiada às instalações fabris.

ERRATA

Madeira/Açores

Nas páginas centrais do último «Em Foco» («Avante!» de 22/6) foram publicados os resultados eleitorais nos vários distritos e nas regiões autónomas. Como uma leitura mais atenta permitiria facilmente concluir, os números referentes à RA da Madeira foram incluídos no quadro «Açores», e vice-versa.

De facto, é a RA da Madeira que tem 53 freguesias, 186 807 eleitores inscritos, 105 921 votantes; nos Açores são 150 freguesias, 181 992 eleitores, 73 814 votantes.

China na AR

Uma gralha pode ter dificultado também uma leitura correcta de um parágrafo da notícia inserta na página 10 do caderno «Semana» acerca da votação na Assembleia da República de quatro votos sobre os acontecimentos na República Popular da China. Assim, devia ler-se:

Denominadas «voto de protesto» as iniciativas do PSD, PS e CDS foram aprovadas com os votos favoráveis destes partidos e com os votos contra do PCP. O voto subscrito pelo Grupo Parlamentar comunista, por sua vez, acolheu também o voto favorável de «Os Verdes» e a abstenção do PS e do PRD».

Trabalhadores

Reuniu o Conselho Nacional da CGTP

Revisão intercalar do salário mínimo é uma vitória do movimento sindical

A revisão intercalar dos valores do salário mínimo nacional, uma das questões em discussão hoje no Conselho da Concertação Social, será «uma significativa vitória dos trabalhadores e do movimento sindical» — afirmou Manuel Carvalho da Silva anteontem aos jornalistas, ao dar conta das conclusões da reunião do Conselho Nacional da CGTP-IN.

O coordenador da central — que, acompanhado por Manuel Lopes, José Ernesto Cartaxo e Jerónimo Rodrigues, falava das propostas reivindicativas adiantadas na reunião do órgão máximo da CGTP entre congressos — reafirmou a exigência da central de que o salário mínimo nacional seja aumentado para **35 contos a partir de Julho** e sem prejuízo da actualização anual em Janeiro de 1990.

«Esperamos que na reunião de quinta-feira o Governo atenda esta justa reivindicação dos trabalhadores» — disse Carvalho da Silva, que recordou as perdas acumuladas por quem trabalha devido à imposição de aumentos salariais da base de uma inflação «esperada» que tem sido sempre inferior à registada efectivamente.

A CGTP-IN considera ainda que será cometida «uma injustiça profunda» se não forem actualizadas, juntamente com o salário mínimo, as pensões de reforma «baixíssimas». Lembrando que «60 por cento dos pensionistas recebem pensões de 14 600 escudos ou menos», Carvalho da Silva reafirmou a proposta da Inter para que este valor mínimo seja aumentado (também sem prejuízo da revisão anual, em Dezembro) para **18 100 escudos a partir de 1 de Julho**.

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses sublinha que este aumento das pensões, além de se justificar pelas condições de vida da maioria dos reformados, tem ainda mais razão de ser pela situação verificada nas contas da segurança social em 1988. Estas, segundo Carvalho da Silva, registam um **saldo positivo de 70 milhões de contos**, dos quais **34 milhões de contos provêm da diferença entre os gastos projectados para pagamento de pensões no ano passado e aquilo que foi efectivamente pago aos pensionistas.**

Outra das linhas reivindicativas aprovadas na reunião de terça-feira do CN da CGTP-IN é a **exigência do cumprimento das promessas feitas pelo Governo no período pré-eleitoral**. Acabar com os tarefeiros na Função Pública, facilitar o crédito à aquisição de casa própria, combater a pobreza foram alguns dos compromissos do Governo que Carvalho da Silva citou a propósito.

Os salários em atraso, embora num nível mais baixo, continuam e, pontualmente, surgem novos casos que requerem medidas urgentes. Só no sector têxtil, revelou um levantamento feito durante a reunião do CN da CGTP, há actualmente 3 mil pessoas que trabalham sem receber.

O combate à exploração de mão-de-obra infantil levou a CGTP-IN, na sequência das acções que tem vindo a promover com tenacidade ao longo dos anos, a marcar para 27 de Julho uma iniciativa de âmbito nacional e com convites a todos os parceiros sociais.

«O enquadramento da aplicação desta lei é ainda um grande ponto de interrogação» — afirmou Carvalho da Silva referindo-se à **lei dos despedimentos** e recordando que esta entra em confronto com disposições contidas na Constituição portuguesa e em documentos de organizações internacionais. Além disso, estão em discussão até 20 de Julho na Assembleia da República propostas de alteração apresentadas pelo PCP e pelo PS e que a CGTP-IN apoia.

O Conselho Nacional considerou, disse o coordenador da CGTP, que «há boas condições para a luta pela garantia dos direitos dos trabalhadores ao emprego e à estabilidade no emprego» e decidiu promover «uma acção determinada para evitar que sejam executados os aspectos mais negativos da lei».

Na reunião foram ainda discutidos os resultados das eleições de 18 de Junho e a situação económica e social no quadro da CEE.

Metalomecânica pesada vale 3 milhões de contos?

Trabalhadores alertam para «grande golpada»

Representantes da Federação dos Metalúrgicos e dos organismos representativos dos trabalhadores da Sorefame e da Mague denunciaram anteontem em conferência de imprensa factos que interpretam como a preparação de «uma grande golpada» na metalomecânica pesada: a entrega ao capital privado, concretamente à Mague, das empresas participadas do sector por 3 milhões de contos.

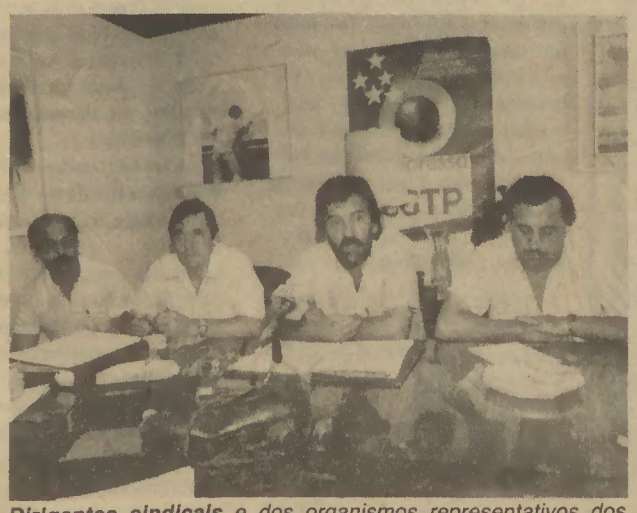
«Sabemos que estão em negociações, sabemos que a Mague já pediu a avaliação das empresas, sabemos que o IPE já a fez. Desde Janeiro tentamos esclarecer o assunto com o IPE, a Metalgest e o Ministério da Indústria, mas têm-se recusado a receber-nos.»

Foi assim que Carlos Peres, da Federação dos Metalúrgicos (FSMMMP) fez para os jornalistas o ponto da situação, salientando que se levantam neste momento muitas dúvidas sobre o futuro dos trabalhadores e dos postos de trabalho.

Segundo os sindicalistas, o valor «de que se fala», os tais 3 milhões de contos, para entregar à Mague a participação estatal na Sorefame, SGM, SMM e Metalsines não representa mais que **«o preço de qualquer chafarica»** e é considerado um número simbólico quando se refere àquele conjunto de empresas.

Antes desta conferência de imprensa, realizada na sede da CGTP-IN, e para além dos contactos que tentaram com o IPE (Investimentos e Participações do Estado), a Metalgest (*holding* sectorial), o Ministério da Indústria e a própria administração da Mague, os representantes dos trabalhadores — como informou António Tremoço — tinham-se já avistado com representantes de grupos parlamentares e com um assessor do Presidente da República.

Prosseguindo estes contactos, anunciam já outras iniciativas.



***Dirigentes sindicais** e dos organismos representativos dos trabalhadores durante a conferência de imprensa de terça-feira*

Queremos participar

As acções dos trabalhadores da metalomecânica pesada têm como objectivo principal alterar a posição do Governo e dos seus gestores e fazer cumprir a lei que obriga a ouvir os ORTs em questões tão importantes para a vida das empresas.

«Queremos que alguém nos receba para discutir isto» — exigiram no encontro com os jornalistas. **«Parece que estão com medo de pôr as coisas a claro, e isso ainda preocupa mais os trabalhadores»** — concluíram os sindicalistas.

Durante esta semana estão a decorrer plenários nas empresas. **Colocando desde já a possibilidade de avançar com «outro tipo de acções», a Federação e os ORTs da metalomecânica pesada anunciaram que vão promover na próxima semana uma concentração de activistas e dirigentes sindicais frente ao edifício do IPE, em Lisboa.**

Paralisações nos transportes no Porto

• *Outras lutas*

Por aumentos salariais justos, os trabalhadores do Serviço de Transportes Colectivos do Porto (STCP) decidiram parar entre 28 e 30 do corrente. Um processo de luta, incluindo paralisações, ocorre também nos SMGE (Serviço Municipal de Gás e Electricidade). Ainda na capital nortenha, a **Interjovem** deu na Praça da Batalha (20.6) uma conferência de imprensa, no âmbito da campanha que tem desenvolvido contra a precariedade do emprego, que atinge 70 por cento dos jovens trabalhadores.

Num documento entregue aos jornais e à população, a Interjovem reafirma que a precarização do emprego «tem raízes profundas, que começam logo pelo deficiente sistema de ensino que temos e que lança os jovens no mercado do trabalho sem o mínimo de preparação, tornando-os alvos fáceis de exploração, através das mais variadas formas de precariedade, proporcionando baixos salários e deixando-os sem qualquer protecção social».

Paralisações parciais no STCP

As paralisações parciais que afectarão os STCP devem-se à recusa de encontrar solução através do diálogo para satisfazer as reivindicações salariais dos trabalhadores. Se o conselho de gerência mantiver as suas propostas de 9,8 por cento de aumentos salariais, as paralisações anunciadas efectuar-se-ão, pois os trabalhadores consideram que, em vez de corrigir os desequilíbrios remuneratórios entre o STCP e empresas do mesmo sector, como seja a Carris de Lisboa, o Governo e a gerência, com as suas propostas vêm agravá-los ainda mais.

Os trabalhadores do STCP fazem notar que, segundo os balanços sociais das duas empresas (STCP e Carris), só em 1988 a diferença foi de 256 mil escudos por trabalhador.

No SMGE está em causa a não aplicação aos trabalhadores do Acordo de Empresa (AE) da EDP. Em seu entender, essa situação discrimina-os, relegando-os para uma posição de «tarefeiros» da EDP.

Greve no Tejo
Adesão reclama negociações

As carreiras fluviais do Tejo voltaram a parar completamente, quarta e quinta-feira da semana passada. Há anos que os trabalhadores recorrem a essas formas de luta, sem verem resolvidas as suas reivindicações através da negociação.

Em causa continua a revisão do Acordo de Empresa (AE), com a administração da CP e com o Governo, já que se trata, como é sabido, de uma empresa pública.

Por outro lado, a situação laboral na CP poderá conduzir outros trabalhadores à greve.

Entre as reivindicações principais inclui-se a redução do horário de trabalho semanal de 44 para 40 horas, a distribuição de fardamento e prémios de chefia.

Em greve também nos CTT/Alvalade

Também na semana passada, entre segunda e sexta-feira, foi afectada pela greve a distribuição do correio dependente da estação dos CTT de Alvalade, em Lisboa.

Trabalhadores e sindicatos acusam o Governo de querer tornar rentáveis os Correios à custa de quem lá trabalha.

Os grevistas estão contra o alargamento do trabalho nocturno a mais pessoal, com o objectivo de suprimir postos de trabalho.

Sexta-feira da semana passada, para desbloquear o conflito, os trabalhadores concentraram-se na Direcção-Geral dos Correios.

A partir de 27 do corrente, era entretanto anunciado que entrariam em greve ao trabalho extraordinário os trabalhadores de todas as distribuidoras e centros de tratamento da central dos correios de Lisboa.

As greves têm afectado também a distribuição postal na cidade do Porto. Os trabalhadores e os sindicatos defendem reivindicações idênticas às da capital.

Assembleia da República

Caso Cadilhe

Ministro agiu mal ... mas foi por «inconsciência»

Apesar de considerar que o ministro das Finanças não tinha o direito de usar a Guarda Fiscal como o fez para transporte de mobílias pessoais, a Procuradoria Geral da República mandou arquivar a queixa-crime que sobre esta matéria lhe foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP por entender que Miguel Cadilhe, embora tenha praticado o crime, não o fez com má intenção, isto é, fê-lo sem intenção dolosa.

Isto mesmo se pode depreender do conteúdo do despacho do Procurador dirigido ao Grupo Parlamentar comunista no qual se afirma que o ministro das Finanças não tinha aquele direito nem apresentou qualquer justificação credível para o fazer.

Interpretando o despacho da Procuradoria Geral da República, João Amaral, acompanhado por Odete Santos e José Magalhães, disse mesmo em conferência de imprensa que aquela instância do Poder Judicial «entende que estão preenchidos os elementos objectivos de crime de peculato de uso previsto no artigo 21.º da Lei n.º 34/79».

Com efeito, o despacho diz taxativamente que, «na verdade, usaram-se para fins alheios àqueles a que se destinam, veículos da Guarda Fiscal (em rigor, um veículo) pois a situação não se enquadra, a qualquer título, nas normas de execução permanente e diplomas legais relativos aos Serviços Sociais da Guarda Fiscal, antes, satisfez-se fim pessoal do arguido».

Segundo João Amaral, isto quer dizer que apesar de arquivado o processo, a «Procuradoria dá razão» à queixa apresentada pelo PCP e considera que «os ministros não podem usar para fins pessoais os bens do Estado e são criminalmente responsáveis por esses usos indevidos».

Comentando a decisão de a Procuradoria, mesmo perante estes factos, ter optado pelo arquivamento, no pressuposto de que Cadilhe embora tenha praticado o crime não o fez com má intenção, João Amaral observou que se o Procurador «o conhecesse melhor não teria ficado com essa ideia...».

Seja como for, frisou, o que importa salientar é que o Procurador entende «não terem qualquer justificação as razões invocadas por Cadilhe», como se pode concluir da leitura do despacho na passagem em que este diz que, «em primeiro lugar, a salvaguarda das condições mínimas de segurança que haveria de se respeitar na realização da operação e que envolveria, além de objectos e móveis, diversa documentação oficial e reservada não pode proceder».

«Desde logo – acrescenta o despacho do Procurador – porque não está minimamente demonstrada a existência da alegada documentação secreta e confidencial».

Nele se pode ainda ler, por outro lado, que «não se descortina, da leitura do Decreto Lei n.º 373/85 de 20 de Setembro que a Guarda Fiscal tenha logística e funcionalmente, competência para assegurar a segurança do Ministério das Finanças».

«Em síntese – conclui a Procuradoria Geral da República – não vislumbramos, quer da leitura da regulamentação atinente e já referida anteriormente, quer do espírito subjacente à mesma, fundamento válido para fazer a tradicional e automática equiparação do Sr. Ministro das Finanças às regalias dos subscritores dos Serviços Sociais da Guarda Fiscal».

Do que fica dito, na opinião de João Amaral, o «Procurador considera praticados pelo ministro os factos que integram o crime. Mas considera que o ministro agiu "sem consciência de ilicitude". Isto é: o ministro cometeu o crime e só não responde por ele por... inconsciência!».

Segurança Interna

Diagnóstico do Governo não corresponde à situação do País

Longe de constituir uma apreciação fundamentada da situação do País em matéria de Segurança Interna, o relatório anual sobre esta questão apresentado pelo Governo e analisado posteriormente pela Assembleia da República constitui uma «manta de retalhos» de estatísticas desconexas, apreciações parcelares, auto-elogios, afirmações, superficiais e descrições de legislação».

Fortemente crítica, a opinião é do Grupo Parlamentar do PCP e foi dada faz hoje oito dias pelo seu deputado José Manuel Mendes. Estava-se em pleno debate, todo ele marcado do princípio ao fim pelo tom severo com que os partidos da oposição criticaram o documento governamental, desde logo por o considerarem vago e impreciso.

José Manuel Mendes não hesitou mesmo em afirmar que a situação do País «não corresponde ao diagnóstico do Governo», referindo a propósito o facto de o relatório substimar os «factores decorrentes da envolvente externa» e de manter sobre eles uma «postura de secretismo», a par de não avaliar os factores dos diversos tipos de criminalidade.

A evolução do País entre a data da apresentação do relatório e o debate da semana finda confirma, por outro lado, na opinião de José Manuel Mendes, a justeza das críticas do PCP. «Onde está a verdade? No tom insípido do relatório ou na alocução enervada do Primeiro-Ministro após a violência na Praça do Comércio?», questionou, para logo responder que, «seguramente», mais no segundo caso que no primeiro.

O sindicalismo policial mereceu também uma referência particular por parte do deputado do PCP, que, a este respeito, salientou tratar-se de uma questão que ocupa um lugar «central» na garantia da Segurança Interna, defendendo nessa medida a garantia do exercício dos direitos sindicais nas polícias «na mais ampla grelha possível dentro do quadro constitucional».

XIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes

Um grupo de jovens deputados que integram a Comissão Parlamentar de Juventude da Assembleia da República subscreveu na semana finda um texto de regozijo pela participação de uma delegação da juventude portuguesa no XIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

Exprimindo «votos dos melhores sucessos» à delegação portuguesa que participará no Festival, a realizar de 1 a 8 de Julho na República Democrática Popular da Coreia, os deputados manifestam ainda a sua convicção de que os jovens portugueses saberão estar à altura de darem o seu melhor para o êxito deste Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

Abarcando as mais diversas áreas de intervenção social (política, cultural, desportiva, informativa, artística, etc.) e, bem assim, vários quadrantes ideológicos, a delegação é composta por 120 elementos.

Problemas que o Porto merece ver resolvidos

Os múltiplos problemas que afectam a Área Metropolitana do Porto voltaram a ser tema em foco no Plenário da Assembleia da República. Tratou-se sobretudo de equacionar, em jeito de alerta, um conjunto de questões, já amplamente amadurecidas, na maior parte dos casos, o suficiente para que configure um facto indesculpável o continuarem a aguardar por solução.

Coube a Ilda Figueiredo, deputada comunista eleita por aquele círculo nortenho, trazer de novo para primeiro plano esses problemas, todos eles no fundo intimamente ligados ao bem-estar, ao progresso e ao desenvolvimento, questões que como ela própria referiu são apenas «alvo de eloquentes promessas em vésperas de eleições» para logo serem «esquecidas no virar da esquina do tempo eleitoral».

Estão neste caso, como salientou da tribuna Ilda Figueiredo, a nova ponte ferroviária e os seus acessos (cuja conclusão estava prevista para 1988), bem como a nova ponte rodoviária sobre o Douro e respectivos acessos cuja construção foi anunciada na campanha eleitoral de 1987, sem que até ao momento, porém, dela hajam sinais.

As vias de cintura interna do Porto e Gaia, os lanços das autor-estradas Porto-Braga e Porto-Vila Real-Bragança, a variante à Estrada Nacional 109 na zona de Espinho e Granja e a ligação de Espinho à auto-estrada n.º 1, constituem, por sua vez, casos de construções onde são patentes crescentes atrasos.

Na sua intervenção, Ilda Figueiredo não quis perder o ensejo para falar também da falta de apoio à recuperação das zonas históricas do Porto e Vila Nova de Gaia, do «drama quotidiano de uma em cada três famílias a viver em bairros clandestinos, de barracas, de partilha de habitações em fogos sobreocupados», das horas perdidas diariamente nos percursos entre a habitação e o local de trabalho, do acumular dos problemas ambientais.

Detendo-se sobre as causas destes últimos, lembrou o «crescimento desordenado» e a «destruição de importantes zonas verdes, a escassez de infra-estruturas de saneamento básico, o não tratamento dos efluentes industriais e domésticos», a que importa juntar, segundo salientou, os «sérios problemas que envolvem grande parte do litoral da Área Metopolitana do Porto».

Mas falar nesta região implica necessariamente, como bem lembrou a deputada comunista, falar da sua população que hoje atinge aproximadamente um milhão de habitantes, gente que mantém «uma intensa actividade associativa em centenas e centenas de colectividades culturais, artísticas, desportivas e de recreio onde o teatro, a música, o bailado, a pintura, o cinema, o folclore e o desporto atingem, em muitos casos, elevada qualidade, apesar da falta de adequados apoios governamentais, de deficientes equipamentos culturais, de escassos materiais e técnicos».

Daí que, como fez notar Ilda Figueiredo, no quadro de uma política global de dinamização e democratização das actividades culturais, importe implementar um adequado apoio às instituições existentes e ao associativismo cultural, do mesmo modo que se impõe, frisou, apoiar a criação e instalação de novas instituições culturais públicas tais como o Museu de Trabalho do Porto, o Museu Mineiro de S. Pedro da Cova, o Museu de Cerâmica de Gaia, a Cinemateca, o Centro Nacional de Música, Companhias de Ópera e Bailado e o Museu de Arte Moderna aproveitando o espaço existente na Casa de Serralves.

Contratação colectiva

Governo cria instrumento para melhor servir o patronato

«Um instrumento que vai servir melhor os interesses do patronato e do Governo em prejuízo dos trabalhadores», sendo por isso «uma má peça jurídica no plano laboral», tal é a opinião do PCP quanto ao Decreto-Lei que sustenta e cria novas limitações à negociação colectiva de trabalho, diploma chamado na passada semana a plenário para ratificação por iniciativa do PCP e do PS.

Para este último, de acordo com o ponto de vista expendido pela deputada Elisa Damião, o decreto em apreço mantém «bloqueada a negociação da flexibilização das relações de trabalho na generalidade dos domínios e consolida a negação do direito de negociação nas empresas públicas».

No mesmo sentido se pronunciou o deputado Júlio Antunes a dar a conhecer a perspectiva do PCP sobre esta matéria. Situando o diploma em apreço quer na sua dimensão constitucional quer no actual quadro social e laboral, o deputado comunista afirmou que o Governo «maltrata e restringe o pressuposto constitucional», facto desde logo evidenciado no próprio preâmbulo onde tenta «dar cobertura à sua política de injustiça social e salarial» e, bem assim, «passar um atestado de menoridade às partes que livremente negoceiam».

Vieira Mesquita, em nome da maioria, bem insistiu em tentar fazer crer que não era bem assim e que o decreto mais não visava do que «eliminar algumas restrições à liberdade de negociação colectiva consagrada por governos anteriores».

Na sua intervenção, Júlio Antunes, porém, não deixou passar o facto em claro e chamou a atenção para o «policiamento governamental» presente nesta matéria — o que para um Governo que se afirma tão liberal, e «tão menos Estado em relação por exemplo à Lei dos Despedimentos», como lembrou, não deixa de ser curioso —, referindo que o decreto-lei 87/89 «mantém todas as limitações e obstáculos ao exercício do direito de contratação colectiva e não acolhe nenhuma das principais reivindicações formuladas pelo movimento sindical».

A este propósito, referiu que o diploma «deixa intocados os limites indicados no artigo 6.º de lei de 1979, designadamente a proibição de as convenções conterem disposições que contrariem normas legais imperativas, a proibição de estabelecerem complementos de segurança social ou de conferirem às suas disposições a retroactividade que as partes lhes quiserem atribuir».

Com este decreto-lei, que a maioria ratificou, e que o próprio Governo classifica de «reajuste» ou «peso intermédio», segundo Júlio Antunes, não só não se tratou de «eliminar as restrições ao efectivo exercício do direito de contratação colectiva existentes no anterior quadro jurídico», como se vieram criar «novas limitações àquele direito».

Barqueiros
Parlamento reage à tragédia

Consternação e repúdio pelos trágicos acontecimentos que enlutaram a população de Barqueiros dominaram a sessão plenária de terça-feira.

À excepção do PSD, que se esquivou a tomar uma posição clara sobre o assunto alegando para o efeito não estar na posse de todos os elementos que lhe permitiriam pronunciar-se, todos os restantes partidos com assento parlamentar expressaram a sua firme condenação pelo sucedido, particularmente pela actuação brutal da GNR de que resultou a morte de um jovem e um elevado número de feridos.

«Quem e com que fundamento determinou a presença e o procedimento da GNR, designadamente quanto ao uso de armas de fogo? Quem cobre a escalada da violência a todas as luzes destemperada que não poupou idosos, mulheres e crianças?», perguntou a propósito José Manuel Mendes, antes de manifestar, em nome da bancada comunista, o seu repúdio pelo comportamento daquela força militarizada e a sua solidariedade «ao luto e à luta do povo de Barqueiros».

Contando com os votos favoráveis de todas as bancadas da oposição e a abstenção do PSD, a Câmara aprovou, entretanto, dois votos subscritos pelo PCP e pelo PS onde se exprime o veemente protesto pelos acontecimentos e o profundo pesar pela morte do jovem Carlos Simões.

Por unanimidade, foi também aprovado um projecto de deliberação do CDS que prevê a deslocação a Barqueiros de uma Comissão parlamentar mista para apurar a situação e, em conformidade, elaborar um relatório para ser apreciado em Plenário até ao próximo dia 7 de Julho.

Justiça a braços com vaga de problemas

Instado pela deputada comunista Odete Santos a procunciar-se sobre as demoras processuais que resultaram da aplicação da **Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais**, o secretário de Estado da Justiça reconheceu na última sexta-feira no decorrer de uma sessão de perguntas e respostas ao Governo que nem tudo vai bem, adiantando que está já constituída uma comissão para acompanhar o assunto e proceder às alterações necessárias.

Em causa está sobretudo a própria forma como aquela lei foi elaborada – «está mal feita», garantiu ao «Avante!» Odete Santos –, dando assim origem a que determinadas acções não sejam aceites nem pelos Tribunais de Comarca nem pelos Tribunais de Círculo, por estes considerarem que tais acções não são do seu foro.

Esta situação, como explicou a deputada comunista, leva a que tenha de ser o Tribunal da Relação a decidir sobre o Tribunal a que pertence o processo, circunstância esta que, como é fácil de imaginar, origina demoras que nalguns casos chegam mesmo a atingir meses.

Outra das questões levantadas por Odete Santos prende-se com o **Código do Processo Penal** e respectiva aplicação. Trata-se concretamente do problema dos funcionários do Ministério Público, cujo número é considerado manifestamente insuficiente para o serviço.

Acontece que a autorização legislativa que deu origem ao Código obrigava a que a entrada em vigor deste só se poderia verificar quando estivesse completo o quadro de funcionários do Ministério Público e quando estivesse publicada a Lei Orânica da Polícia Judiciária.

Ora a verdade é que o Código está já em vigor há mais de dois anos sem que até ao momento tenha sido criada a Lei Orgânica da Polícia Judiciária ou tenha sido preenchido o quadro de funcionários do Ministério Público.

Este organismo, como salientou Odete Santos, tem mesmo menos funcionários do que tinha em 31 de Dezembro do ano passado (e cerca de 40 Comarcas não têm sequer um único funcionário), havendo igualmente a registar que por insuficiência de funcionários existem inclusivé atrasos em processos de réus-presos, facto que levou já a que alguns funcionários estejam a ser alvo de processos disciplinares.

Objecto de crítica por parte de Odete Santos, sem que que fosse contestada pelo representante do Governo, foi também o facto de as **secretarias do Ministério Público não terem orçamento privativo** (o que dá origem a situações caricatas como a de terem de pedir papel ou esferográficas às secretarias judiciais) e de continuar a não existir **protecção às «vítimas de crimes na legislação processual penal»**.

Particularmente verberado pela deputada do PCP foi ainda o incumprimento até ao momento por parte do Governo dos seus compromissos acordados com a representação sindical em matéria de fundo de pensões para aposentação e aumento da retribuição dos **funcionárias judiciais** e, bem assim, as **custas judiciais** – «autêntica espoliação a que as pessoas são sujeitas», sublinhou – que o Executivo apesar das promessas que fez há mais de um ano ainda não alterou por forma a corrigir os seus aspectos mais graves.

Acesso ao Ensino Superior

Os obstáculos continuam inalteráveis

Refreando o optimismo manifestado por fontes ministeriais que davam como boas as classificações da Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior — numa tentativa de incutir a ideia de que não há por tal motivo razões para pessimismos ou receios infundados — o deputado comunista António Filipe declarou na passada semana na Assembleia da República que, infelizmente, não compartilhava **«dessa satisfação governamental»** e que a maioria dos candidatos ao Superior **«não tem motivos para ela»**.

É que, garantiu, **«as notas não são boas»**, e a confirmar-se a média de 58 por cento nas classificações, tal significa que um estudante que se limite a manter esse nível nas restantes fases do sistema **«terá hipóteses diminutas de acesso ao Ensino Superior»**.

«Conhecendo os níveis de classificação que têm sido exigidos nos anos anteriores — sublinhou — **facilmente se verifica que 58 por cento é uma média baixíssima, inviabilizadora de quaisquer expectativas de ingresso»**.

Fundamentando melhor a sua asserção, o jovem deputado do PCP lembrou ainda que mesmo que a média fosse de 90 por cento, isso não alteraria em nada o número de estudantes com acesso à faculdade, uma vez que, disse, a Prova Geral de Acesso **«não se destinou a avaliar conhecimentos nem capacidades»** mas tão só a constituir uma **«peça de uma engrenagem destinada a escolher, mediante uma difícil prova de obstáculos, quem serão, de entre os 90 mil concorrentes à partida, os 20 mil contemplados»**.

Na perspectiva do PCP, ao manter o espírito e a natureza do «numerus clausus» e ao não se destinar a avaliar conhecimentos, o actual sistema aumentou em **«sofisticação»**, limitando-se assim a **«gerir vagas por uma forma que acentua a influência das desigualdades económicas e socials nas possibilidades de acesso ao Ensino Superior»**.

Acusando o Governo de escamotear esta realidade e de se ter furtado a um debate sério sobre esta problemática, Antônio Filipe colocou depois o «dedo na ferida» ao sublinhar que o problema só se resolve **«alargando as próprias possibilidades de acesso ao Ensino Superior»**.

A este propósito, recordou que os níveis de frequência do Ensino Superior no nosso País são **«ridícula e alarmantemente baixos»** quando comparados com os de outros países desenvolvidos, pelo que a solução do problema nunca poderá passar pela criação de **«sistemas de retrocesso como a actual»**, sistemas que não têm outro objectivo, observou ainda, que não seja o de gerir **«através de mecanismos mais ou menos sofisticados, um número de vagas inalterável e escandalosamente baixo»**.

Política florestal

Governo retira competências às autarquias

Chamado à ratificação na última semana, o Decreto-Lei governamental que retira competências às autarquias em matéria de política florestal, foi interpretado por Rogério de Brito, em nome da bancada comunista, como sendo uma peça reveladora da **«incapacidade»** e da **«falta de vontade política»** do Governo para entender que o **«uso e gestão dos recursos não é apenas uma questão técnica da competência do Poder Central»**.

Ao lembrar que o que está em jogo é também **«uma questão de impacto nas economias locais, nos sistemas económico-produtivos, no tecido humano-social das regiões»**, Rogério Brito defendia assim, por estas razões, ser perfeitamente justificável e legítima **«a intervenção eficaz do Poder Local»**.

Uma intervenção das autarquias que, todavia, com este Decreto-Lei fica posta em causa na medida em que ficam impedidas de intervirem em defesa do património e dos interesses das populações, nas acções de florestação e no ordenamento do território.

Para o PCP, um dos partidos que chamou o diploma a ratificação, os conceitos que integram o Decreto-Lei são deste modo esclarecedores quanto às razões que explicam a generalizada contestação à política florestal e a uma política ambiental que se desenvolve, como acentuou Rogério de Brito, **«entre a timidez e a cedência ou comprometimento com interesses nada ambientais»**.

Em suma, como fez notar o deputado comunista logo no início da sua intervenção, o diploma em causa reflecte dois dos maiores vícios deste Governo: por um lado, a sua **«concepção centralizadora da política de quem teima em fazer do exercício do Poder uma afirmação sistemática do "quero, posso e mando"»**; por outro, a **«oposição a tudo o que possa significar ou reforçar a gestão económica, social e ambiental do espaço e dos recursos de forma integrada, regionalizada e participada»**.

Nacional

Barqueiros

Um autêntico «estado de sítio»

A morte de um jovem de 20 anos, baleado na cabeça, é a expressão mais chocante dos acontecimentos ocorridos na freguesia de Barqueiros, concelho de Barcelos, onde a população local prossegue uma luta corajosa e firme contra a exploração do caulino no centro da freguesia. A GNR voltou à aldeia e a violência atingiu tudo e todos. Incluindo crianças. Tomando posição sobre os acontecimentos de Barqueiros, a Comissão Executiva da Comissão Distrital de Braga do Partido Comunista Português divulgou na passada segunda-feira (ainda não era conhecida a notícia da morte do jovem José Carlos Simões, trabalhador da construção civil) um comunicado dirigido à opinião pública e especialmente à população daquela localidade de Barcelos, onde se salienta:

Os últimos acontecimentos na freguesia de Barqueiros, após o boicote às eleições para o Parlamento Europeu nos passados dias 18 e 25 de Junho, decidido por toda a população a que o Governo PSD/Cavaco Silva respondeu com envio de um contingente da GNR, são merecedores do mais vivo repúdio e reprovação da CE da CDB do PCP.

Esta é a forma **dialogante** do Governo PSD/Cavaco Silva...

A ocupação da freguesia por largas dezenas de elementos da GNR em cumprimento de ordens governamentais ilustra uma vez mais os métodos do Governo PSD/Cavaco Silva para a «resolução» dos problemas das populações, através do recurso à violência e repressão.

Assalto à torre da igreja

Mais adiante, o comunicado da Distrital de Braga sublinha:

Não é por acaso que, dois anos após ter sido morto um popular desta freguesia e vários feridos, de novo se vive em Barqueiros um clima de intimidação ostensiva e desrespeito pela vontade da população. O Governo PSD/Cavaco Silva, em desrespeito de causa pela condenação de que foi alvo nas recentes eleições de 18 Junho, em que sofreu um sério revés eleitoral que confirma o descontentamento geral do povo, recorre à repressão como forma de resposta ao protesto cívico da população de Barqueiros que, em massa e por duas vezes sucessivas, se recusou a participar no acto eleitoral.

***A entrada da GNR em Barqueiros**. A intervenção e ocupação da freguesia já fez vários feridos e um morto em consequência da violenta repressão exercida sobre a população de modo indiscriminado. (Telefoto Lusa/ /«Avante!»)*

O povo de Barqueiros, que está seguro das suas razões, interroga-se do que é feito das promessas dos deputados do PSD que em 1987 declararam que no centro da freguesia nem mais uma pá de caulino seria explorada; reclama o conhecimento dos resultados do inquérito à actuação da GNR de que resultou um morto e mais de uma dezena de feridos; pergunta por que razão o Governo não obriga a «Mibal» a reconstituir os terrenos (já explorados) para utilização agrícola ou de lazer.

Sempre que as populações lutam pelos seus direitos, o Governo PSD responde com os mesmos métodos do fascismo.

A actuação da GNR, a mando do Governo PSD, contra os justos protestos da população de Barqueiros, provocou a maior indignação dentro da freguesia. Desde o seu aparecimento aparatoso e armado, como invasores contra uma população pacífica, o reforço com um corpo de intervenção acompanhado de cães-polícias, que persegue pessoas e invade cafés e outros estabelecimentos, casas particulares, ameaçando e espancando crianças, velhos, jovens e mulheres e impedindo as pessoas de entrar na sua própria casa, até ao assalto à torre da igreja para prenderem uma senhora que tocava o sino a rebate, forçando-a a sair algemada — vários são os actos já lamentáveis e que merecem a reflexão serena dos agentes daquela força militarizada.

A Comissão Executiva da CDB do PCP não pode deixar de condenar energicamente a violência desencadeada pela GNR e responsabiliza em primeiro lugar o Governo PSD/Cavaco Silva pelas ordens àquela força militarizada contra uma população cujos únicos objectivos são defender o seu bem-estar e a preservação do meio ambiente e os interesses gerais da freguesia de Barqueiros.

A Comissão Executiva da CDB do PCP expressa a sua inteira solidariedade à população de Barqueiros, a quem de novo reitera o apoio às suas reivindicações e luta, e apela a toda a população a manter-se unida, continuando a exigir do Governo um verdadeiro diálogo e o respeito pelos seus direitos e interesses.

PCP

A expulsão de Francisco Simões

Nota da Comissão Concelhia de Almada

A Comissão Concelhia de Almada do PCP decidiu, em 21/6/89, expulsar do Partido o militante Francisco Simões. Na base desta decisão estiveram várias razões, entre as quais o facto de na recente campanha eleitoral para o Parlamento Europeu ter assumido posições públicas contra a CDU e apelado ao voto noutro partido. Este caso foi de imediato tornado público, pelo próprio, através dos órgãos de Comunicação social, nomeadamente a TV.

A Comissão Concelhia de Almada do PCP lamenta que, mais uma vez, Francisco Simões procure servir-se dos órgãos da Comunicação social para defender objectivos de carácter pessoal, atacando o PCP na base da inverdade e da deturpação deliberada de factos.

É falsa a argumentação de Francisco Simões quando diz que não pode recorrer da decisão da Comissão Concelhia de Almada por não pertencer a qualquer célula do Partido, porque segundo os estatutos do PCP não é obrigatório que um membro do Partido pertença a uma célula para poder recorrer para os organismos superiores das sanções disciplinares que lhe tenham sido aplicadas.

É igualmente falsa a afirmação apresentada por Francisco Simões de que é da responsabilidade do PCP a sua não integração em organismos do Partido, uma vez que foi ele próprio que ao longo dos últimos anos recusou, sistematicamente, as propostas de integração na organização do Partido que lhe foram feitas. Assim:

- Após ter saído do cargo de vereador da Câmara Municipal de Almada no mandato 76/79, recusou integrar-se na organização do sector do ensino do concelho da Moita, onde estava a exercer a actividade de professor do ensino secundário.

- Tendo regressado a Almada em 1982, não se quis integrar na organização do sector do ensino do PCP neste concelho.

- Tendo em atenção esta atitude foi-lhe mais tarde proposta a sua integração na Comissão do PCP para a área cultural no concelho de Almada, proposta que também não aceitou.

- Face a esta recusa foi-lhe proposto que ficasse organizado na Comissão do local de residência. Igualmente recusou esta hipótese.

- Apesar de todas estas indisponibilidades manifestadas por Francisco Simões, a Comissão Concelhia de Almada responsabilizou um camarada deste organismo para que, desta forma, houvesse uma ligação deste militante à organização concelhia do Partido, o que foi concretizado através de várias reuniões feitas individualmente com Francisco Simões.

Almada, 24 de Junho de 1989

A Comissão Concelhia de Almada

do Partido Comunista Português

120 jovens portugueses no Festival de Pyongyang

Para participar no Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, partiram na segunda-feira do aeroporto de Lisboa os 120 jovens que constituem a delegação que representará o nosso país em Pyongyang, na República Popular e Democrática da Coreia, onde entre 1 e 8 de Julho decorrerá, sob o lema «Pela Solidariedade Anti-Imperialista, Paz e Amizade», a décima terceira edição deste Festival.

Local de encontro de cerca de 15 mil jovens de todo o mundo, a delegação portuguesa inclui dirigentes da Juventude Socialista, Juventude Comunista Portuguesa, Juventude Renovadora Democrática, Verdes, Juventude Operária Católica, Interjovem e Associações de Estudantes do Ensino Secundário e Superior.

De entre as presenças várias nessa delegação, destaque para os agrupamentos musicais «Madre Deus» e «Brigada Vítor Jara»; a ex-campeã nacional de Judo, Paula Pontes; os actores André Maia e José Jorge Duarte; o fotógrafo Augusto Cabrita; o artista plástico Fernando Ribeiro, o presidente da Associação Académica de Coimbra e membros da Associação Académica de Lisboa.

Paz, desarmamento, autodeterminação dos povos, desenvolvimento, cooperação e meio ambiente serão algumas das preocupações dominantes do Festival, expresso ao longo dos diversos debates, conferências e seminários que se realizarão em Pyongyang, paralelamente a um extenso programa de cultura e desporto, de onde se destacam diversos Festivais Internacionais de Música, Arte, Cinema, Teatro e Dança.

Internacional

URSS reduz despesas militares – *afirma ministro da Defesa*

O ministro da Defesa da URSS, general Dmitri Yazov, afirmou em recente entrevista à Tass que a aplicação nas Forças Armadas soviéticas da nova mentalidade política, que está na base da política externa soviética e da sua nova estratégia defensiva, «permite reduzir as despesas militares conferindo-lhe ao mesmo tempo novas qualidades sem pôr em causa a capacidade defensiva do país».

Segundo o ministro, «a composição, o apetrechamento técnico, o potencial de combate são modificados por forma a alcançar o nível da suficiência razoável e segura para a defesa», estando «a ser construídos os ramos e as armas das Forças Armadas, as grandes e as pequenas unidades» e «organizados em estrita conformidade com as disposições da doutrina militar defensiva».

Salientando que a União Soviética continua a ter em consideração os preparativos militares ocidentais, mas atendendo ao crescimento das possibilidades de «garantir a segurança por meios políticos e militares», aquele responsável soviético descreveu a reestruturação em curso afirmando que ela se concretiza «antes do mais, na organização, no espírito defensivo da estrutura e do pessoal» das Forças Armadas soviéticas, comportando também a redução de armamentos, a retirada de unidades de países aliados, incluindo 500 ogivas de mísseis nucleares tácticos.

«São limitados sobretudo os sistemas de choque» – afirma Dmitri Yazov, acrescentando que «se eliminam de facto unidades e subunidades de desembarque e assalto e de desembarque e travessia, assim como grupos de manobra operacionais, que foram apresentados durante muitos anos no ocidente como "arietes blindados"».

Na sua entrevista, o ministro salienta que a redução de forças e armamentos «permitirá poupar, relativamente ao plano aprovado, quase 30 mil milhões de rublos», de acordo com as informações oficiais, as despesas militares, actualmente de 77,3 mil milhões de rublos, verão reduzidas, até 1995, a sua parte no rendimento nacional em 33,5 por cento.

Nas declarações à Tass, o ministro Yazov lamentou que os Estados Unidos e a NATO não revejam a sua doutrina militar no mesmo sentido em que o está a fazer a URSS, sublinhando que a doutrina soviética visa «impedir a deflagração da guerra, reduzir o nível de confrontação militar, cessar a corrida aos armamentos e realizar um desarmamento consequente e construtivo», incluindo ainda o compromisso de «nunca, e em nenhumas circunstâncias, a URSS iniciar operações militares ou empregar armas nucleares».

«Os factos mostram – disse o ministro – que nenhum programa militar foi revogado ou reduzido nos EUA ou na NATO. Todos os seus programas estão a ser concretizados.»

Apesar disso, o responsável soviético reafirmou a proposta feita pelo Tratado de Varsóvia à NATO para dar início a um diálogo político aproveitando a «oportunidade, oferecida pelo actual contexto internacional, para superar definitivamente as consequências da guerra fria e criar uma Europa de paz e cooperação, respeitando as realidades políticas e territoriais do continente».

Considerando que o desarmamento é uma das vias para alcançar aqueles objectivos, o ministro defendeu que o mesmo deve abarcar todo o conjunto das Forças Armadas – terrestres, navais e aéreas – e todos os tipos de armamentos – convencionais, nucleares e químicos – para garantir uma autêntica estabilidade na Europa e no mundo.

Qualificando de «favorável» a situação existente nas conversações de Viena sobre armamentos convencionais, o general Yazov disse que na declaração da Cimeira da NATO em Bruxelas, integrando as propostas do presidente norte-americano George Bush, a URSS viu «pela primeira vez, uma resposta séria e concreta cheia de aspectos construtivos, em vez de suspeitas e críticas» às iniciativas soviéticas.

Apesar disso, considerou o ministro, a declaração da NATO «não pode deixar de provocar preocupação devido à tradicional aposta nos armamentos nucleares», não sendo convincentes os argumentos ocidentais sobre a necessidade de esperar pela concretização de um acordo sobre a redução das forças convencionais para encetar conversações sobre os mísseis nucleares, conforme proposta do Tratado de Varsóvia.

Soviete Supremo debate Programa e composição do governo

O primeiro-ministro soviético Nikolai Rijkov considerou como bastante útil o debate realizado na semana passada nas comissões e comités do Parlamento, acerca da composição do governo soviético.

Ao apresentar um relatório na sessão conjunta das câmaras da União e das Nacionalidades do Soviete Supremo, Nikolai Rijkov salientou que o Programa do Governo foi aprovado pelos deputados na generalidade, após debate aprofundado no decorrer do qual os deputados apresentaram novas propostas a acrescentar ao conjunto de medidas a tomar com vista ao saneamento da situação no País, e defenderam a intensificação da orientação social do Programa.

Sobre as funções económicas do Estado, primeiro-ministro soviético afirmou no seu relatório à sessão conjunta das duas câmaras do Soviete supremo que «o principal é determinar nitidamente os limites da regularização das relações mercantis».

Abordando as despesas com a defesa, Nikolai Rijkov declarou que o seu Governo vai diminuí-las de maneira consequente, posição também defendida pelo comité parlamentar de defesa.

O primeiro-ministro soviético salientou ainda a necessidade de ultrapassar o isolamento da economia soviética no plano mundial.

Sobre os nomeados para cargos governamentais que foram rejeitados pelas comissões e comités legislativos, Rijkov declarou aceitar tal decisão, manifestando-se ao mesmo tempo disposto a apresentar novos nomes para aqueles cargos.

Ao todo são nove as vagas no gabinete. Dos mais de sessenta nomes propostos seis foram rejeitados, para um dos lugares não havia sido apresentado nenhum candidato, e dois dos nomeados escusaram-se. Foram rejeitados os nomes indicados para os cargos de Presidente para o Comité de Desporto, para Ministro da Cultura; para Ministro da Indústria Gasífera e Petrolífera, para Presidente do Comité para os Preços, para Presidente do Banco Nacional da URSS, e para Ministro do Melhoramento dos Solos e Recursos Hídricos.

Gueorgui Atanassov denuncia campanha antibúlgara

Em relação a especulações recentemente surgidas na imprensa acerca da pretensa expulsão da Bulgária para a Turquia de cidadãos búlgaros de etnia turca, o presidente do Conselho de Ministros daquele país socialista, Gueorgui Atanassov, classificou-as de «campanha antibúlgara» dirigida do exterior, e no quadro da qual em várias regiões da Bulgária se «continuam a espalhar boatos orientados para a violação da tranquilidade e segurança dos cidadãos», ao mesmo tempo que se abusa dos seus sentimentos religiosos, e se cria «uma psicose para o abandono do país».

Gueorgui Atanassov, em declarações à agência búlgara BTA, sublinhando que o povo respondeu com entusiasmo ao apelo de Todor Jivkov para a consolidação da unidade em torno do Partido, e para a realização de uma reestruturação profunda em todas as esferas da vida do país, reconheceu que não foram completamente ultrapassadas as tensões no seio de determinados grupos da população.

O dirigente búlgaro recordou que «no espírito da reestruturação em curso e em conformidade com os acordos de Viena, o Estado búlgaro fez recentemente alterações na sua legislação no que respeita ao direito à livre circulação, dando possibilidade a todos os cidadãos búlgaros de saírem do país, quando quiserem, de residirem temporária ou permanentemente no estrangeiro, e de regressarem à República Popular da Bulgária», adiantando que tal legislação não concede privilégios nem impõe restrições independentemente da religião professada pelos cidadãos.

Salientando que a Bulgária considera como positivo o facto de a Turquia ter aberto as suas fronteiras e permitido a entrada de cidadãos búlgaros que querem visitar o país, Atanassov lamentou que meios turcos «tentem apresentar este direito legítimo a viajar como uma expulsão de cidadãos búlgaros da Bulgária e a sua deportação para a Turquia», numa manifesta tentativa de manipulação da opinião pública internacional.

Gueorgui Atanassov afirmou que «ninguém quer e ninguém pode obrigar cidadãos búlgaros a abandonar o país», acrescentando que está garantida a plena igualdade perante a lei a todos os cidadãos, independentemente da sua religião ou etnia.

Considerando que por detrás das declarações de dirigentes da Turquia se vislumbram «ambições imperiais megalómanas», Atanassov reafirmou a necessidade de que as relações entre os dois países sejam relações de boa vizinhança, e acrescentou que a Bulgária está pronta para encontros e conversações bilaterais sobre todos os problemas existentes, com base no respeito mútuo, na igualdade soberana, e na renúncia à ingerência nos assuntos internos, «um diálogo possível e produtivo se não depender de condições prévias e se realizar num espírito construtivo».

África do Sul testa novo míssil

O governo sul-africano vai testar brevemente um novo míssil balístico de médio alcance criado com a colaboração de Israel.

Segundo o jornal «Washington Times», que cita fontes dos serviços secretos norte-americanos, este míssil que foi concebido a partir de 1987 e é uma modificação do míssil israelita «Jericó», encontra-se pronto para testes no polígono de Armaston, perto da Cidade do Cabo.

Com o aparecimento deste novo míssil no arsenal sul-africano, o governo de Pretória fica dotado de um vector capaz de transportar ogivas nucleares até alvos à distância de 900 milhas.

Nicarágua reforça economia mista

O governo da Nicarágua, no quadro das medidas extraordinárias que tem vindo a tomar e que visam estabilizar a economia e ultrapassar a crise com que o país se defronta, decidiu nomeadamente reforçar a economia mista como forma de conter a inflação e aumentar o nível de produção. Esta medida do governo nicaraguense não obteve todavia qualquer resposta do sector privado, o que na opinião de Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, poderá provocar a brusca polarização das forças no país.

Daniel Ortega propôs entretanto ao cardeal Obando-y-Bravo que assumisse o papel de intermediário nas conversações com a administração norte-americana, a fim de normalizar as relações entre os Estados Unidos e a Nicarágua.

Ortega apoiou a iniciativa dos religiosos nicaraguenses que exortam a administração Bush a abolir as sanções económicas e comerciais contra a Nicarágia.

Depósito de armas descoberto em Cabul

Num subúrbio da capital afegã foi descoberto na semana passada um grande depósito de munições dos rebeldes, que continha mísseis «terra-terra», mais de 90 minas, 12 lança-granadas, armas de fogo e grandes quantidades de munições.

Nos últimos dias da semana passada a cidade de Jalalabad foi de novo bombardeada pelos rebeldes resultando dois mortos e onze feridos entre a população civil. Foram também bombardeadas as cidades de Qandagar, Herat e Khost, havendo vítimas entre os civis.

Num ataque da guarnição de Jalalabad com apoio da aviação às posições dos rebeldes, estes sofreram mais de uma centenas de baixas, entre as quais se contam 17 militares paquistaneses e nove mercenários de países do Próximó-Oriente.

Entretanto em Peshawar, no Paquistão, uma delegação dos Comités Populares Soviéticos pela Libertação dos Soldados Soviéticos discutiu com dirigentes dos rebeldes afegãos, a possibilidade de se efectuar uma troca geral de rebeldes e soldados dos exércitos afegão e soviético aprisionados durante a guerra no Afeganistão.

Encontro de MNEs da URSS e Afeganistão

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da URSS e do Afeganistão, respectivamente Eduard Chevardnadze e Abdul Wakil, assinalaram que «há indícios de que o Paquistão e os Estados Unidos chegam à compreensão da necessidade de uma regularização pacífica no Afeganistão, ou pelo menos da procura de vias para o efeito».

Na opinião dos dois ministros, divulgada na sequência do encontro que mantiveram em Moscovo, a realização de uma Conferência Internacional, de harmonia com a resolução aprovada pela 43.ª Assembleia Geral da ONU, com a participação da URSS, do Paquistão, do Irão e de outros países, seria um passo importante para a regularização do conflito afegão.

Os ministros da URSS e do Afeganistão analisaram ainda a situação nos últimos quatro meses, após a retirada das tropas soviéticas, concluindo que «apesar da pressão da oposição armada, apoiada amplamente pelo Paquistão, EUA, Arábia Saudita e outros países em detrimento dos acordos de Genebra, as posições do poder da República não foram debilitadas, mas pelo contrário, fortaleceram-se».

Alterações no POSH

O Comité Central do Partido Operário Socialista Húngaro (POSH), reunido no passado fim-de-semana em Budapeste, decidiu proceder à reestruturação da sua direcção.

Assim, em susbtituição do Bureau Político de nove membros, passa a existir o Bureau Político Executivo composto por 21 elementos. Simultaneamente foi criado um Presidium de quatro membros, tendo sido eleito para presidente deste novo órgão Rezso Nyers. Fazem ainda parte do Presidium o secretário-geral do POSH Karoly Grosz, o primeiro-ministro Miklos Nemeth, e Imre Pozsgay.

O Comité Central do POSH decidiu ainda a destituição do Secretariado de Janos Berecz, que já anteriormente havia saído do Bureau Político.

Internacional

Nota do Secretariado do Comité Central do PCP

O Secretariado do Comité Central do PCP divulgou a semana passada uma nota sobre os acontecimentos que se desenrolam na China, que transcrevemos na íntegra:

1. Face aos trágicos e dolorosos acontecimentos que se desenrolam na República Popular da China, o PCP renova a sua profunda preocupação.

Correspondendo aos sentimentos do povo português que há mais de um século aboliu a pena de morte, o PCP apela às autoridades da República Popular da China no sentido de que sejam adoptadas medidas de clemência em relação aos condenados à pena capital.

2. O PCP renova também os seus votos de que os dirigentes da República Popular da China, aliás em conformidade com declarações recentes, dêem continuidade às reformas económicas e políticas anteriormente definidas pelo Governo e pelo Partido Comunista da China, visando o desenvolvimento do seu grande país, o bem-estar do seu povo, a consolidação e avanço do socialismo, a cooperação internacional e a paz.

3. O PCP reafirma, de acordo com a sua tradição histórica, o seu património de pensamento e acção e as suas concepções, como princípios e valores essenciais do seu projecto para Portugal, entre outros, o respeito pela pessoa humana e a sua dignidade, a estrita observância da legalidade democrática e socialista, a plena protecção na ordem jurídica dos direitos dos cidadãos, a complementaridade da democracia política, económica, social e cultural. Estes grandes princípios estão naturalmente presentes na análise das situações e das experiências registadas na vida internacional.

4. Advertindo para a falta de objectividade de numerosas informações inseridas numa campanha internacional contra a República Popular da China, o PCP confirma a sua opinião de que são contrários aos interesses da paz mundial e de uma evolução positiva da situação internacional iniciativas ou tomadas de posição tendentes a promover a hostilização e o isolamento da República Popular da China no seio da comunidade internacional.

Lisboa, 23 de Junho de 1989

O Secretariado do CC do PCP

Angola
Um passo importante no caminho da paz

Deu-se um primeiro passo; o futuro dirá se ele foi bom — com estas palavras, o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, resumiu o resultado da cimeira de chefes de Estado africanos realizada no passado dia 22 na cidade zairense de Gbadolite para análise do plano interno de paz apresentado pelo Governo da República Popular de Angola.

Uma cimeira onde foi acordada a «cessação de todas as hostilidades assim como a proclamação de um cessar-fogo» que entrou em vigor às zero horas do passado dia 24 de Junho, como consta da declaração distribuída no final dos trabalhos.

Com a participação de 18 chefes de Estado e representantes de mais dois, a cimeira de Gbadolite permitiu, um tanto inesperadamente, substanciais progressos no processo de paz e de harmonização nacional em Angola, graças à vontade de todos os angolanos de porem definitivamente fim a vários anos de guerra.

Segundo um comentário da Angop sobre o assunto, «com o cessar-fogo efectivo das hostilidades poderá iniciar-se o processo de integração dos elementos da Unita na sociedade angolana, de acordo com as capacidades de cada um, sem que isso implique qualquer alteração das leis fundamentais em vigor na República Popular de Angola».

O que não significa, de modo nenhum, que a partir desta cimeira o processo de pacificação se desenvolva sem problemas nem obstáculos. Na verdade, não é legítimo admitir que as profundas divergências existentes entre os distintos interesses em presença em Angola, quer nas suas componentes internas como externas, tenham deixado de existir, por muito bem intencionadas que sejam as recentes declarações e tomadas de posição.

Por isso mesmo é que, contrastando com algumas manifestações de excessivo optimismo, as autoridades angolanas — a começar pelo próprio presidente Eduardo dos Santos — têm referido os acordos de paz com moderado entusiasmo.

Com efeito, a par da importância do momento e dos passos positivos dados nos últimos dias, os legítimos representantes do povo angolano vêm alertando para a necessidade de «manter vivo o espírito de vigilância, pois a paz só se poderá considerar realmente alcançada quando se concluir o processo de integração de todos os elementos armados e quando todos em comum canalizarem as novas energias libertadas para o esforço da reconstrução nacional e o desenvolvimento de Angola».

Neste contexto, não pode deixar de suscitar alguma preocupação toda a especulação feita em torno de Jonas Savimbi que certos meios persistem em apresentar como um «herói» deste processo. Vale a pena salientar que, segundo as informações veiculadas pela agência noticiosa angolana, o plano de paz para Angola apreciado na cimeira do Zaire compreende o afastamento voluntário de Jonas Savimbi, que também esteve presente em Gbadolite, onde pela primeira vez se encontrou com Eduardo dos Santos.

Subverter, seja como for, o delicado equilíbrio alcançado no Zaire não poderá deixar de ter graves consequências em Angola e, por arrastamento, em toda a região, em especial tendo em conta que foi o próprio Savimbi quem, numa declaração apresentada no final dos trabalhos da cimeira, se comprometeu a afastar-se da cena política angolana.

No futuro imediato, não vai ser fácil o trabalho da comissão criada em Gbadolite para encontrar as modalidades de aplicação do cessar-fogo, visando a reconciliação nacional angolana, sob a mediação da República do Zaire. Mas para além de todas as dificuldades que os mais lúcidos observadores não escamoteiam, salienta-se a vontade comum da generalidade dos países africanos em contribuir para pôr termo a um conflito que se arrasta há demasiado tempo com todas as suas dramáticas consequências.

No Zaire, foi ainda acordado que os chefes de Estado africanos se voltarão a reunir em breve no Zimbabwé para apreciar a evolução da situação em Angola e das medidas acordadas.

Uma delegação angolana chefiada pelo tenente-coronel António dos Santos França «N'Dalu», chefe do Estado-Maior General das FAPLA, deslocou-se anteontem ao Zaire a fim de tratar das modalidades do processo de integração dos elementos da Unita na sociedade angolana.

O trabalho desta delegação insere-se já no âmbito da Comissão encarregada de estudar as modalidades de aplicação do plano de paz visando a reconciliação nacional.

Ao divulgar esta informação, na passada segunda-feira, em Luanda, o Presidente José Eduardo dos Santos alertou para a necessidade de ser prudente para não quebrar o clima de relativa confiança que se estabeleceu no quadro dos esforços de paz interna, recomendando que, nesta fase de mudança decisiva para o povo angolano, todos se empenhem com coragem, determinação e espírito de abertura nas imensas e complexas tarefas que inevitavelmente irão surgir, para não se perder a oportunidade histórica de se construir um mundo de paz e de bem-estar para os filhos e para as futuras gerações de Angola.

Álvaro Cunhal visita países socialistas

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, partiu na segunda-feira para uma visita de trabalho de duas semanas à Checoslováquia, Hungria, Polónia e República Democrática Alemã.

Álvaro Cunhal, que efectua a visita aos referidos países acompanhado pelo camarada Albano Nunes, responsável pela secção internacional do PCP, declarou à partida aos jornalistas que a sua viagem tem como principal objectivo travar conversações com os dirigentes mais responsáveis dos Partidos Comunistas e Operários respectivos, com vista a um melhor conhecimento das situações e das tarefas que se colocam nesses países e também informar sobre a situação em Portugal.

«Consideramos — disse Álvaro Cunhal — que dada a complexidade dos problemas existentes e a diversidade das situações e das perspectivas, poderemos nesta viagem colher informações e opiniões responsáveis que permitam ao PCP dar ao povo português uma informação e apreciação com sólida base, que favoreça a compreensão dos processos contraditórios e complexos que neste momento se verificam em países socialistas.»

Na ocasião, o secretário-geral do PCP referiu que esta «não é uma visita de observação directa das situações, mas de uma visita para conversações com os dirigentes dos partidos.»

Apresentaram cumprimentos de despedida, no aeroporto, os embaixadores dos países onde Álvaro Cunhal se desloca e ainda o camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Central de Controlo e Quadros.

Telegrama a Nino Vieira

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, em nome do Secretariado do CC do PCP, enviou ao secretário-geral do PAIGC, Nino Vieira, um telegrama de «fraternais saudações por motivo da sua reeleição para Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau».

O telegrama expressa ainda a Nino Vieira «votos de novos grandes êxitos no desempenho das suas altas funções».

ANO 43 SÉRIE VI Nº 445 DE DEZEMBRO 1973 PREÇO 1$00
Proletários de todos os países UNI-VOS!
Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«O aparecimento da ARA, organização autónoma com formas específicas de actuação, constitui um acontecimento de grande significado no desenvolvimento da luta contra a ditadura fascista e a guerra colonial. Saudando os corajosos combatentes da ARA, o PCP afirma como positiva esta nova direcção de luta e considera condições essenciais do seu êxito: *a*) que as acções correspondam a amplos movimentos de opinião, nunca afectando, mas sim ajudando o desenvolvimento das lutas de massas; *b*) que tenham em conta a conjuntura política e todas as suas várias incidências; c) que sejam o resultado de uma justa estimação de forças e da perspectiva do seu desenvolvimento e nunca animadas pela improvisação e pela impaciência; *d*) que não adquiram em nenhum caso o carácter de acções terroristas.

Apoiando esta nova direcção de luta, o PCP adverte que em alguns sectores antifascistas se manifestam ideias aventureiristas e terroristas que, se concretizadas em actos, não só conduziriam à derrota os próprios autores, como tenderiam a desacreditar a acção revolucionária e causariam danos ao movimento antifascista.

Por outro lado a propaganda fascista, atribuindo aos revolucionários portugueses desastres que atingem a população, impõe uma extrema vigilância em relação a eventuais provocações fascistas, realizadas directamente ou através das suas infiltrações nas zonas marginais, e o seu pronto desmascaramento, caso se efectivem.»

(«Reunião do Comité Central/Comunicado»/«Acções Armadas» — «Avante!», VI Série, n.º 442, Junho de 1972)

AVANTE! PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNI-VOS!
Órgão Central do Partido Comunista (S. P. de L. C.)

«Uma nova batalha contra a censura está em marcha.

A proposta de «lei de imprensa» que o governo se prepara para fazer aprovar na Assembleia Nacional fascista e com a qual procura iludir a questão da censura, reforçando-a de facto sob a aparência de decretar o seu desaparecimento, está a ser objecto de um largo movimento de protesto.

«... o essencial da repressão de todas as expressões do pensamento, que vigora há cerca de 40 anos, provocando estragos irreparáveis na vida e no trabalho dos portugueses, poderá permanecer ou agravar-se a partir da proposta de lei apresentada.. », afirmam 132 personalidades ligadas à vida intelectual portuguesa que resolveram constituir-se em **Comissão Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão** (...). Num texto destinado a subscrição nacional e largamente difundido em todo o país proclama-se que «os signatários repudiam desde já a proposta governamental e todas as que a ela se assemelhem e visem manter qualquer forma de censura, quer expressa, quer disfarçada».

(...)

Pelo objectivo que visa, pelo amplo carácter unitário de que se reveste, pelas largas perspectivas de mobilização das massas que oferece, a actual **Campanha contra a censura** constitui, no momento, uma das mais importantes frentes de luta antifascista.»

(«A luta contra a censura!» — «Avante!», VI Série n.º 430, Junho de 1971)

Em Foco

Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 809
29 de Junho de 1989
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Comentários aos resultados eleitorais

Um balanço positivo

Passadas que foram as eleições para o Parlamento Europeu o tempo é de reflexão e balanço dos resultados alcançados, que novas e importantes batalhas políticas aguardam no futuro próximo.

Para além das apreciações de conjunto já efectuadas — como fez o Comité Central do PCP e de que o «Avante!» deu conta a semana passada — natural é que a nível regional idêntico trabalho seja feito, desta vez mais centrado nos resultados obtidos localmente.

Nas páginas que se seguem, dirigentes e organizações do Partido dizem como, nas suas perspectivas, entendem os resultados eleitorais.

Uma leitura indissociável, como não podia deixar de ser, das realidades próprias de cada região, da implantação dos comunistas e seus aliados, dos problemas e dificuldades políticas sentidos, do esforço militante para levar a todo o lado a mensagem da CDU.

Uma leitura virada já, naturalmente, para as eleições autárquicas que terão lugar lá para o fim do ano e encaradas agora com renovadas forças.

Porque, pesados os dados, e como se pode concluir da leitura de todos os contributos — sem esquecer naturalmente os de dois dos deputados eleitos — o balanço é positivo.

CDU

Comentários aos resultados eleitorais

CDU subiu no distrito da Guarda Resultados expressivos em Castelo Branco

■ ***António Gervásio***, membro da Comissão Política do CC

Não tendo ainda todos os dados recolhidos e um balanço colectivo da DORBI podemos, no entanto, adiantar desde já alguns aspectos mais significativos:

A CDU alcançou na Beira Interior (como no País) um importante êxito eleitoral. No distrito da Guarda, com uma abstenção de 48,4%, a CDU subiu em números absolutos (mais de 200), subiu em 6 concelhos e passou de 3,3% para 4,6%. No distrito de C. Branco a abstenção foi de 50,9%. A CDU baixou cerca de 900 votos em relação a 1987, mas subiu em 2 concelhos e aumentou de percentagem de 6% para 7,9% no distrito. Os resultados alcançados em 18 de Junho, não sendo espectaculares, pois a votação da CDU na região é ainda bastante baixa, são, contudo, expressivos e são uma derrota da direita e confirma que o eleitorado que vota PCP e nos seus aliados é um eleitorado esclarecido e consequente.

A direita é efectivamente a força política derrotada eleitoralmente aqui na região. É ela que sofre a grande condenação do eleitorado. O PSD e o CDS foram duramente penalizados. No distrito de C. Branco, o PSD perdeu em todos os concelhos 23 000 votos, 40,3%. O CDS perdeu também em todos os concelhos mais de 6000 votos, 30,9% da sua votação.

No distrito da Guarda, o PSD e o CDS tiveram uma baixa generalizada, perdendo o PSD mais de 20 000 votos, 37,2% e o CDS perdeu cerca de 6000 votos, ou seja, 23,6% da sua votação.

O PS subiu em 9 concelhos do distrito de C. Branco, baixou em Belmonte e na Covilhã perdeu mais de 1200 votos. Não conseguiu atrair os 7550 votos do PRD, que tratou mal.

Quanto ao distrito da Guarda, o PS subindo em percentagem, perdeu votos (mais de 400) e não foi capaz de ganhar os mais de 2000 votos do PRD. A sua estafada estratégia de bipolarização, ou seja, ora PSD, ora PS, com a mesma política ao serviço do grande capital, caiu por terra, não convenceu o eleitorado. O PS pagou uma vez mais a sua colaboração com a direita, ultimamente bem marcada na revisão da Constituição.

Os restantes 8 pequenos partidos, cuja missão principal foi fazer anticomunismo e desorientar o eleitorado, não tiveram, na região, expressão eleitoral significativa. No distrito da Guarda subiram pouco mais de 800 votos. Foi o MDP que mais subiu. E no distrito de C. Branco baixaram 2500 votos, somente o MDP e MRPP subiram. Mais uma vez a experiência confirma que os votos nestes (e noutros) pequenos agrupamentos sem hipótese de eleger ninguém são votos para deitar fora.

O PSD e toda a direita não querem engolir a sua pesada derrota eleitoral e o grande êxito obtido pelo PCP e seus aliados. Numa desesperada campanha anticomunista em torno dos acontecimentos na China, na Polónia, dos «dissidentes» do PCP, etc., procuram distrair as atenções da opinião pública do significado das eleições de 18 de Junho, apagar a derrota da direita e o grande êxito da CDU. A abstenção expressa indiferença e desconfiança para com a CEE, mas marca sobretudo a condenação vigorosa da política antipopular e antidemocrática do Governo PSD/Cavaco Silva. É esse o sentido que a direita procura esconder.

A CDU fez uma boa pré-campanha e campanha eleitoral, numa perspectiva sempre a subir. Em toda a região a CDU foi a primeira força política a sair para a rua ao contacto com o eleitorado. Tomámos a dianteira e as outras forças políticas não tiveram pedalada para acompanhar a dinâmica da CDU. Realizámos na pré-campanha e campanha centenas de iniciativas em toda a região, materializadas em encontros, debates, reuniões, convívios, festas, sessões, visitas a locais de trabalho, porta-a-portas, distribuições de documentos junto de empresas, nos mercados e feiras, caixa a caixa, bancas. Iniciativas com vídeo gigante, algumas com sucesso, como em S. Romão (Seia) com 2000 pessoas e em Gouveia com mais de 400 presenças. No concelho da Covilhã, um autocarro-musical com bombos, música, bandeiras e juventude, percorrendo freguesias com grande sucesso, etc.

Dirigimos os nossos esforços e meios principais para os centros de maior concentração do eleitorado. Fomos a força política mais combativa e empenhada no esclarecimento sério do eleitorado. A CDU foi a primeira força na afixação de pendões, cartazes e faixas, na distrituição directa de propaganda. A CDU dominou em toda a região com iniciativas e propaganda. As dificuldades de militância da direita e do PS foram notórias. Os pequenos partidos praticamente não se viram.

Sem negar as nossas dificuldades reais e o facto de muitos militantes terem ficado a ver passar a campanha, é justo destacar o espírito de combatividade e de responsabilidade de muitos militantes, dos funcionários do Partido e dos jovens comunistas que deram tudo e foram a força dinâmica desta batalha eleitoral.

Verificámos da parte das populações uma boa receptividade às nossas iniciativas, propaganda e mensagem. Não encontrámos hostilidade, mesmo naquelas zonas onde antes era difícil a CDU aparecer.

O traço mais geral que encontrámos foi o descontentamento generalizado contra o Governo PSD/Cavaco Silva, falando dos problemas de saúde, emprego, custo de vida, reformas, «só promessas», etc.

Nestas eleições ficou uma vez mais demonstrado que uma boa pré-campanha é decisiva para uma boa campanha. Os encontros, debates, plenários, reuniões, sessões e outras, do Partido e unitários, na pré-campanha, são fundamentais para dinamizar o trabalho e lançar a nossa mensagem. Os documentos de fundo com as ideias centrais devem ser lançados na pré-campanha e não no meio ou quase no fim das campanha quando já ninguém lê papéis.

Apareceram nesta campanha boas referência à propaganda central, melhor qualidade gráfica e de conteúdo, mais leve e concreta. Boas referências aos tempos de antena na televisão da CDU, à lista e ao cabeça de lista com um discurso claro, sereno e sério.

Como salienta o documento do CC da reunião de 20 de Junho, o êxito da CDU alegrou, como é óbvio, os militantes do nosso Partido e todos os outros democratas na nossa região. Este resultados eleitoral contribui para alargar a unidade dos democratas, reforçar a organização do Partido e dá força à organização para as novas tarefas que temos pela frente com vista às eleições autárquicas de Dezembro, agora em diante uma das tarefas prioritárias.

Na nossa região procurámos, dentro do possível, associar as eleições para o PE com a preparação das listas para as autarquias. Realizaram-se encontros da CDU, avançou-se na formação das listas, formaram-se comissões CDU. Os comunistas e outros democratas da Beira Interior trabalham para aumentar o número de eleitos nos diversos órgãos autárquicos. E um dos grandes objectivos é ganhar a câmara da Covilhã. Existe combatividade e confiança. É necessário alargar a unidade dos democratas. Milhares de eleitores recusaram-se a dar o voto ao PSD/Cavaco Silva. É necessário trabalhar e ganhar esses muitos milhares de eleitores a dar mais um passo em frente: votar PCP e sua aliados na CDU! ■

Aveiro: CDU foi bonito!

■ ***Sérgio Teixeira***, suplente da Comissão Política do CC

Muitas têm sido as interpretações aos resultados eleitorais de 18 de Junho, mas em todas elas há um denominador comum. **A CDU obtém um êxito eleitoral** sem embandeirar em arco, mas também sem subestimar os resultados, eles apresentam enormes perspectivas de trabalho, incutindo confiança, dando ao mesmo tempo força às ideias, que defendemos.

Foram vários os factores que determinaram para estas eleições um quadro complexo, por questões internas e externas.

A grande combatividade, a militância, a alegria de quem acredita, inovação nas formas e nos métodos da intervenção, as ideias fortes e compreendidas foram factores importantes no desfecho dos resultados da CDU.

Em contraste com esta grande dedicação do colectivo Partidário nesta tarefa difícil, surgiu um ínfimo coro a fazer contravapor como se o perigo viesse donde dizem estar, mas estão ausentes.

Afirmações recentes de que o êxito da CDU se deve às «chamadas contribuições críticas» torna-se um autêntico desvario intelectual que atinge as raias do absurdo.

Mas falando de coisas bonitas podemos extrair destes resultados da CDU a afirmação da seriedade, da preocupação do estudo e das propostas, da coerência de análise e da postura responsável de quem tem uma visão séria da Política.

O Comité Central analisou já os resultados eleitorais:

Algumas palavras sobre o Distrito de Aveiro.

Em Aveiro partiu-se para estas eleições bastante cedo, visita de Deputados, contactos com as forças económicas e sociais, elaboração de propostas, e esclarecimento acerca da CEE, intenso contacto com comunicação social e regional.

Como resultado concreto deste trabalho a apresentação e aprovação no Parlamento Europeu duma proposta sobre Aveiro apresentado pelos Deputados Comunistas.

Quanto às formas da campanha, a inovação, os meios diversificados de levar a mensagem, Avioneta, Asa Delta, Bateiras, Rádio Movel, Gigantones a par das acções mais tradicionais foram motivos de confiança e força que arrastaram os mais indecisos. No plano político definimos fazer sentir a necessidade da penalização ao Governo: denunciar com clareza a política do PS de alianças com a direita; apresentar as nossas propostas concretas (a CDU foi a única força com programa para o Distrito).

Analisando os resultados podemos dizer — satisfeitos, mas não conformados. A Direita no seu conjunto foi fortemente penalizada perdendo 84 000 votos no distrito ou seja 36% do seu eleitorado.

O PS sofre no distrito a perda de 14 mil votos a maior percentual a nível nacional — perdendo 18% do seu eleitorado. De registar ainda que o PS no distrito de Aveiro sofre a nível nacional a maior perda de votos em termos absolutos a seguir ao Porto.

Tais números provam que o eleitorado do distrito captou o significado da política do Partido Socialista, de sucessivos entendimentos com a direita em questões fundamentais para os trabalhadores e o regime democrático.

A CDU no distrito teve uma descida ligeira em termos absolutos, mas subiu em termos percentuais de 3,9% para 5,4%

A CDU no distrito de Aveiro é das grandes forças políticas a única que tem subidas em termos absolutos — Concelho da Feira, Espinho, cidade de Aveito, e muitas das mais importantes freguesias.

Como referiu a CDA do PCP na sua última reunião, analisando a abstenção, a votação na CDU, a descida de votos do PS e os cerca de 10 mil votos dispersos em candidaturas sem expressão, **permite encarar com optimismo as eleições para as autarquias locais.**

Surge como possível e com a dinâmica agora criada o reforço da votação na CDU. ■

Comentários aos resultados eleitorais

Também em Trás-os-Montes o trabalho e o empenhamento da CDU

■ ***Vasco Paiva***, membro do Comité Central

Para começar uma breve apreciação aos resultados eleitorais.

Quer em Bragança, quer em Vila Real nenhum dos quatro partidos ou coligações atinge a sua votação de 1987.

A CDU é a que mais se aproxima em valores absolutos da sua votação anterior e aumenta em termos percentuais. Em Bragança fica a 354 votos de 87 e em Vila Real fica a 317 votos.

O PS não refaz a sua votação de 87 e naturalmente muito menos se lhe adicionarmos a votação do PRD. Em Bragança fica a 384 votos da sua votação, e a 1633 da votação PS+PRD. Em Vila Real fica a 330 votos da votação PS em 87, e a 2264 votação PS+PRD.

O PSD tem grandes perdas de votação: 24 267 votos perdidos em Vila Real e 18 296 votos perdidos em Bragança.

O CDS também perde muito – 3452 votos em Bragança e 3057 votos perdidos no distrito de Vila Real.

Dos outros partidos a registar apenas o MDP que no distrito de Vila Real mantém o aumento de votação verificada a nível nacional, mas baixa a sua votação em termos absolutos e percentuais no distrito de Bragança.

O PSD tinha aparecido com grandes optimismos na região face a estas eleições.

Armando Moreira, candidato em 12.º lugar na lista para o P.E. pelo PSD estava convencido que «ia para a Europa». Chegou a preparar a sua despedida e, diz-se, a comprar vivenda em Cascais para ficar mais perto do aeroporto. Já nas vésperas das eleições este presidente da Câmara de Vila Real, põe dois anúncios nos jornais «PJ» e «CP» o que motivou um protesto nosso e pedido de queixa crime à Comissão Nacional de Eleições em que esta nos deu razão, desencadeando os mecanismos legais.

Nesse anúncio do PSD, Armando Moreira vaticinava: «Vou colocar a minha experiência como presidente da Câmara Municipal de Vila Real, durante 12 anos, ao serviço de Trás-os-Montes, no Parlamento Europeu».

E, nada peco nos seus propósitos, acrescentava:

«O PSD nos distritos de Vila Real e Bragança, está empenhado em obter o melhor resultado de sempre». «Ninguém vai ficar indiferente». Viu-se.

Esta confiança exuberante ainda se manifestava poucas horas depois das eleições em que vários carros do PSD chegaram a sair à Rua, a comemorar a vitória que não existia. Logo de seguida apressavam-se a retirar os cartazes e placards de foto do Armando Moreira que ombreavam com Capucho e Pimenta.

O PS fez uma campanha apagada, Sampaio e Torres Couto fizeram um percurso pelo distrito de Vila Real quase sem ninguém para os ouvir nomeadamente em Montalegre e na Borralha, mesmo assim discursando para o vazio, tiveram direito a cobertura televisiva que só focava a mesa. Os seus dirigentes locais viviam à sombra de uma vitória fácil, de certa forma convencidos que o trabalho que nós fizéssemos, mais o descontentamento contra o Governo, lhes daria votos sem trabalho. Anunciavam à boca cheia percentagens superiores a 30 por cento.

Em concelhos onde detêm a presidência da Câmara — Régua e Santa Marta de Penaguião — não obtiveram sequer a sua votação anterior, o que não está dissociado da sua má gestão autárquica.

O PSD, apesar dos meios que mobilizou e do empenhamento pessoal de Armando Moreira, teve pouca adesão nas suas iniciativas públicas. No dia 13, feriado municipal em Vila Real, dia em que a cidade estava cheia de gente vinda para a romaria de Santo António, programaram e anunciaram uma iniciativa para as 17 horas. Porque não tinham ninguém, adiaram para as 19 horas e, depois, perante novo fracasso, mudaram para a noite e para o centro da cidade. As pessoas passavam ao lado e foi mais um fiasco. O PSD/Governo fez a sua própria campanha com muitas inaugurações, visitas e mais promessas.

A nossa campanha, feita em condições difíceis, teve menos meios e menos quadros funcionários do que em campanhas anteriores. Privilegiou-se mais as idas às feiras, o contacto pessoal e o porta-a-porta. Assentou excessivamente nos funcionários e nos quadros mais activos. Foi difícil empenhar a organização do Partido. Os militantes mobilizavam-se para algumas tarefas mas era difícil o seu empenhamento para uma acção contínua. Mesmo assim fomos a todos os concelhos, cobrimos com propaganda todos os concelhos da região. Em alguns casos havia quem dissesse que exagerávamos, «até parecíamos a primeira força política da região». Foi muito importante este nosso empenhamento, assim como foi importante termos sido os primeiros a arrancar e durante muito tempo os únicos que tínhamos propaganda, íamos às feiras, contactávamos as pessoas.

Em muitas das idas às freguesias e quando contactávamos os camaradas para a fiscalização do acto eleitoral, confirmava-se o que já tínhamos detectado anteriormente — muitos camaradas emigrados. Por exemplo, só numa freguesia em que temos 13 militantes, 12 estavam na Suíça.

Esta emigração, sazonal em muitos casos, repetiu-se nas dificuldades de empenhar a organização, na abstenção e na fiscalização do acto eleitoral.

A questão da fiscalização do acto eleitoral tem de merecer outra atenção da nossa parte e tem vindo a piorar. Naturalmente que, existindo uma menor militância, também se reflecte nisso.

São votos mal anulados a nós e mal validados aos outros. É o campo aberto a imensas chapeladas — quantos votam sem identificação alguma? E sem estar a fazer o recenseamento a todas as burlas, fica apenas um dado: uma assembleia de voto funciona com várias secções, dispersas por várias aldeias. O caderno eleitoral é só um e não é dividido — moral da «estória»: o cidadão pode votar várias vezes, isto é, uma vez em cada aldeia...

Apesar da nossa votação ser modesta na região, subimos em números absolutos, por exemplo, em cinco concelhos do distrito de Vila Real, (concelhos de Vila Real, Mesão-Frio, Ribeira de Pena, Sabrosa e Santa Marta); subimos em cidades e na única freguesia CDU da região, Provezende, fomos os únicos a subir tendo (pela primeira vez em eleições gerais) ultrapassado o PS. Os resultados eleitorais necessitam de um melhor estudo da nossa parte; há resultados positivos (e outros não, é óbvio) como por exemplo no Cachão, em que também aí somos os únicos a subir o que, na nossa opinião, tem a ver com a nossa acção diária, com a luta dos trabalhadores, com o descontentamento e o desencanto face ao PS.

É positivo ainda termos conseguido, a par da campanha eleitoral, promover, apoiar, acompanhar diversas lutas de massas que convergiram neste período: as lutas de Valpaços e Mirandela contra a eucaliptização indiscriminada; o encontro-festa dos Baldios, as manifestações dos professores em Vila Real e Chaves e a adesão à greve em toda a região, a greve da Função Pública e em muitos destes casos eram os mesmos camaradas que tinham de tocar vários instrumentos ao mesmo tempo...

A campanha projectou iniciativas, trabalho, para o futuro.

Tivemos pela primeira vez na região, iniciativas conjuntas com o PC da Galiza (sul). Iniciativas levadas a cabo no âmbito da CDU e da Esquerda Unida, permitiram-nos a abordagem de temas de grande impacto regional e interfronteiriço como o caso da não-articulação das redes viárias (as famosas IPS, de Trás-os-Montes com a Galiza e Zamora.

A visita de Joaquim Miranda e encontro com o presidente da Casa do Douro permitiu que ficasse agendada a ida deste ao Parlamento Europeu, a nosso convite. Tal iniciativa permitirá um melhor tratamento dos problemas da Região e em particular do «Vinho do Porto» em Estrasburgo.

Também o encontro do Barros Moura com a NERVIR (Núcleo Empresarial de Vila Real), levou a que este nosso deputado esteja já a preparar, em colaboração com a NERVIR, uma visita de uma delegação interpartidária do PE à região.

Finalmente os nossos resultados eleitorais são bons para a acção, para a luta de massas, são bons para a preparação e para a batalha das eleições autárquicas e bons para a saúde do Partido — para o combate a tendências fraccionistas e (ou) oportunistas.

Agora temos de arregaçar as mangas (já estavam arregaçadas) para a Festa do «Avante!», mas temos de pedalar muito para a elaboração das listas para as autarquias.

Temos menos quadros, menos meios. Vivemos numa região adversa, difícil. Mais uma vez o PS faz o assédio a muitos militantes nossos ou apoiantes da CDU para o apoio e o voto no PS. A conversa é sempre a mesma: «os nossos partidos não se entendem, mas aqui localmente podemos entender-nos», e a proposta é invariavelmente a mesma sob o manto de que é preciso derrotar o PSD, «vocês não deviam concorrer à Câmara, e integrar as listas do PS»...

Mais uma vez procuram o que ainda não conseguiram — esmagar o PCP. Deixar de concorrer seria desistir da luta e em muitos casos desaparecer do mapa político da região.

Não podemos subestimar o perigo deste canto da serpente, todos somos sensíveis à necessidade de derrotar a direita e isso pode confundir, iludir muitos camaradas e amigos.

Temos exemplos na região de que a gestão do PS nada se diferencia da gestão do PSD (às vezes bem pelo contrário), isto quer em presidências de Câmara quer na inacção dos seus vereadores e outros eleitos autárquicos. Também aqui em Trás-os-Montes temos provas do trabalho dos nossos eleitos e a acção altamente positiva da Junta de Freguesia de Provezende (CDU).

No Plenário da DORT do PCP, que fizemos para a análise dos resultados eleitorais e as tarefas futuras, decidimos:

— Concorrer a todas as câmaras e assembleias municipais:

— Trabalhar para concorrer ao maior número de freguesias possível.

Definir como objectivos:

— Eleger vereadores CDU nas câmaras municipais:

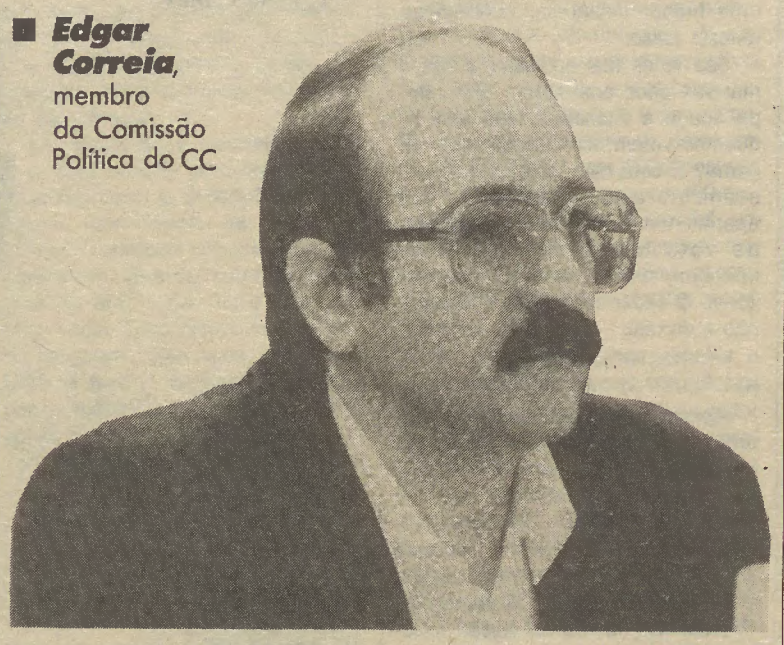
— Eleger mais deputados CDU nas assembleias municipais e, porque Trás-os-Montes precisa de mais freguesias CDU para progredir e se desenvolver, vamos trabalhar para ganhar mais juntas de freguesias.

Com as forças que temos, é este o trabalho que temos pela frente. ■

Comentários aos resultados eleitorais

Porto:
CDU tem o melhor resultado em termos relativos

■ ***Edgar Correia***, membro da Comissão Política do CC



Comparados os resultados com os do PE 87, e apesar do acréscimo de 62 mil inscritos nos cadernos, **votaram menos 241 mil eleitores no distrito do Porto.**

O PSD perdeu 105 mil votos, o CDS 59 mil, o PS perdeu cerca de 53 mil votos e a CDU teve uma votação inferior à de 1987 em apenas 11 mil votos.

Trata-se, em primeiro lugar, de um grande desaire do PSD e do seu governo, e a direita no seu conjunto.

Em termos relativos, **a CDU averbou o melhor resultado entre as principais forças partidárias.**

Números redondos, por cada cem votos de 1987, a CDU obteve 86, o PS 81, o PSD não ultrapassou os 69 e o CDS ficou apenas pelos 61.

É necessário aprofundar a análise da abstenção e das deslocações eleitorais verificadas, **para ver até que ponto no distrito do Porto o aumento da abstenção terá desfavorecido eleitoralmente a CDU.**

É nesse sentido que apontam factos tais como:

— algumas das percentagens mais elevadas da CDU (Gondomar, Porto, Matosinhos, V.N. Gaia) têm exactamente lugar em concelhos onde a abstenção é inferior à média distrital (44,90%);

— inversamente as percentagens mais baixas da CDU registam-se nos concelhos onde a abstenção é mais elevada (Marco e Amarante com mais de 51% de abstenção e Baião quase com 64%);

— a abstenção é mais elevada que a média em freguesias populares como as ribeirinhas, no Porto, em Campanhã, e outras; inversamente, alguns dos mais baixos níveis de abstenção situam-se em freguesias urbanas tipicamente de eleitorado de direita.

As subidas mais significativas de percentagem da CDU têm exactamente lugar nos concelhos do Grande Porto (Maia, Gondomar, Valongo, Porto, Matosinhos, Gaia) e em Santo Tirso, abrangendo cerca de 70% do eleitorado e 84% dos votantes da CDU.

Embora em todos os restantes concelhos se tenha verificado subida de percentagem da CDU, ela é inferior a um ponto em nove concelhos do interior e no litoral norte do distrito, o que comprova uma nítida assimetria entre as duas áreas.

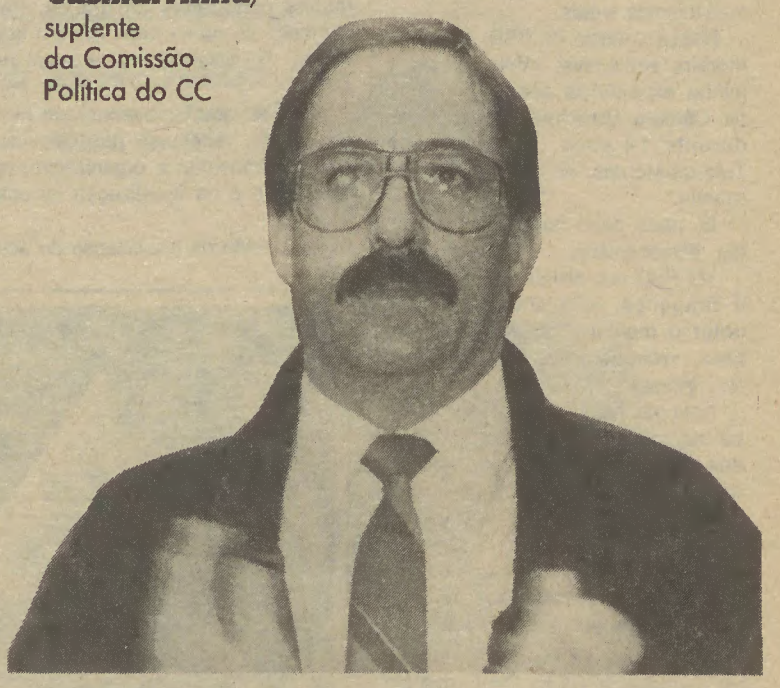
É significativo que mesmo no distrito do Porto onde o PS obtém tradicionalmente as suas melhores votações nacionais, os resultados nos principais concelhos tenham desmentido os projectos bipolarizadores dos principais dirigentes.

Apesar das características desfavoráveis que o último acto eleitoral apresentou para a CDU, não pode deixar de ser **anotado como positivo o facto de que em 10 dos 17 concelhos (incluindo todos os referidos do Grande Porto), e que abrangem 80% dos eleitores do distrito, a CDU tenha conseguido melhorar a sua posição em relação ao PS.**

Trata-se de uma tendência positiva que a somar ao facto de nas eleições autárquicas o nível de votação da CDU no distrito do Porto se situar claramente acima das eleições para o PE, cria condições favoráveis para um novo avanço da CDU nas próximas eleições para as autarquias. ■

Madeira:
É possível fazer mais e melhor

■ ***António Casmarrinha***, suplente da Comissão Política do CC



Os resultados das eleições de 18 de Junho foram sentidos de forma bastante positiva pelos comunistas e seus aliados também na Região Autónoma da Madeira, tanto pelo êxito alcançado pela CDU, como pela derrota sofrida pelo PSD, que tem na Região grande influência eleitoral.

Em relação à Região, a campanha eleitoral foi polarizada em torno da eleição de um madeirense para o PE, tanto pelo PSD cujo candidato se encontrava em oitavo lugar na lista, como pela UDP que tinha um dos seus dirigentes regionais em segundo lugar.

Este cunho 'regionalista' trouxe benefícios para as duas forças políticas.

A UDP que demagogicamente procurou ganhar votos à custa da afirmação da eleição do seu candidato para o Parlamento Europeu, assentou a sua campanha no aparecimento nos tempos de antena da televisão dos seus dirigentes regionais, o que, sem dúvida, lhe permitiu o aumento de votos conseguido, já que não nos foi possível combater em toda a extensão tal campanha.

Quanto ao PSD, o facto de ter imprimido este cunho 'regionalista' e a habitual utilização do aparelho do Governo Regional e do Poder Local que domina inteiramente, permitiu-lhe evitar uma perda de votos ainda mais elevada do que os 12,9 por cento que teve.

O PS manteve, na Região, a tendência nacional, não conseguindo obter a sua própria votação de 1987, tendo perdido 23,3 por cento da votação que juntamente com o PRD obtiveram em 1987.

Também o CDS vê reduzido o número dos seus votos em relação às eleições de 1987, já que perdeu 9,2 por cento.

Quanto à CDU, que subiu em percentagem, teve uma quebra de 130 votos em relação a 1987, o que significa que manteve no fundamental a sua votação.

Apesar disso, os resultados não-nos satisfazem, pois pensamos que, mesmo considerando todas as dificuldades com que nos defrontamos na região, é possível fazer mais e melhor.

É nesse sentido que iremos continuar a trabalhar para que em Dezembro próximo possamos trazer para a CDU votos que já constatámos terem sido deperdiçados em pequenas forças políticas que, como afirmámos na nossa campanha, e contrariamente ao que propagandeavam, não tinham quaisquer possibilidades de eleger deputados.

Esta nossa insatisfação face aos resultados regionais, aliada à grande satisfação resultante do êxito nacional, dá-nos forças para enfrentarmos com confiança mas também cientes das dificuldades, as batalhas que temos pela frente, nomeadamente a das eleições autárquicas deste ano, que também na Região já iniciámos e vamos intensificar. ■

Comentários aos resultados eleitorais

Um bom resultado no Algarve

■ ***Carlos Luís Figueira***, suplente da Comissão Política do CC

No quadro de um universo eleitoral extremamente complexo como é o do Algarve, decorrente das profundas mutações que ao longo dos anos se foram operando na região, a CDU obteve um bom resultado eleitoral expresso na subida de 3 pontos percentuais, passando de 10,53% em 1987 para 13,46% em 89, confirmando-se como uma importante força política na região.

As mais altas percentagens foram obtidas em zonas de tradicional força eleitoral da CDU, com particular expressão na freguesia de Silves e Montegordo onde continuamos a ser a força política mais votada.

O Algarve foi a região do continente onde os níveis da abstenção atingiram maior expressão: 55%. Tal fenómeno de profundo significado político, tocou de um modo geral todas as forças políticas, incluindo a CDU, e para a sua compreensão e significado não contribuem as simplistas análises que apontam como fenómeno principal o sol e a praia. Para não ir mais longe em Julho de 1987 as eleições realizaram-se em pleno verão, no mesmo Algarve, e os níveis de votação foram substancialmente maiores como se sabe.

Do quadro político saído de 18 de Junho ressaltam sumariamente os seguintes dados: a perda pelo PSD de praticamente metade do seu eleitorado passando de 73 169 para 38 363 com a queda de 8 pontos percentuais (38,5 para 30,7); a perda pelo PS de cerca de 4000 em relação a 87 acrescidos de cerca de mais 10 000 do PRD que não captou; a perda de 6000 do CDS e de cerca de 3000 da CDU. Nos pequenos partidos da área democrática perderam-se inutilmente cerca de 7000 votos. Com tais resultados as forças democráticas voltaram a ser largamente maioritárias no Algarve.

Se para o fenómeno abstencionista que em geral tocou todas as forças políticas contribuíram o desencanto e desinteresse de parte importante da população face a estas eleições, ou ainda questões mais pontuais como o nível de remuneração dos deputados, outras razões mais importantes contribuíram para a derrota do PSD e para o afundamento da falência da estratégia de bipolarização ou alternância do PS.

A perda de metade do eleitorado pelo PSD é de facto uma atitude de protesto e distanciação face à política do Governo PSD/Cavaco Silva de nada lhe valendo o facto do Primeiro-Ministro ser de Boliqueime, e o Mendes Bota, presidente da Distrital do PSD, ter no Algarve uma campanha personalizada com forte presença no terreno e vários brindes próprios como oferta, ou ainda as inaugurações de última hora organizadas pelo Governo, exactamente no último dia da campanha eleitoral.

O PS fica longe dos resultados sonhados e propagandeados pelos seus dirigentes e apesar de ter passado para Partido mais votado na região não capitaliza a aliança com o PRD, nem se afirma como força de atracção do descontentamento da política do PSD. É a falência de toda a sua estratégia política. De tal facto não pode dissociar-se as alianças políticas do PS com a direita (na revisão da Constituição, nas autarquias, no projecto de sociedade) o comprometimento com o PSD no adiamento da regionalização, a par da completa ausência de propostas para solucionar os graves problemas que o Algarve defronta, face até à integração na CEE.

A CDU que tinha à partida como grande preocupação vencer o fenómeno abstencionista ganha em parte esta batalha através de uma campanha assente na militância esforçada dos seus principais quadros, na forma séria e concreta da abordagem das questões da integração, na valorização das questões sociais que estão em causa. Tal posicionamento deu-nos ainda a capacidade para atrair à votação na CDU um novo eleitorado facto de inegável importância para o futuro.

Os resultados destas eleições necessitam de um estudo aprofundado e de um debate generalizado no Partido e nas estruturas unitárias que dão corpo à CDU, mais que não seja porque as eleições autárquicas estão à porta e a luta contra este Governo e esta política tem de continuar a intensificar-se.

O enorme volume abstencionista que nestas eleições expressou dessa forma o seu descontentamento contra a política do Governo do PSD é e deve ser um importante campo de disputa e atracção eleitoral para a CDU. O desencanto e a descrença que nele se manifesta face à possibilidade de alterar a situação do País tem de ser mobilizado para um projecto de sociedade defendido pelo PCP no quadro da CDU com a convicção e a justeza de propostas claras que galvanizem e entusiasmem.

A luta social, a acção reivindicativa, o movimento cultural e associativo, a nova projecção adquirida pela defesa da ecologia e do meio ambiente, são importantes meios de mobilização e consciencialização.

Tal proposta e acção tem de estar presente já nas próximas eleições autárquicas nas quais a CDU, com base no exemplo da obra realizada e de um projecto alternativo de gestão, pode e deve mobilizar para ele forças sociais importantes que já hoje não se referenciam noutras forças políticas, designadamente nas gestões do PS e do PSD.

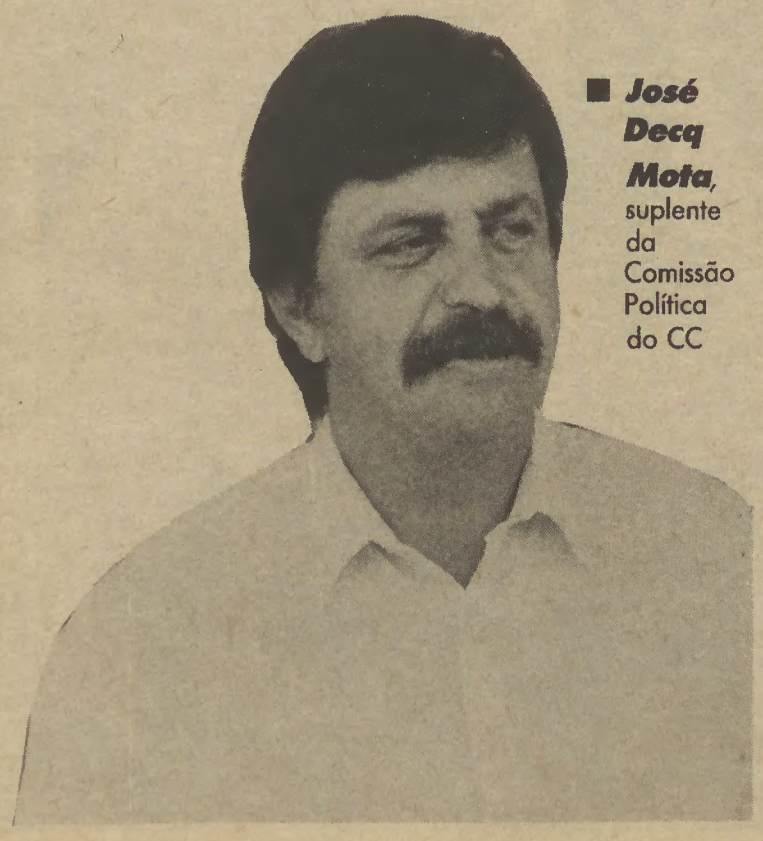
No Algarve e no complexo universo eleitoral que o constitui, a CDU tem de ter a capacidade para se dirigir e ganhar fatias de um eleitorado para além do tradicional ou daquele que mais próximo socialmente está das nossas posições. Para tal é preciso audácia, convicção e construção de projectos credíveis que respondam de facto a preocupações de tais camadas, apostem e vençam preconceitos em relação a nós.

Os resultados obtidos em 18 de Junho pela CDU, a importante vitória alcançada, renovou confiança, animou a organização do Partido e vai certamente mobilizar novas energias para as batalhas seguintes permitindo travá-las em melhores condições e obter nelas ainda melhores resultados. ■

Açores:
Analisar o presente pensando no futuro

Pede-me o nosso «Avante!» um depoimento sobre os resultados eleitorais do passado dia 18 na Região Autónoma dos Açores.

Poderia preencher este espaço com uma análise mais ou menos completa dos números e das suas variações, mas prefiro antes, pôr à consideração dos leitores algumas muito breves reflexões e também preocupações.



■ ***José Decq Mota***, suplente da Comissão Política do CC

Como primeira nota convém dizer e sublinhar que o sucesso eleitoral nacional alcançado pela CDU também se faz sentir na Região, não tanto pelo meio ponto percentual que alcançámos a mais cá, mas fundamentalmente pelo facto de, no seu conjunto, os comunistas e os seus aliados terem conseguido, numa conjuntura muito difícil, provar a sua forte inserção na sociedade portuguesa e contrariar, assim, todos quantos nos querem diminuir ou destruir.

No que toca aos Açores, os resultados de 18/6 demonstraram que a mudança na situação específica regional pela qual lutamos há muitos anos, está de facto em marcha, como aliás as eleições legislativas regionais de Outubro de 1988 demontraram já.

A abstenção, fundamentalmente resultante do descontentamento, é enorme (60 por cento). A queda do PSD é profunda, quer em pontos em relação a 87, quer em votantes (em relação quer a 87 quer a 88). O PS sobe em relação a 87 cerca de 8 pontos, mas situa-se sete pontos abaixo dos que obteve nas regionais de 88. O CDS mantém-se sensivelmente estável, bem como a CDU, tendo ambos uma subida muito ligeira.

O nosso resultado regional é modesto, está muito longe da nossa implantação social regional, estando mesmo, na minha opinião, muito aquém da real influência política que hoje temos na região autónoma. Neste ponto reside a nossa principal preocupação.

A nossa expressão eleitoral, toda ela baixa, é porém variável de acto para acto, conforme se trate de eleições legislativas nacionais, legislativas regionais, autárquicas ou europeias, e tem variado entre os 2,5% e os 4,5%. Consolidada que está a nossa intervenção social e política, depois dos anos da violência (75 a 79), respeitadas como são hoje a nossa acção e as nossas propostas específicas, torna-se urgente concentrar esforços e meios na criação de condições para fazer aproximar muito mais a expressão eleitoral da influência política e social que temos realmente.

A CDU/Açores conta hoje, para além do nosso Partido, com o contributo e apoio de destacadas personalidades como é o caso da Dr.ª Lúcia Lemos, candidata independente ao PE pela CDU, que participou de modo extremamente empenhado e eficaz na campanha eleitoral.

O PSD e o PS apresentaram, nas suas listas, candidatos originários dos Açores em posição elegível, o que lhes permitiu, fugindo completamente ao debate dos nossos problemas próprios, afirmar, contudo, que iriam pôr em Estrasburgo «deputados dos Açores».

A lista da CDU assumiu, entretanto, um compromisso em relação aos problemas dos Açores, compromisso esse que é a garantia de uma intervenção útil a favor da resolução dos problemas específicos desta Região.

Não é contudo fácil mostrar a seriedade e eficácia desta posição. Apesar disso, resistimos, subindo ligeiramente

Há muita coisa que hoje está a mudar nos Açores. A nossa luta tem dado um forte contributo a essa dinâmica de mudança.

Confio que, com empenhamento, esforço e solidariedade vamos conseguir, nos próximos anos, adquirir a expressão eleitoral regional que é indispensável a uma correlação de forças que permita a democratização do funcionamento do sistema autonómico e que imponha a realização de uma política de desenvolvimento socialmente útil. ■

Comentários aos resultados eleitorais

Alguns apontamentos sobre o distrito de Santarém

Os resultados eleitorais do dia 18 de Junho para o Parlamento Europeu no distrito de Santarém, mostram de forma clara o desaire da direita. O PSD perde cerca de 38 000 mil votos e desce percentualmente, passando de 36,22 em 1987 para 31,22 em 89.

O CDS desce de 13,66% para 12,74, o que corresponde a uma perda de 12 424 votos em termos absolutos, passando de 3.ª força para 4.ª.

O PSD e o CDS perdem votos e descem percentualmente em todos os 21 concelhos do distrito. Os resultados eleitorais da direita e particularmente do PSD/Governo Cavaco Silva, demonstram que o eleitorado ribatejano está descontente, está a ser altamente afectado pela política antisocial e antipopular do Governo PSD.

O PS no distrito, perde 6024 votos; em conjunto com o PRD (porque nesta coisa de acordos «quem é para os beijos é para os abraços») perderam 23 651 votos e passam de 29,19 por cento para 28,75.

A estratégia de alternativa, a da «bipolarização» e do «apelo» ao eleitorado comunista, saiu totalmente furada ao PS no distrito. O eleitorado disse não à alternativa PS sozinho, porque ela é igual à do PSD.

A CDU embora com menos 3073 votos, aumenta a sua percentagem de 12,06 para 15,59 e passa de quarta para terceira força em relação às eleições para o Parlamento Europeu.

A CDU viu reforçada a sua posição maioritária em Chamusca, Coruche, Benavente e Alpiarça e em relação às últimas eleições europeias reforçou a sua votação em Abrantes, Constância, Entroncamento, Mação, Torres Novas, VN Barquinha e VN Ourém.

A votação da CDU no distrito demonstra o reconhecimento e apoio à honestidade, ao trabalho e propostas feitas ao eleitorado.

A CDU foi a única força que além das propostas concretas de âmbito nacional, debateu e elaborou um conjunto de propostas de âmbito regional.

É por tudo isto que os eurodeputados eleitos pela CDU estão em melhores condições de lutar no Parlamento Europeu pela defesa dos interesses das gentes e da região do Ribatejo.

Ao falar-se dos resultados eleitorais não podemos esquecer todo o trabalho realizado pela organização do Partido e da CDU, no contacto com o eleitorado do distrito.

Os vários organismos do Partido e particularmente a DORSA, logo em Janeiro último, traçaram um vasto e diversificado programa de iniciativas: encontros, debates, plenários de quadros do Partido ou da CDU, participação de quadros do distrito em iniciativas nacionais, a 2.ª Assembleia da ORSA, etc.

Foi um conjunto de iniciativas que possibilitou ajudar os quadros a entrarem nesta batalha com confiança e determinação.

Assim, foi possível que a CDU fosse a única força política que estivesse em contacto directo com o eleitorado desde o início de Maio. Todas as outras demonstraram muitas dificuldades em mobilizar os seus quadros para a campanha, não aparecendo com a força que lhes é habitual, particularmente o PSD, PS e CDS.

Na campanha da CDU no distrito é justo realçar o empenho de muitos militantes do PCP, sem esquecer o empenho de «Os Verdes» e de outros democratas independentes. Aqui, tomo a liberdade de destacar a acção de muitos jovens na campanha e muito particularmente o vasto conjunto de jovens de Torres Novas que deram alegria à campanha da CDU.

Os resultados eleitorais da CDU, a campanha eleitoral no distrito trouxeram ao Partido e particularmente aos seus organismos mais responsáveis novos ensinamentos. Justifica-se estudá-los tendo em vista as novas batalhas que se aproximam. É assim que toda a organização do Partido e muitos outros amigos que integram a CDU no distrito, receberam com entusiasmo os resultados para o Parlamento Europeu.

Com esse entusiasmo, com essa confiança, já toda a organização do Partido no distrito está empenhada na realização da festa do «Avante» e na batalha das autarquias locais, onde todo o Partido está determinado a trabalhar não só para defender as posições actuais da CDU como para reforçá-las e conquistar outros municípios.

Os comunistas, «Os Verdes», a Intervenção Democrática e muitos outros democratas independentes do distrito não pouparão esforços para que a CDU reforce as suas posições nas terras ribatejanas, força essencial para o desenvolvimento económico, social e cultural da região.

■ ***Raimundo Cabral***, membro da Comissão Política do CC

O povo de Leiria falou mais alto

Perante a má política do PSD e a surdez do seu Governo, o povo do distrito de Leiria falou-lhes mais alto.

Mais de 90 000 eleitores do distrito que tinham votado nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, desta vez ficaram em casa e, certamente muitos deles, para condenar o Governo e a sua política.

O PSD e o CDS perderam cerca de 60 000 votos no distrito. Esta perda de votos verificou-se em todos os concelhos e em 156 das 159 freguesias que existem no distrito.

Só o PSD, comparando os resultados com os obtidos nas últimas eleições legislativas, perdeu 75 000 votos na região.

O eleitorado do distrito também não está contente com o PS. Longe de ter uma subida de votos, como era esperado, perdeu em conjunto com o PRD mais de 15 500 votos, embora tenha subido, também em conjunto com o PRD, 3,75 por cento.

A CDU partiu à frente na pré-campanha, manteve-se em primeiro na campanha e somou mais 1,94 por cento, embora tenha perdido 1890 votos. Subiu em números absolutos em 31 freguesias. A subida da CDU e dos comunistas está intimamente ligada às lutas sociais aí desencadeadas. Estas lutas foram motivadas pelo profundo descontentamento dos agricultores contra o encerramento dos mercados, nas freguesias de Turquel e Benedita (Alcobaça), Arrabal, Santa Catarina da Serra (Leiria), Carnide, Guia (Pombal), Reguengo do Fetal (Batalha). E ainda, pelo descontentamento dos produtores de leite no concelho de Porto de Mós, nas freguesias de S. Bento, Cerro Ventoso, Alqueidão da Serra, Arrimal e outras.

A CDU subiu também em números absolutos em dois concelhos: Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pêra. Neste último a subida foi de 100 por cento.

Na Marinha Grande, a CDU subiu de 24,4 para 31,7 por cento (mais 7,7 por cento); o PSD baixou de 25,5 para 20,5 (menos 4,9 por cento); o CDS desceu de 8,1 para 7,1 (menos 1 por cento); o PS/PRD desceu de 31,6 para 28,3 (menos 3,3 por cento).

Aqui os factos são claros e indesmentíveis: os eleitores do concelho reforçaram a sua confiança na CDU. A serenidade da campanha da CDU, o amplo contacto directo com as populações e com os trabalhadores nas empresas, a apresentação das propostas concretas, nacionais e regionais, as várias iniciativas públicas trouxeram à nossa campanha uma grande adesão, simpatia e confiança.

A participação alegre, dinâmica e empenhada da juventude comunista deu a toda a campanha um importante contributo.

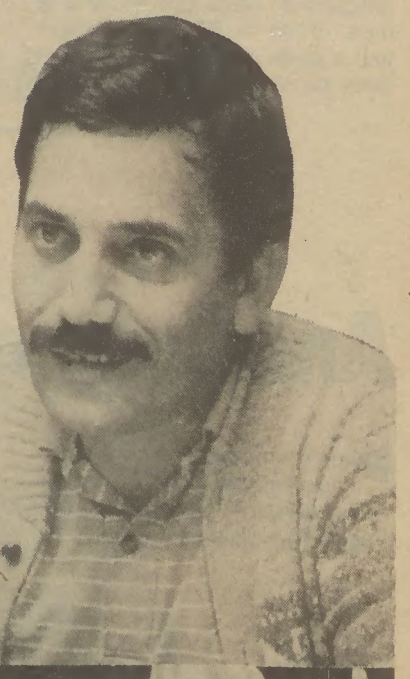
Durante a campanha eleitoral, a luta social exigiu respostas, acompanhamento e ajuda. Destacamos a luta da Função Pública e particularmente a dos Professores, a luta dos trabalhadores da FEIS, IVIMA, Tomé Feteira, a luta dos agricultores dos concelhos do Bombarral, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche.

Os resultados eleitorais de 18 de Junho e o êxito alcançado pela CDU deram muita força e ânimo aos comunistas e às suas organizações. Estamos hoje em melhores condições para prosseguir a luta com confiança.

A severa condenação da política do PSD e do Governo de Cavaco Silva favoreceu a luta dos trabalhadores, dos agricultores e da população em geral. O reforço das posições dos comunistas e dos seus aliados facilitam a nossa acção e empenho na luta pela concretização das propostas apresentadas durante a campanha eleitoral.

As eleições autárquicas de Dezembro próximo são mais uma grande batalha eleitoral que exige forte empenhamento dos comunistas e dos outros democratas seus aliados. A CDU no distrito de Leiria trabalha já intensamente na preparação das listas e dos programas eleitorais, procedendo a uma ampla consulta aos activistas e apoiantes da CDU.

A Festa do «Avante!» espera por nós lá no terreno e exige muito trabalho cá na região: preparar o projecto de implantação, elaborar o programa de participação regional, divulgar a Festa, vender a EP, são algumas das tarefas já em marcha. ■



■ ***António Orcinha***, suplente da Comissão Política do CC

Comentários aos resultados eleitorais

O Alentejo disse sim ao desenvolvimento e não à política de direita

O Alentejo, região de imensas e belas planícies, trabalhadas pelas suas gentes, na luta secular contra os senhores feudais, pelo trabalho, pão, liberdade, paz, soberania e independência nacionais.

Terra de Reforma Agrária e de um dos pilares mais importantes do edifício da democracia de Abril, o Poder Local Democrático.

Terra onde os valores de verticalidade e de dignidade estão assumidos na atitude perante a luta e a vida também tem sido reflectida nas belas telas dos nossos pintores, nas páginas dos nossos escritores e nas mais diversas expressões culturais.

Tem nos sucessivos actos eleitorais confiado no PCP e seus aliados, que assumiram a essência desses valores e património de luta do povo alentejano e simultaneamente têm rejeitado a política de direita sinónimo de latifúndio, opressão-repressão, desemprego e estagnação económica neste terço do território nacional.

Nas eleições de 18 de Junho o povo da região deu à CDU uma grande vitória eleitoral, obtendo no distrito de Évora, 41,9%, mais 7,5% do que em 1987, no de Beja 43,8%, mais 5,3% e no de Portalegre 24,2%, mais 3,8%, sendo a força política mais votada em 28 dos 23 concelhos destes três distritos alentejanos. O PSD perde na região 40% dos votos em relação às eleições do PE em 87; o CDS perde 31,8% e o PS mais PRD perdem 28%.

A grande e significativa vitória eleitoral da CDU é a confirmação da concordância e confiança nos objectivos e propostas eleitorais traçadas pelo XII Congresso do PCP e pela CDU. **É a demonstração inequívoca da concordância nas propostas avançadas no manifesto eleitoral da CDU para desenvolver o Alentejo, criar melhores condições e qualidade de vida à sua população:** modernizar e desenvolver a agricultura, eliminar o latifúndio; aproveitar e transformar os recursos do subsolo (construção da metalúrgica do cobre e do estanho); desenvolver a indústria; aproveitar os recursos hídricos (o plano de rega do Alentejo e Alqueva); aproveitar os nossos recursos costeiros; melhorar as vias de comunicação; desenvolver o turismo; promover a educação, a formação profissional, o desporto e a cultura e a preservação da identidade cultural do povo alentejano; organizar a juventude e criar-lhes oportunidades, promover um programa de desenvolvimento para a região promover a regionalização.

É tempo de respeitar a vontade do povo alentejano expressa democraticamente nas eleições após a Revolução de Abril, que traduziu sempre o não à destruição da Reforma Agrária, à desertificação e à eucaliptização.

A derrota do PSD na região é a rejeição da política de latifúndio, da repressão e da corrupção e pela ausência de diálogo e a elaboração do PDR pela região não ser contemplada pelos grandes projectos de interesse económico e ainda por medidas especiais que dizem acabar com as assimetrias regionais e contra os critérios de aplicação dos fundos estruturais.

A derrota do PS é a penalização pela sua política de direita em conluio com o PSD, o PS têm grandes responsabilidades na reconstituição do latifúndio e da política repressiva, desrespeitando os mais elementares direitos dos cidadãos e ainda pela forma vergonhosa como aceitou na revisão da Constituição a eliminação da referência à Reforma Agrária. Esta campanha eleitoral, mostrou a falência da tese da bipolarização e pela ausência uma vez mais de propostas do PS para a Região, o que ressaltou foi sim a disponibilidade de manter na maioria dos concelhos as coligações com o PSD nas Autarquias Locais.

Saudamos todos os camaradas e activistas da CDU que contribuíram para esta vitória com o seu empenhamento nas mais de 600 iniciativas realizadas em toda a região.

Merecem-nos uma saudação muito especial as populações da região, a luta dos trabalhadores da Reforma Agrária, dos Professores, dos Médicos, da Função Pública, do STAL, dos Estudantes, dos Mineiros, dos Metalúrgicos e da Construção Civil, todos os que estiveram em luta mostrando a sua firme determinação de que a política do PSD/Cavaco não serve os seus interesses e os interesses de Portugal e da defesa do País na CEE.

■ ***Bernardina Sebastião***, suplente da Comissão Política do CC

Os comunistas e seus aliados na CDU, pela obra realizada, com honestidade, trabalho e competência na luta pelo futuro nas nossas terras, partem com a confiança que nas próximas eleições autárquicas as populações darão à CDU novas e expressivas vitórias. ■

Comunistas de Setúbal naturalmente satisfeitos

No distrito de Setúbal, os aspectos mais salientes dos resultados das eleições de 18 de Junho de 1989 para o Parlamento Europeu, comparativamente às de 1987, foram:

1 — A subida da percentagem de votos na CDU, de 32 por cento para 39 por cento (mais 7 pontos para mais 3 pontos a nível nacional);

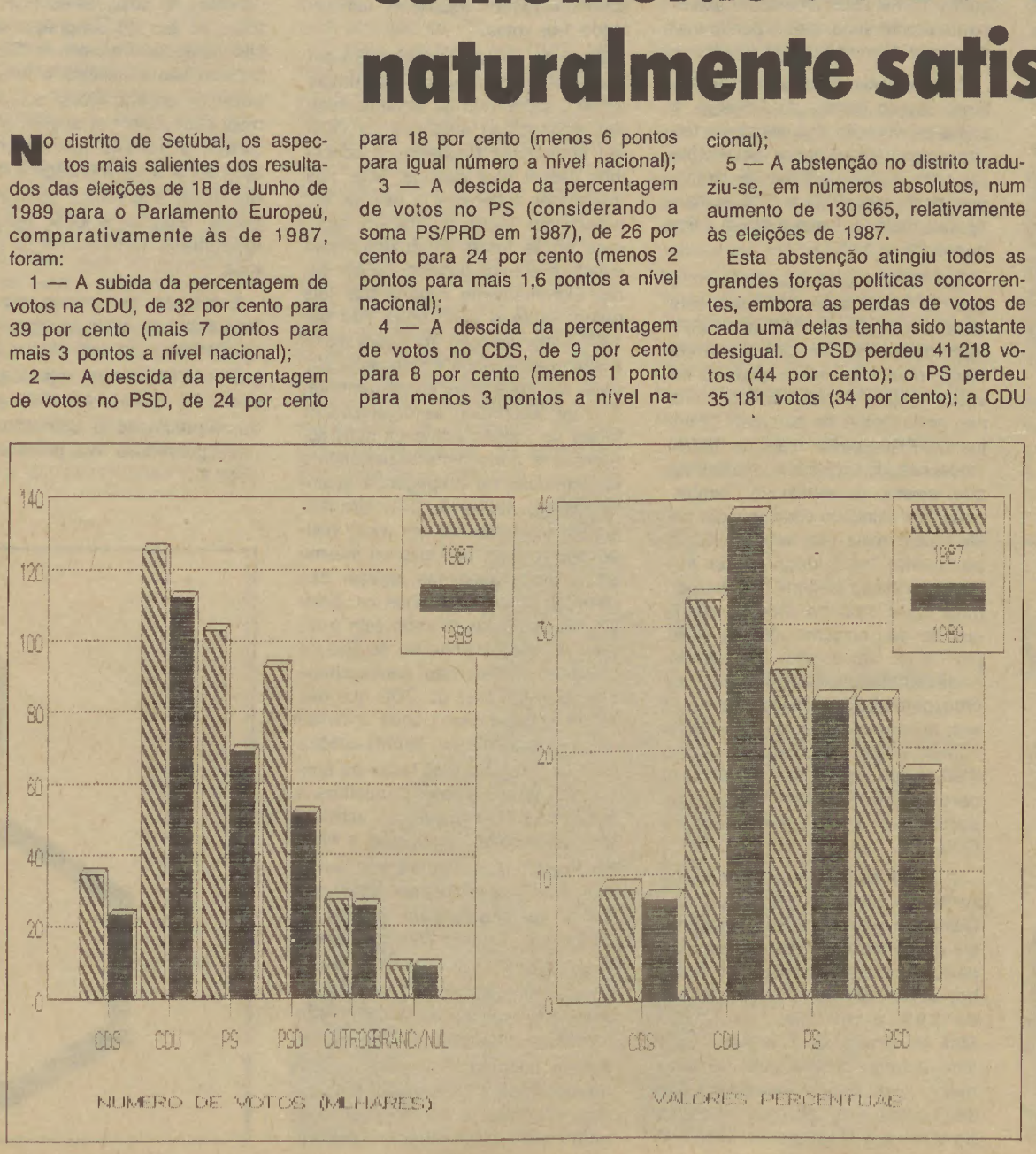
2 — A descida da percentagem de votos no PSD, de 24 por cento para 18 por cento (menos 6 pontos para igual número a nível nacional);

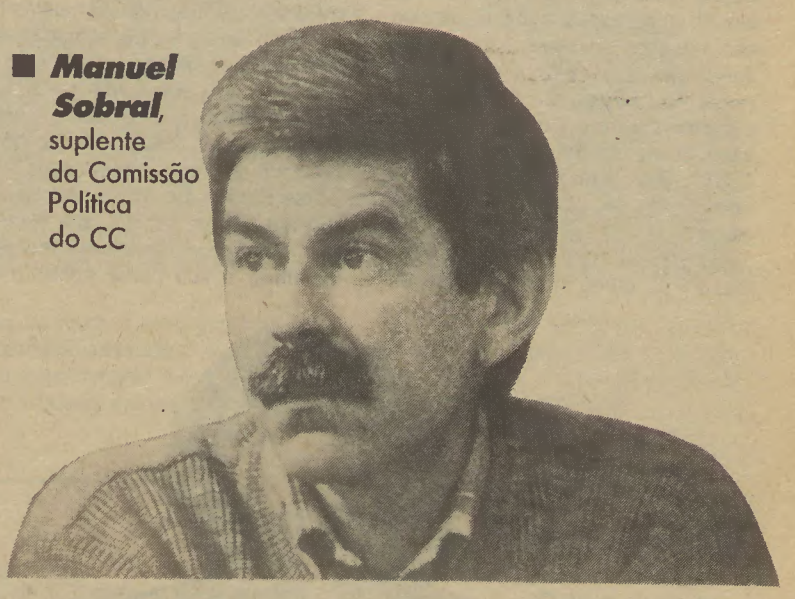
3 — A descida da percentagem de votos no PS (considerando a soma PS/PRD em 1987), de 26 por cento para 24 por cento (menos 2 pontos para mais 1,6 pontos a nível nacional);

4 — A descida da percentagem de votos no CDS, de 9 por cento para 8 por cento (menos 1 ponto para menos 3 pontos a nível nacional);

5 — A abstenção no distrito traduziu-se, em números absolutos, num aumento de 130 665, relativamente às eleições de 1987.

Esta abstenção atingiu todos as grandes forças políticas concorrentes, embora as perdas de votos de cada uma delas tenha sido bastante desigual. O PSD perdeu 41 218 votos (44 por cento); o PS perdeu 35 181 votos (34 por cento); a CDU perdeu 12 508 votos (10 por cento); o CDS perdeu 12 350 votos (35 por cento).





■ ***Manuel Sobral***, suplente da Comissão Política do CC

Um aspecto a reter nestes resultados é o conjunto de 18 363 votos dispersos pelos 6 pequenos partidos concorrentes que se reclamam de esquerda e se posicionam nesta área do eleitorado. Mais uma vez estes votos, que atingem uma relativamente elevada expressão no distrito de Setúbal, foram votos perdidos em favor da direita.

Os comunistas do distrito de Setúbal estão naturalmente satisfeitos com os resultados obtidos pela CDU quer a nível distrital, quer a nível nacional. Para além da importante subida em percentagem de votos, a CDU voltou a ocupar o lugar de primeira força política em todos os concelhos do distrito e em 67 das 77 freguesias, tendo contribuído com cerca de 20% dos votos da CDU a nível nacional, os comunistas e todos os democratas do distrito de Setúbal que votaram na CDU tiveram uma importante participação na concretização dos principais objectivos propostos na Resolução Política aprovada no XII Congresso do partido, nomeadamente:

a) o aumento da percentagem de votos na CDU;

b) o aumento do número de deputados;

c) fazer recuar a votação e posição da direita no Parlamento Europeu. ■

Comentários aos resultados eleitorais

A contribuição do distrito de Lisboa para o bom resultado nacional da CDU

■ ***José Casanova***, membro da Comissão Política do CC

Tendo em conta o peso eleitoral do distrito de Lisboa (cerca de 22 por cento do total nacional), é fácil de ver que os resultados eleitorais de cada força política no distrito assumem uma importância justificada e têm reflexos consideráveis nas suas votações nacionais.

De uma primeira leitura dos resultados de 18 de Junho no distrito, ressaltam vários aspectos positivos no que toca à votação da CDU.

Num acto eleitoral marcado por elevada percentagem de abstenções — atingindo de forma significativa todas as grandes forças políticas — é sintomático que tenha sido a CDU a força que menos perdeu. Assim, num universo caracterizado por 305 000 votantes a menos (em relação a 1987), a CDU perdeu 5886 votos, enquanto o PS, PSD e CDS perderam respectivamente 87 726, 122 453 e 82 079 votos. Acresce a este dado um outro não menos relevante: a CDU foi a única das grandes forças a subir em termos percentuais (mais 4,7 pontos), enquanto o PS baixou 0,3 pontos, o CDS 3,2 e o PSD 3,4. Outro aspecto a anotar na votação da CDU é que esta é a única das grandes forças que sobe em termos absolutos em alguns concelhos do distrito, facto tanto mais significativo quanto isso se verifica em concelhos cujas câmaras municipais são de presidência CDU: Amadora com mais 279 votos; Sobral de Monte Agraço com mais 51 votos e Loures com mais 1122 votos. Nesta mesma linha de apreciação dos resultados de 18 de Junho, vale a pena referir que o maior crescimento percentual na CDU no distrito se verificou nos 4 concelhos de maioria autárquica CDU, nos quais, por isso mesmo, se atingem subidas percentuais bastante acima na nossa média distrital: Amadora, mais 5,9 pontos; Loures, mais 6,4 pontos; Vila Franca de Xira, mais 6,9 pontos e Sobral de Monte Agraço, mais 11,1 pontos.

A relação entre os resultados eleitorais de cada grande força política e os seus resultados no plano nacional revela igualmente elementos positivos da nossa votação em Lisboa. Assim, enquanto no distrito, o PS teve uma descida percentual de 0,3 pontos, a nível nacional este partido diminuiu 1,6 pontos; no que respeita às forças de direita, a sua descida no distrito já foi superior à quebra nacional (6,6 pontos contra 6 pontos). Quanto à CDU, foi o inverso o que se passou: por um lado, no que toca à subida percentual, ela é maior no distrito de Lisboa (4,7 pontos) do que no país (2,9 pontos); por outro lado, ainda, no respeitante à quebra da massa eleitoral, ela é de 3,1 no distrito e de 7,8 no país.

Isto faz com que a contribuição do distrito de Lisboa para o total nacional da CDU tenha aumentado de 29,3 por cento para 30,9 por cento.

Estes são alguns números que nos permitem constatar a importância dos resultados eleitorais no distrito e que justificam o entusiasmo e a alegria com que milhares de apoiantes da CDU os comemoraram nas ruas, na noite de 18 de Junho.

Importa sublinhar ainda que na origem deste bom resultado estão, entre vários outros factores, o esforço e a dedicação de milhares de militantes comunistas e de outros activistas da CDU, os quais levaram por diante uma campanha cheia de dinamismo e de eficácia, lutando por vezes contra poderosos obstáculos — como foi o caso da Câmara de Lisboa. Onde Abecasis e os seus pares fizeram da propaganda da CDU o alvo exclusivo da sua acção arrogante, prepotente, provocatória e ilegal. Outro aspecto marcante da campanha da CDU em Lisboa é o da forte presença e empenhamento da JCP, da Juventude CDU.

Os resultados obtidos — que, evidentemente, estão muito aquém da influência real da CDU no distrito — revelam as enormes possibilidades de crescimento eleitoral existentes e constituem uma plataforma a partir da qual teremos que saber potenciar o reforço e o desenvolvimento da expressão eleitoral da CDU no distrito.

O facto, só por si, de a CDU ter sido a única das grandes forças políticas que subiu no distrito de Lisboa, permite-nos encarar as próximas autárquicas com redobrada confiança e lutar ainda com maior empenhamento para alcançar os objectivos apontados para Dezembro ■

Importantes êxitos em Viseu e Coimbra

Nos distritos de Coimbra e Viseu, a votação nas diversas forças políticas para o Parlamento Europeu, confirma inteiramente os três traços fundamentais que a nível nacional caracterizaram os resultados das eleições realizadas em 18 de Junho último, a saber: o sério desaire para o PSD, para a direita no seu conjunto e para o Governo PSD/Cavaco Silva; um importante êxito da CDU; e um golpe na estratégia de «bipolarização» da vida política nacional.

Com efeito, em ambos os distritos, o PSD perde muitas dezenas de milhares de votos (mais de 40 mil em Coimbra e mais de 46 mil em Viseu), com quebras de mais de 40 por cento num e noutro distritos em relação à sua votação anterior para o Parlamento Europeu. O mesmo fenómeno, embora não atingindo tão colossais proporções, acontece com o CDS (que perde cerca de 25 mil votos em ambos os distritos), sendo certo que em Viseu, o distrito onde mantém a sua segunda mais alta percentagem de votos, consegue melhorar ligeiramente a sua expressão percentual, ao passo que em Coimbra, a sua perda absoluta de quase 12 mil votos é também acompanhada de uma baixa percentual de quase 1 ponto.

■ ***Carlos Fraião***, suplente da Comissão Política do CC

Circunstância digna de registo é o facto de, no distrito de Coimbra, a soma da votação das principais forças democráticas quase se equiparar com a dos partidos de direita, pois desta vez, PSD e CDS somam apenas mais 25 (vinte e cinco) votos que o PS e a CDU.

Quanto ao PS, que perde (mesmo que não considerássemos para este efeito a votação do PRD em 1987), respectivamente em Coimbra e em Viseu, mais de 9 mil e quase 5 mil votos e que, considerando, como não pode deixar de se fazer, os votos do PRD, perde mais de 17 500 votos nos dois distritos, verificamos que, mesmo no distrito de Coimbra, onde fica colocado como a força política com mais alta votação (36,05 por cento), está longe de ter tido uma expressão eleitoral que lhe permita fazer sozinho face à direita, que no seu conjunto alcança 45,01 por cento. Isto é: nem num distrito, onde conseguiu conjunturalmente uma percentagem muito superior à sua média nacional, o PS sozinho não consegue «bipolarizar» com o PSD, tendo em conta a significativa percentagem de votos dos outros partidos e a subida eleitoral da CDU.

A CDU alcançou, naturalmente como no resto do país, quer em Coimbra, quer em Viseu, importantes êxitos eleitorais embora com aspectos e traços distintos: em Coimbra obtém um aumento percentual de 1,8% e em Viseu, de 1,27%. Mas no distrito de Coimbra, tendo sido a força política que de longe melhor fixou o seu eleitorado, perde 1944 votos; enquanto que no distrito de Viseu é a única grande força que sobe em termos absolutos, aumentando 145 votos.

É ainda cedo para se retirarem conclusões demasiado definitivas sobre o significado de algumas subidas e descidas eleitorais da CDU em numerosas freguesias e concelhos destes dois distritos. Mas, nas discussões e debates já havidos em organismos locais do Partido, algumas notas foram produzidas cujo estudo e aprofundamento ulterior serão extremamente importantes, tais como: onde o PSD tinha tido em 1987 maior votação, foi agora maior a sua quebra; onde a campanha eleitoral foi mais viva e permanente, e onde, sobretudo as organizações locais do Partido estiveram mais actuantes e mais generalizadamente empenhadas na propaganda eleitoral, os resultados da CDU são melhores, traduzindo-se em muito pouco significativas descidas ou mesmo em subidas absolutas; apesar dos esforços feitos em ambos os distritos, de contactos directos com a organização do Partido no sentido de combater a abstenção, conhecem-se casos de eleitores da CDU que não foram votar, mesmo onde a nossa votação aumenta em termos absolutos; as mais elevadas taxas de abstenção situam-se em concelhos e freguesias cuja população activa é maioritariamente camponesa e onde os trabalhos agrícolas são neste momento especialmente absorventes; a «personalização» distrital da campanha, mesmo com candidatos «inelegíveis», teve reflexos positivos na dinâmica eleitoral; o desenvolvimento da pré-campanha com vários meses de antecedência, foi uma poderosa contribuição para a fixação do eleitorado e para o ganho de novos votantes, e foi indispensável para esclarecer em tempo o eleitorado sobre as posições do PCP adoptadas no seu XII Congresso sobre a integração de Portugal na CEE, sobretudo nos concelhos e freguesias onde as organizações começaram mais cedo com tais acções pré-eleitorais; a ligação permanente da campanha e da mensagem eleitoral nacionais à temática económica e social, regional e local, revelou-se igualmente extremamente proveitosa.

Estes são, certamente, alguns temas sobre os quais as organizações do Partido e os activistas e apoiantes da CDU devem debruçar-se, a partir de agora, com vista ao seu aprofundamento e aplicação, ainda mais proveitosa nas próximas eleições. ■

As forças da direita perderam a maioria

Quer em relação ao nosso País, quer em relação à CEE, há uma primeira conclusão a reter: as forças de direita perderam a maioria.

De facto, os resultados conhecidos confirmam no nosso País um recuo do PSD e do CDS que passaram em conjunto de 52,8% para 46,9% e a nível da CEE uma perda da maioria das forças conservadoras e de direita no Parlamento Europeu. Este resultado tem um importante significado para o presente e para o futuro imediato.

O segundo aspecto que me parece de sublinhar diz respeito ao êxito da CDU, o que representa um importante estímulo para a próxima batalha eleitoral das autarquias e um sério revés para a estratégia hegemónica e bipolarizadora da vida nacional conduzida, nomeadamente, pela direcção do PS.

O bom resultado da CDU, que está ainda longe de corresponder à força real que esta coligação eleitoral e o PCP detêm na vida nacional, é ainda um factor significativo para a unidade das forças de esquerda, unidade profundamente desejada por trabalhadores e por largas camadas da sociedade portuguesa.

A terceira e última observação que gostaria de deixar expressa nesta breve apreciação é a de que estes resultados apontam claramente para uma condenação da política do Governo. Condenação da política de arrogância, de clientelismo e dos escândalos, da acentuação das desigualdades sociais, da liquidação das transformações socioeconómicas do 25 de Abril, da desestabilização e afrontamento de vários sectores socioprofissionais.

É também a condenação da política económica inspirada pelos dogmas do neo-liberalismo, da «mão invisível», que tem precipitado o declínio de importantes sectores industriais, acentuado os défices estruturais e as clivagens regionais. É a política assente no falso «menos Estado», mas de facto adepta do «mais Estado», logo que se trata dos serviços de informações, dos apoios ao grande capital e aos grandes negócios dos amigos, da regionalização e das relações com o Poder Local.

Esta política e os riscos do Mercado Único, põem como urgência em cima da mesa a efectivação de uma verdadeira alternativa, o que passa pelo entendimento, acção coincidente e unidade das forças de esquerda, o que implica também o abandono dos mitos bipolarizadores, e o reforço da CDU, a base mais sólida para essa construção. ■

■ ***Carlos Carvalhas***, deputado eleito ao PE, membro suplente da Comissão Política do CC

■ ***Maria Santos***, deputada eleita ao PE, membro da Comissão Executiva de «Os Verdes»

Estamos satisfeitos!

Estamos satisfeitos!

A razoabilidade do projecto ecologista, na sua dimensão social e humanista, que os Verdes portugueses trazem ao pulsar sociopolítico do nosso País, ganhou uma maior e reforçada vitalidade, com a eleição do 4.º candidato da CDU.

Temos uma voz ecologista portuguesa no Parlamento Europeu, para fortalecer o movimento Verde europeu e dar uma dimensão social aos problemas ecológicos e à sua resolução, fazendo do nosso lugar em Bruxelas ou em Estrasburgo um instrumento político disponível a todas as organizações ambientalistas e alternativas do nosso país, de modo a concorrer para a crescente afirmação do movimento de cidadãos na defesa do meio ambiente, da paz e da humanização do nosso quotidiano. ■

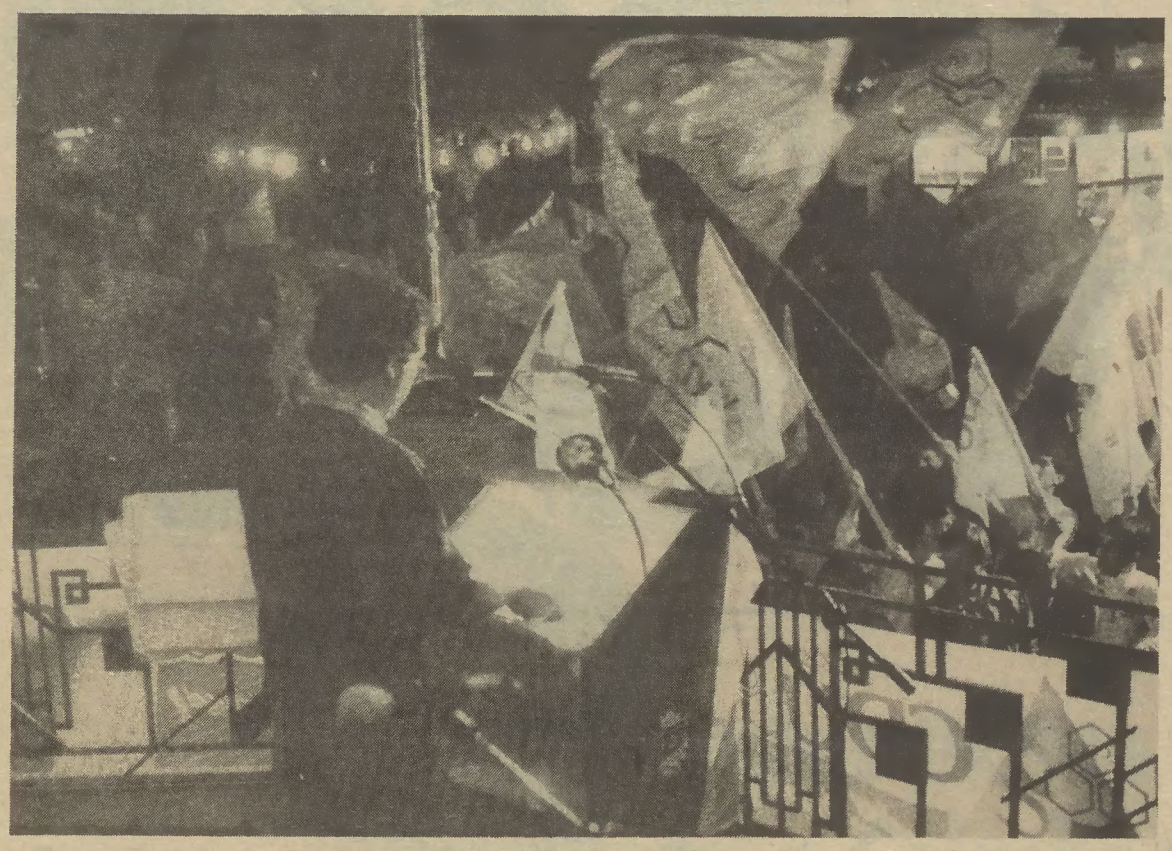
Comentários aos resultados eleitorais

Minho: CDU cresce em concelhos operários!

A propósito dos resultados das eleições para o Parlamento Europeu, o Secretariado da Direcção da Organização Regional do Minho (DORM) do PCP, emitiu um comunicado, do qual consta o seguinte:

«O Secretariado da DORM examinou os resultados das eleições para o Parlamento Europeu nos Distritos de Braga e Viana do Castelo e as perspectivas abertas pelos mesmos, no desenvolvimento da actividade partidária, da luta de massas e em particular para as próximas eleições autárquicas.

Nos dois distritos do Minho, a CDU não só cresceu em percentagem, em relação às eleições para o Parlamento Europeu de 1987, crescimento que a CDU registou em todos os círculos eleitorais do País, como se reforçou mesmo em número de votos, tendo subido 1230 votos no distrito de Braga e 62 no distrito de Viana do Castelo.



O PSD, ao averbar em ambos os distritos uma pesada derrota, perdendo entre 30 e 35 por cento do seu eleitorado de 87 e, no conjunto dos dois, quase 80 mil votos. Quebra que atingiu todos os concelhos do Minho e que confirma a perda da sua base de apoio, também nesta região.

O CDS tem igualmente uma quebra geral e pronunciada, maior em Braga (perde cerca de 16 mil e 500 votos) do que em Viana do Castelo (menos cerca de 4 mil votos).

Assim, a direita em conjunto perde no Minho 100 mil votos do seu eleitorado de 1987 para o Parlamento Europeu.

PS não é alternativa

O PS, que fez toda a sua campanha a afirmar-se «alternativa» sozinho ao PSD, não conseguiu capitalizar esta profunda quebra da direita (constituindo este facto, só por si, um desmentido a tal afirmação) e não evitou a quebra do seu *score* eleitoral. Mesmo querendo o PS ocultar que nas eleições de 18 de Junho concorreu aliado com o PRD, a comparação destes resultados com os do PS sozinho, em 87, atestaria uma baixa na votação.

Considerando, com verdade eleitoral os resultados do PS e PRD conjuntamente, constata-se uma perda superior a 23 mil votos.

A CDU, foi pois, a única força política eleitoral que no Minho consolidou e reforçou o seu eleitorado de Julho de 87 para Junho de 89.

O Secretariado da DORM considera tal facto da maior importância pois traduz não só a confiança e adesão crescentes às suas propostas, o reconhecimento do papel dos comunistas e aliados na sua luta no País e no Parlamento Europeu pela defesa dos interesses nacionais e o aumento do prestígio do PCP na região do Minho.

Boas perspectivas para as autárquicas

O Secretariado da DORM, concluiu da análise dos resultados, que não obstante as diferenças entre este acto eleitoral e as eleições autárquicas, abrem-se boas perspectivas no Minho para as eleições que em Dezembro terão lugar para as Autarquias Locais.

A subida da CDU nos concelhos de concentração operária do distrito de Braga (Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Fafe) e as subidas nos concelhos de Viana do Castelo, Caminha e Ponte de Lima, com vitórias em várias freguesias, são resultados que no quadro da subida geral nos dois distritos, estimulam os comunistas, simpatizantes e aliados para aquela importante batalha do futuro próximo, no sentido de manter e reforçar maiorias já existentes, conquistar novas maiorias e presidências, estender a presença de eleitos do PCP e seus aliados a novos órgãos comunitários.» ■

Nota da Comissão Distrital de Aveiro

Na sua primeira reunião após as eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu a Comissão Distrital de Aveiro do PCP procedeu à apreciação dos resulados eleitorais e da sua relação com a evolução da situação social e política, debruçando-se sobre as linhas de acção e tarefas que se colocam até final do ano.

Sobre os resultados eleitorais a CDA do PCP concluiu que apesar de se verificarem no Distrito as tendências nacionais, existem, todavia, algumas variações a ter em conta:

— a dimensão atingida pela abstenção num distrito antes apresentado como um dos mais «europeístas»;
— a profundidade da descida conjunta do PSD e do CDS que perderam 84 000 votos no distrito (36% do eleitorado anterior). Estes números da direita (particularmente do PSD) demonstram a penalização que lhes foi infligida em consequência da sua política. Rejeitada nas ruas e nos locais de trabalho a política do Governo de Cavaco Silva foi agora rejeitada pelo voto;
— a demonstração da falência da tese do PS da bipolarização. O PS sofre no distrito a perda de 14 mil votos em relação à eleição anterior – a maior percentual a nível nacional, com menos 18% dos votos anteriores, e a segunda mior em números absolutos. Tais números provam que o eleitorado do distrito captou o significado da política do Partido Socialista, de sucessivos entendimentos com a direita em questões fundamentais para os trabalhadores e para o regime democrático;
— a subida da percentagem de votação na CDU (de 3,9 para 5,4%) acompanhada pela subida em números absolutos em dois concelhos (Espinho e Feira) e em muitas das mais importantes freguesias do distrito. Tal resultado, num quadro de abstenção generalizada, são a demonstração de que muitos eleitores votaram CDU pela primeira vez.

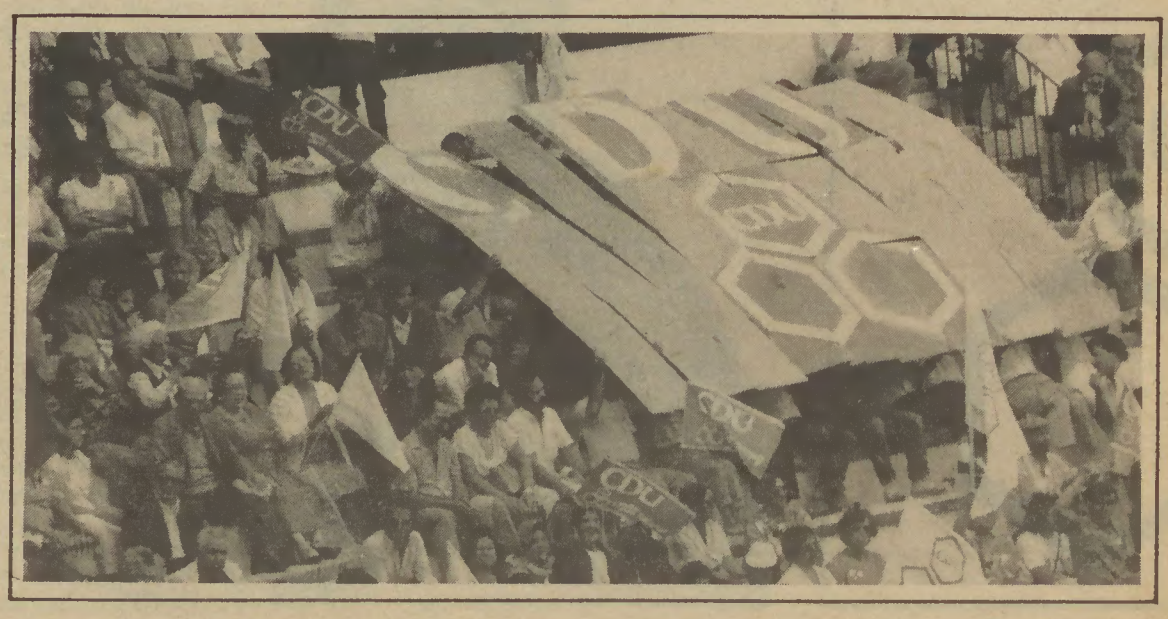
A análise em conjunto da abstenção, da votação na CDU, da descida de votos no PS e dos cerca de dez mil votos dispersos em candidaturas sem expressão, permitem encarar desde já com optimismo as eleições para as autarquias locais a realizar no final do ano. Surge como possível, com a dinâmica agora criada, o reforço da votação na CDU e a eleição de muitos candidatos da Coligação para as Câmaras, Assembleias e Juntas do Distrito, alterando profundamente o quadro actual em que à ineficácia e casos de corrupção da gestão de direita em vários órgãos autárquicos se junta o quase total apagamento dos eleitos do PS.

A eleição de muitos candidatos da CDU é, do ponto de vista dos interesses das populações do distrito, uma necessidade e uma real possibilidade.

A CDA do PCP considera que os resultados eleitorais da CDU no distrito foram possíveis porque no período de pré-campanha se conjugaram a intervenção coesa, dinâmica e inovadora da organização do PCP – cujo papel insubstituível ficou uma vez mais demonstrado – e a intervenção das outras componentes da CDU expressa na participação esforçada de muitas dezenas de democratas (da ID, de «os Verdes» e independentes), criando uma dinâmica profundamente unitária geradora de confiança para o seu ulterior desenvolvimento.

São inseparáveis dos resultados eleitorais verificados todas as lutas desencadeadas nos últimos tempos pelos trabalhadores dos mais diversos sectores com destaque para os professores e os da administração central e local em defesa das melhores condições de vida e de trabalho, lutas que tiveram enorme expressão na semana anterior a 18 de Junho prefigurando o que veio a verificar-se nas urnas. A CDA do PCP saúda esses trabalhadores exortando-os ao prosseguimento da sua acção até à obtenção dos resultados pretendidos, afirmando a solidariedade das organizações do Partido e o empenhamento dos militantes comunistas dos sectores respectivos.

Por último, a CDA do PCP apreciou a forma da participação da organização distrital na Festa do «Avante!», que se vai realizar nos dias 8, 9 e 10 de Setembro em Loures, concluindo pela necessidade de intensificar a sua divulgação e a preparação de todos os aspectos com ela relacionados. ■



Comentários aos resultados eleitorais

DORL comenta

Resultados de 18 Junho prenunciam sucesso nas eleições autárquicas

1. Os resultados do passado dia 18 constituem um importante êxito eleitoral da CDU no distrito de Lisboa.

A expressiva derrota imposta ao PSD e à direita, a rejeição das pretensões hegemónicas e bipolarizadoras do PS e a confiança manifestada na CDU são os traços essenciais do sentido de voto da população do distrito.

PSD e a direita — Uma expressiva derrota eleitoral:

- Perda pelo PSD de mais de 122 mil votos e de 34% da sua massa eleitoral e na descida de 3,4 pontos percentuais, passando de 29,4 para 26,0%;
- Perda de 204 530 votos, passando no conjunto os partidos de direita de 46,7 para 40,1%.

PS — A rejeição das suas pretensões hegemónicas e bipolarizadoras:

- Perda de mais de 87 mil votos, isto é, 25,8% da sua massa eleitoral (considerada a participação do PRD), e
- Descida de 0,3 pontos percentuais, passando de 27,4 para 27,1%.

CDU — Um assinalável êxito eleitoral:

- Subida de 4,6 pontos percentuais, passando de 15,3 para 19,9;
- A CDU é a única, entre as primeiras forças políticas, que sobe em termos relativos e a que menor perda apresenta (5800) no quadro da elevada abstenção verificada (+ 305 000).

2. A derrota da direita é essencialmente fruto do grande descontentamento expresso nas grandes movimentações sociais contra a política do Governo e na grande adesão que as lutas têm tido no distrito — lutas que irão continuar.

3. A coerência e firmeza das posições do Partido face à situação política nacional e política do Governo e a sua permanente intervenção em defesa dos interesses dos trabalhadores e da população, bem como a excelente campanha eleitoral realizada pela CDU, permitiram alcançar, no distrito de Lisboa, um resultado que contribuiu de forma significativa para o êxito eleitoral da CDU no plano nacional.

Esta campanha e estes resultados tornam ainda mais notórias as possibilidades de um grande sucesso eleitoral nas próximas eleições autárquicas cuja preparação é necessária tornar agora mais extensiva a todo o Partido no distrito. A continuação da procura de entendimentos autárquicos do PS com a direita — que são factos e não palavras — confirma que a possibilidade de alternativa à gestão da direita consiste no reforço da CDU e num grande apoio às suas candidaturas.

4. Quanto às várias notícias, opiniões e especulações, produzidas nos últimos dias, em torno da questão da Câmara Municipal de Lisboa, a DORL do PCP relembra que a CDU é, no plano autárquico, a segunda força eleitoral da cidade e constitui a única alternativa credível à gestão Abecasis.

A DORL do PCP relembra as propostas que, em princípios de 1989, apresentou à FAUL do PS, com vista a derrotar a direita na Câmara Municipal de Lisboa e sublinha a «categórica e definitiva» resposta negativa do PS.

Recorda ainda que, face a esta resposta, se considerou encerrado o ciclo de contactos com o PS nesta matéria e que a CDU avançou então com a apresentação pública de parte significativa das suas listas para a Câmara e para a Assembleia Municipal de Lisboa.

Por tudo isto, a DORL do PCP, manifestando, hoje como sempre, a sua disponibilidade para o diálogo com todas as forças democráticas, sublinha que tal diálogo, na situação actual, e no que aos órgãos municipais diz respeito, não pode deixar de ter em conta a nova realidade criada e traduzida, designadamente, pela definição dos dois primeiros nomes da lista para a Câmara Municipal de Lisboa — Rui Godinho e João Amaral — e do primeiro nome da lista para a Assembleia Municipal — José Saramago.

5. A DORL do PCP saúda a população do distrito de Lisboa pela sua clara condenação da política do PSD e pela confiança depositada na CDU e no PCP, contribuindo assim para criar melhores perspectivas de concretização de uma viragem democrática na política nacional.

6. A DORL do PCP saúda igualmente todos os militantes e activistas pelo empenho e criatividade com que intervieram no esclarecimento dos trabalhadores e da população e na divulgação das propostas e objectivos do PCP e da CDU nestas eleições.

À restrição da liberdade de propaganda da CDU imposta pela Câmara Municipal de Lisboa, responderam com combatividade e imaginação as organizações do PCP, garantindo na base de novas formas de propaganda a divulgação das ideias e propostas que a CML abusivamente tentou impedir.

7. Finalmente a DORL do PCP saúda os jovens que participaram com a sua alegria e combatividade e que deram com a sua vivacidade uma componente de enorme importância na batalha eleitoral ■

A Festa de A a Z

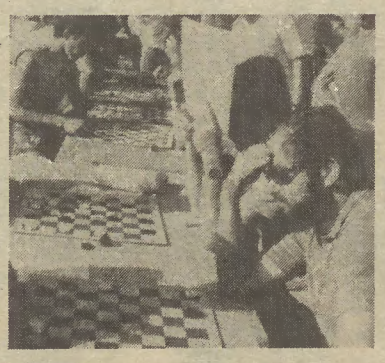
A pouco e pouco, a Festa aproxima-se.
Vendo bem as coisas faltam apenas dois meses.
Um período de tempo breve que em termos deste jornal quer dizer uma escassa dezena de números. Que tentaremos aproveitar ao máximo para levar junto de si, amigo leitor, a informação, o pormenor, o comentário, o apelo, a ideia e o convite fraterno tendo em vista o encontro de 8, 9 e 10 de Setembro, em Loures.
Como «aquecimento» para esta maratona — que afinal já começou com o nosso suplemento especial publicado no passado dia 1 de Junho — aqui vai uma proposta de itinerário. É a Festa de **A** a **Z**.

A

Área. Este ano a Festa será ainda mais espaçosa. Mas, mais importante que a área, é a profunda renovação da imagem. Tudo vai mudar...

B

Bienal. Em Loures teremos em Setembro a 6.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!». Um grande acontecimento cultural em perspectiva. Álvaro Perdigão é o artista em foco, que é como quem diz o homenageado desta edição.



D

Damas. Uma presença obrigatória na vasta programação desportiva da Festa do «Avante!». Os melhores damistas portugueses costumam passar por lá. E já agora, atenção às «damas internacionais» — uma modalidade com muitos apreciadores, mas a necessitar de mais divulgação no nosso país. A Festa vai dar uma ajuda.

C

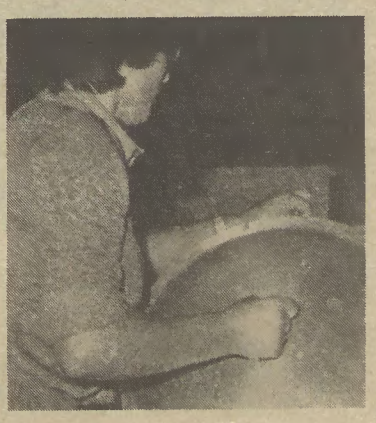
Caminhos. Em 8, 9 e 10 de Setembro todos os caminhos irão dar a Loures, mais concretamente à zona do Infantado. Para os residentes na vila, aconselhamos um óptimo caminho que vai ser melhorado — passa por baixo da via-rápida e vai desembocar à entrada da Festa. Conhecem?

E

Esforço. «Quem quer festa sua-lhe a testa». É verdade mas não é coisa que assuste os militantes comunistas. Esforço, sinónimo de trabalho, de união de vontades para pôr de pé o maior convívio e a maior festa deste País. Amigo leitor, colabore nas jornadas de trabalho voluntário. Aos fins-de-semana vá ao encontro dos bons ares da lezíria.

F

Festa. O Mundo e o País em Loures, de 8 a 10 de Setembro. Já tem EP?



G

Gulash. À húngara, pois claro. A cozinha internacional estará na Festa, como já vem sendo hábito. Quem é que ainda não provou as especialidades da Hungria, de Cuba, da Checoslováquia, de Cabo Verde ou de outros países que costumam estar representados na Festa através dos jornais irmãos?

H

Hotel. Dentro da Festa não há, não senhor. Mas haverá um parque de campismo e com condições melhoradas.

I

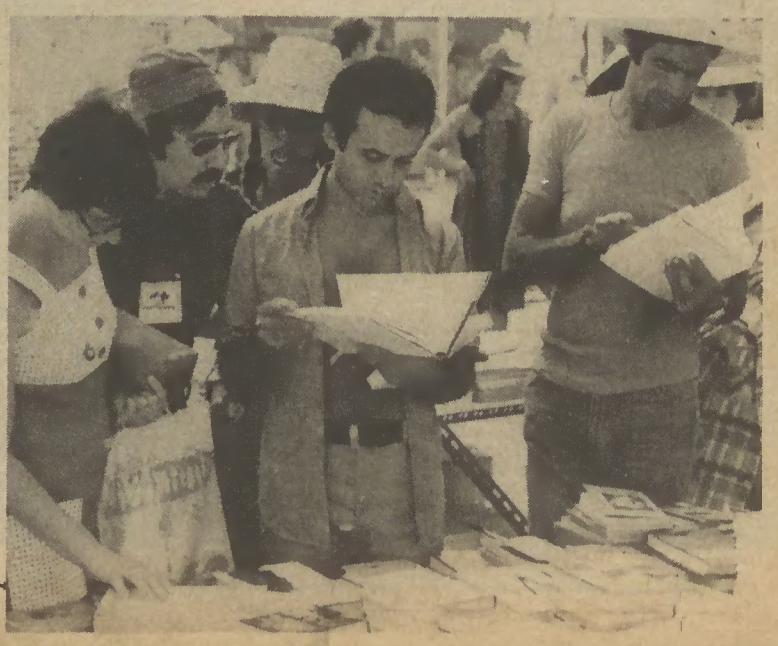
Internacionalismo. Uma afirmação vibrante da Festa do «Avante!». A presença dos países socialistas, do movimento comunista internacional, do movimento de libertação nacional, dos jovens países de língua oficial portuguesa.

J

Juventude. Em perspectiva uma forte, animada e irreverente presença juvenil em Loures. E a Festa até lhes reservou um belo espaço...

L

Livros. Juntamente com os discos, regressam ao convívio dos largos milhares de visitantes da Festa. Uma boa oportunidade para escolher e comprar a preços especiais.



M

Muitas. De facto, muitas são as razões para ir à Festa do «Avante!». Há «jornalistas» que fazem reportagem da Festa sem lá entrar. Ficam pelos acessos e comentam depois o grande movimento dos vendedores ambulantes... Mas há também quem vá à Festa essencialmente porque ela é uma grande lição de fraternidade e de humanismo.

N

Não íamos esquecer o teatro. Por isso, em Loures o visitante terá também ao seu dispor a Festa do Teatro, ou seja o **Avanteatro**, espaço cultural de primeiro plano com participação nacional e estrangeira.

Q

Quem vem (falemos de artistas) à Festa do «Avante!» deste ano? Ainda é cedo. Mas, lá mais para diante, procurem aqui no «Avante!» e ficarão a saber tudo.

R

Recordações. Ficam em todos os visitantes, após cada edição da Festa. Recordações na memória, na sensibilidade. Através do objecto simpático que temos lá em casa, na estante da sala. Recordações dum abraço, dum diálogo, dum espectáculo, dum sorriso. A Festa é feita (também) de recordações.

O

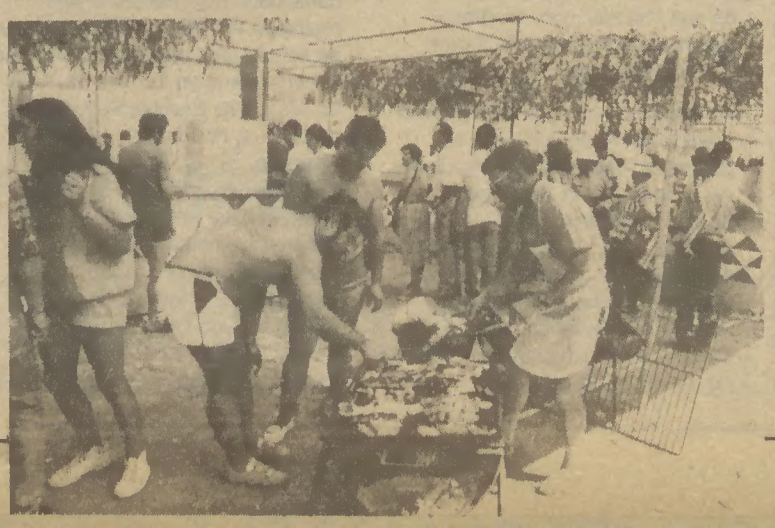
Organização. O PCP, os militantes comunistas e as suas organizações vão levar a Loures uma imagem do trabalho, da luta, da acção e das responsabilidades do Partido na vida nacional. Os pavilhões das Organizações Regionais do PCP estão no centro da Festa para mostrar o País e a realidade.

S

Sabia que... este ano o basquetebol vai ter uma presença especial no programa desportivo da Festa? E que o Palco 25 de Abril vai mudar de local, ficando mais no coração da Festa? E que este ano, na sua 6.ª edição, a Bienal de Artes Plásticas contará também com presenças estrangeiras em exposições autónomas de características quase inéditas no nosso país? Sabia que...

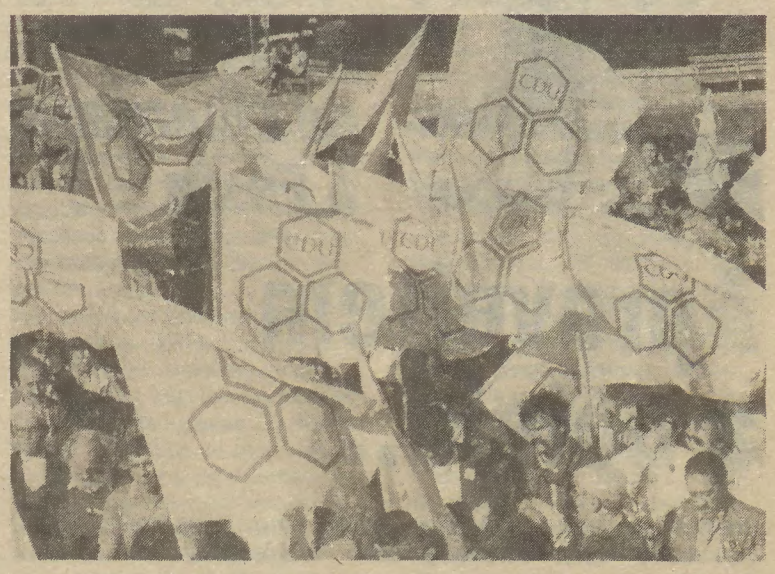
P

Petiscos. Este ano, mais diversidade e mais conforto nos restaurantes centrais. Circule no grande roteiro gastronómico do Infantado. Escolha bem!



T

Trânsito. Chegar à Festa em Setembro vai ser mais fácil. Já explicámos porquê, num suplemento de 8 páginas dedicado à Festa (edição de 1.06.89). Oportunamente, desenvolveremos o assunto.



U

Unitária. A força unitária que é a CDU estará presente na Festa do «Avante!». 1989 não foi apenas ano de eleições para o Parlamento Europeu, não será apenas ano da XIII Festa do «Avante!». É que lá para Dezembro os portugueses voltam às urnas: desta vez para escolher os responsáveis no Poder Local democrático. Entre outros aspectos, o trabalho das autarquias CDU vai marcar presença relevante no Infantado.

V

Vídeo. Factor de animação e valorização de várias iniciativas, o vídeo vai estar na Festa do «Avante!» com os mais diversificados objectivos e enquadramentos.

X

Xadrez. Na zona do desporto, os tabuleiros voltam à acção. Se gosta, esteja atento. E participe nas simultâneas.

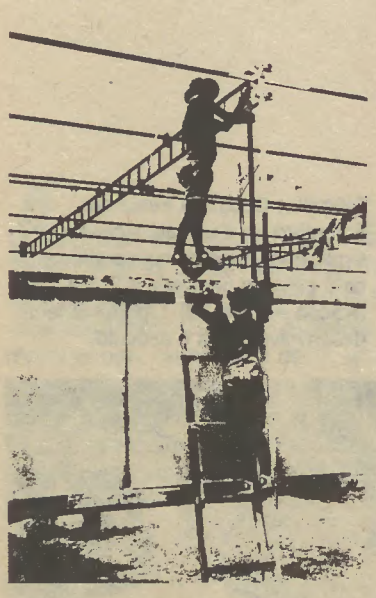
Z

Zelo. Notícias chegadas à nossa redacção confirmam que é com zelo e espírito de imaginação que diversas organizações do Partido já se lançaram na preparação da sua presença na Festa do Avante! deste ano. Exemplos são muitos, mas já agora refira-se que lá para as bandas da **Marinha Grande** se planeia a vinda a Loures de autênticos artistas do vidro...

festas

Avante!

LOURES 8-9-10-SETEMBRO



Da Av. da Liberdade à Festa

Aproveitem a boleia...

Aproxima-se mais um fim-de-semana e com ele mais uma jornada de trabalho voluntário na antiga Quinta do Infantado.
As coisas começam a aquecer, que é como quem diz há lá trabalhinho com fartura. Habituados a estas coisas, os comunistas não se impressionam com a envergadura da tarefa. Solidariedade, ajuda, colaboração, iniciativa, mobilização e empenhamento de muitos — comunistas e não comunistas — são «armas» de peso na construção da Festa que Portugal merece. Entretanto, aqui ficam algumas indicações úteis:

• Aos sábados e domingos às 8.30 horas, sai do CT Vitória, na Av. da Liberdade, em Lisboa, um autocarro com destino à Festa, em Loures. O regresso ocorre às 18.30 h. Os grupos e as células devem marcar com antecedência os seus lugares.

• Quem quiser, pode utilizar os serviços do refeitório da Festa. Mal chegue ao terreno deve marcar refeição.

• A preparação da Festa necessita de todos. Os camaradas que estão no Infantado dirigem, entretanto, um apelo especial à participação de montadores de andaimes, carpinteiros e electricistas.

Exposições na «Festa!»:

Autarquias e Partido

Grande expectativa rodeia a organização do Pavilhão Central da próxima XIII edição da Festa do «Avante!», já que se anunciam formas inovadoras do tratamento do material e conteúdo de duas importantes exposições que ali vão ser exibidas, com novos motivos de atracção, resultantes da utilização de meios informáticos e audiovisuais que vão proporcionar algumas boas surpresas ao visitante da Festa. Para já poderemos anunciar que duas temáticas principais vão ser objecto desse tratamento inovador – as autarquias CDU e o papel do PCP na sociedade portuguesa.

Num ano em que se concretizarão dois actos eleitorais – o recente para o Parlamento Europeu e o próximo para as Autarquias – é sem dúvida importante fazer o balanço nacional da actividade autárquica no nosso país, nomeadamente o papel desempenhado em benefício das populações pelos eleitos da CDU, seja em locais onde a coligação não detém a maioria, seja em todo esse conjunto exemplar do exercício do Poder Local democrático que são as autarquias onde os homens e as mulheres da CDU detêm a responsabilidade da gestão dos interesses mais directos das populações.

De importância fulcral para a compreensão de grande parte da história mais recente da sociedade portuguesa, será um olhar mais aprofundado sobre o papel do PCP ao longo dos anos, tema que fará parte de uma exposição intitulada, precisamente, «O PCP e a sociedade portuguesa», e onde será passada em revista a história do Partido desde o seu nascimento em Portugal até ao final do fascismo.
De abordagem aprofundada serão também as grandes batalhas levadas a cabo no nosso país nos anos após o 25 de Abril, para também se apresentarem as propostas do PCP para o futuro dos portugueses, à luz das decisões do XII Congresso do Partido.
De realçar também que, paralelamente a estas exposições, o Pavilhão Central contará ainda com o já habitual *Forum*, onde grandes questões da vida nacional e internacional serão debatidas, para além de estar assegurado um conjunto de debates autónomos sobre o Poder Local no nosso país. ■

2.ª Corrida da Festa

Inscrições abrem no próximo dia 10

• Viagens à URSS!

Pronta a repetir o êxito participativo do ano passado, volta a II Corrida da Festa do «Avante!», no dia 10 de Setembro, com um novo percurso de 17 km — Festa do «Avante!»--Odivelas-Loures — aberta à participação de todos os atletas, de ambos os sexos, com mais de 16 anos.
Às 9.30 h do dia 10 de Setembro será dada a partida junto à entrada principal da Festa (Quinta do Infantado) seguindo o percurso por Loures (R. da República), Estrada Nacional n.º 8, Mealhada, St. António dos Cavaleiros, Flamenga, Póvoa de St. Adrião, Olival Basto, Odivelas (Rua dos Bombeiros Voluntários, R. D. Dinis, Rua Caldas Xavier), Póvoa de St. Adrião, Estrada Nacional n.º 8 e meta nas imediações do Pavilhão «Paz e Amizade», em Loures.

Os vencedores absolutos da prova serão premiados com viagens à URSS, os mil primeiros classificados receberão «tee-shirts», os 10 primeiros de cada categoria e as 20 melhores equipas terão troféus e todos os atletas, independentemente da sua classificação, receberão diplomas de participação e uma entrada na Festa.

As inscrições são gratuitas e estão abertas de 10 de Julho a 6 de Setembro, podendo ser efectuadas pessoalmente, na Av. António Serpa, 26-2.º esq. – 1000 Lisboa, das 9.30 h às 13.00 h e das 14.00 h às 18.30 h, ou pelo correio, para a mesma morada, endereçada a «Corrida da Festa do "Avante!", sendo neste caso entregue o dorsal no dia da prova. ■

A convite da Festa!

Ténis de Mesa de alto nível em digressão pelo País!

Dois tenistas de mesa checoslovacos e dois búlgaros, estão hoje na Amadora para participarem no Torneio Aberto Internacional daquela cidade, a decorrer no pavilhão municipal do Bairro do Janeiro, etapa de uma digressão que aqueles atletas efectuam ao nosso país a convite da Comissão Organizadora da «Festa do Avante!».
Já na terça-feira os tenistas de mesa, checos e búlgaros, haviam participado num torneio similar, realizado em Vendas Novas, ao que se seguiu uma presença, ontem, no encerramento do Torneio de Ténis de Mesa das Escolas Secundárias de Loures, no Pavilhão Paz e Amizade.
Amanhã decorrerá um Torneio Quadrangular Internacional em Benavente, no pavilhão gimnodesportivo municipal, onde estes atletas estarão presentes. O dia de sábado será um dia de descanso para estes jovens, aproveitado para uma visita à região de Tróia, seguindo-se no domingo uma participação, no pavilhão da Siderurgia Nacional, em Paio Pires, num torneio que marcará o encerramento da digressão.

Recorde-se o elevado nível técnico destes praticantes, nomeadamente Szillard Scolle, segundo classificado em pares-mistos dos últimos campeonatos europeus de juniores, e Rabek Konstal, terceiro classificado individual dos mesmos campeonatos.

Estes jovens checos têm ambos 15 anos, a mesma idade de um dos atletas búlgaros, Marin Kostadinov, enquanto Kostadim Lenguerov conta apenas 13 anos.

Destaque ainda para as presenças nesta delegação de técnicos de alto nível como o treinador Dr. Vladimir Talecek, presidente da Comissão Internacional da União dos Tenistas de Mesa, para além de membro de outras organizações internacionais da modalidade, e para o técnico búlgaro Mladen Ligev. ■

Compre já a sua EP!

O sucesso e o êxito da «Festa do Avante!» dependem muito da participação de milhares de pessoas, comunistas ou não, nos preparativos deste grande acontecimento cultural e político, consequência das características que fizeram da Festa um evento de unanimidades — todos os visitantes das anteriores doze edições da Festa do «Avante!» guardam consigo recordações gratas da multiplicidade de acontecimentos que ali se realizaram.

Decisivo para essa unanimidade é, sem dúvida, a forma de acesso ao recinto da Festa! — a compra de uma Entrada Permanente (EP), a preço módico, que possibilita o usufruto de todos os espectáculos e exposições que se realizam ao longo dos três dias, dando ao visitante o poder de presenciar, por exemplo, uma mão cheia de espectáculos musicais de grande qualidade por um **preço inferior** ao que habitualmente se desembolsa por um único.

Não queremos aqui entrar em comparações com outros preços praticados por organizações de espectáculos, mas todos conhecem os milhares de escudos que hoje em dia são solicitados ao espectador de um concerto *rock*, todos sabem quanto custa hoje uma simples ida ao cinema, ao teatro, a um espectáculo de *ballet* ou ópera, para não falar dos preços de um jogo de futebol ou mesmo de andebol, hóquei em patins ou basquetebol.

Ajudar a Festa agora

É a garantia de um preço baixo na Entrada Permanente (EP) que possibilita que a Festa o seja de facto, transformando-se num local de encontro de milhares de pessoas, num local que porventura possibilitará a muita gente o acesso a bens de cultura e lazer normalmente arredados do seu quotidiano.

Este ano a EP custa 850$00, mantendo assim **o preço mais baixo** em acontecimentos deste género — é pois grande a distância que separa o que cada um contribui para construir a Festa! e o que a Festa! oferece ao longo dos três dias da sua realização.

Mas é da reunião de milhares de contributos que nasce a Festa. Neste momento poderemos dizer que as despesas para possibilitar o nascimento da XIII edição da «Festa do Avante!» já começaram, e são muitas. Em contrapartida, são exíguas as receitas que poderiam contrabalançar o dinheiro gasto e permitir a concretização de muitas das ideias que este ano temos para a Quinta do Infantado, em Loures.

Dissemos que o sucesso e o êxito da «Festa do Avante!» dependem muito da participação de milhares de pessoas. Participação que se soma, por exemplo, nas múltiplas jornadas de trabalho onde voluntariamente centenas de pessoas aplicam o seu esforço para a construção da Festa.

Mas essa participação também se exprime na compra antecipada da Entrada Permanente, forma de ajudar a garantir que a Festa! seja, mais uma vez, um acontecimento de unanimidades, um evento que irá dar ao visitante muito mais que qualquer outra realização congénere.

Só assim entendemos a Festa do Avante!, e é por termos essa consciência que dizemos: **«Compre já a sua EP».** ■

Fiquem atentos!

Já o salientámos várias vezes: a preparação da Festa do «Avante!» não decorre apenas na Quinta do Infantado, em Loures, ou no gabinete técnico central, na António Serpa, em Lisboa. Em todo o País, as organizações do PCP começam a avançar, no concreto, com as tarefas da Festa, para as quais é fundamental o empenhamento e a colaboração dos militantes e, naturalmente, a ajuda de muitos outros amigos.

A venda militante da EP, a divulgação e propaganda da Festa, a organização de excursões, a recolha de materiais e ofertas, a preparação das representações regionais (exposições, *stands* de vendas, restaurantes e bares, etc.) e das jornadas de trabalho contam-se entre as múltiplas iniciativas das organizações do Partido nesta fase preparatória do grande convívio de Loures.

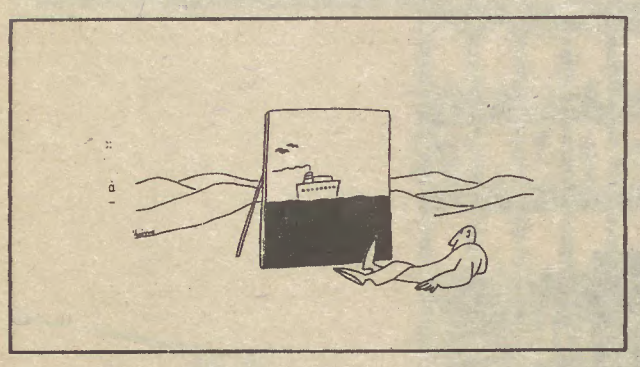
Mas a tudo isso acrescente-se ainda o conjunto de novidades e de presenças atractivas que os comunistas das diferentes regiões vão levar à Festa, já em Setembro. A pouco e pouco levantaremos o véu... Fiquem atentos!

Encontro com os jornalistas

As características fundamentais do programa da XIII Festa do «Avante!», nomeadamente dos espectáculos vão ser divulgadas aos órgãos de Comunicação Social no próximo dia 11 à noite, no típico bairro lisboeta de Alfama, anunciou o gabinete de Imprensa da Festa. ■

«Chapéus há muitos», dizia o outro, para proger a cabeça serve um qualquer. Tanto para as jornadas de trabalho como durante a Festa não se esqueçam do chapéu, do boné ou de qualquer coisa que tape a cabeça. Estamos no Verão

Pontos Cardeais



Inspecções

Segundo o CESL — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa — o director-geral da agência de publicidade «Publicis», Luís Rodrigues, teve de ser preso durante uma hora e meia para «consentir» que a Inspecção-Geral do Trabalho consultasse diversos documentos da agência.
Há já mais de um ano, por solicitação do CESL e no quadro da existência de inúmeras irregularidades, que a Inspecção-Geral do Trabalho anda a enviar diversas missões à «Publicis», batendo sistematicamente com a investigação na porta. Na semana passada um inspector viu de novo recusada a exigência da apresentação de documentos por parte do sr. Luís, que fez mais: recusou também acatar a voz de prisão que, em consonância, lhe foi dada pelo inspector, sendo necessário destacar uma força policial para o levar à esquadra!
Se a moda pega, vamos ter uns aparatos do diabo: é que se um Luís qualquer só acata a lei à frente duma secção, os Luisões que para aí andam só lá irão de batalhão para cima...

Amigos (1)

Algumas oposições ao partido do Governo estão a tornar-se cada vez mais bizarras.
Uma delas é a do CDS, que ainda há dias, através de Narana Coissoró, se arrebitava todo na Assembleia da República com interpelações ao Governo. Passou-lhe depressa: em Coimbra o CDS e o PSD já andam de mãos dadas para encontrarem «uma plataforma» (de saltos, supomos) que lhes permita viabilizar uma candidatura comum à Câmara local.
Outra, como se sabe, é a do PS, que continua a opor-se magnificamente ao PSD através de negócios privados disfarçados em público com inflamados discursos pintados de esquerda.
De facto com opositores destes o PSD não precisa... de amigos.

Credível

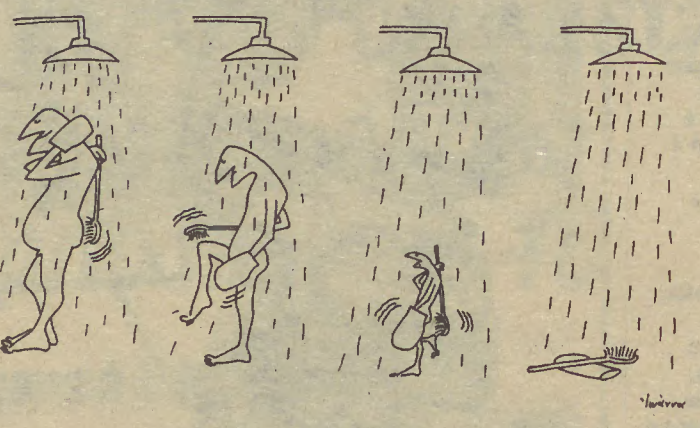
Entretanto Jorge Sampaio, secretário-geral do PS, anunciou já a apresentação de um programa de governo «aprofundado e credível» e o desenvolvimento das «ideias-força» da campanha eleitoral para as autarquias como os dois objectivos imediatos do Partido Socialista.
O PS, quanto mais perde força nas ideias, mais parece gostar das «ideias-força».
Deve ser para equilibrar. E teima em ser «credível». Já agora não seria melhor tentar ser apenas... verdadeiro?!...

Amigos (2)

Pereira Lopes, presidente da UGT e o presidente da Distrital do PSD de Castelo Branco, foi um dos que começou a atirar castanhas para o lume na sequência da derrota eleitoral deste mês.
E, para já, estalam que se farta. Segundo ele, o PSD nos últimos tempos tem uma «máscara de rigidez tecnocrática» abandonando «a face humanista que faz dele o maior partido português», registando-se «o divórcio entre a direcção nacional do PSD e as estruturas distritais e regionais e, em alguns casos, o desrespeito pela vontade dessas mesmas estruturas».
Quanto ao secretário-coordenador da UGT-Açores, Gaspar da Silva, para ele o primeiro-ministro, com a sua acção no Governo e no PSD nacional, está «cada vez mais a cavar um fosso de desencanto entre os verdadeiros social-democratas de base, com rosto humanista, por que Sá Carneiro tanto pugnou», interrogando-se mesmo «como foi possível Cavaco Silva chegar e manter-se ainda líder do PSD nacional, sem nunca ter apresentado qualquer projecto que traduzisse um modelo de actuação futura, dentro do programa e filosofia social-democrata».
Com amigos destes o prof. Cavaco Silva não precisa... de inimigos.

Números

Miguel Cadilhe, o conhecido mago das Finanças do Governo de Cavaco Silva, é tu cá tu lá com a matemática. Cozinhados ou ao natural, não há algarismos que lhe escorreguem das mãos e não façam o número que ele quiser. Desta vez, frente a 150 empresários nortenhos, descobriu que Portugal neste momento «está com uma dívida líquida quase nula perante o estrangeiro». Ainda o auditório não se tinha refeito da novidade (interrogando-se sobre o estado da dívida sólida, visto que a líquida se evaporara), já Cadilhe lhes atirava à cara que os empresários «nunca ganharam tanto dinheiro e nunca o reinvestiram tanto como nestes últimos quatro anos» e que «certos empresários do comércio e muitos empresários da construção civil conseguiram taxas de crescimento de 30 ou 40% ao ano nos últimos três anos no volume de negócios». Dali pulou para o crédito que, apesar de continuar inacessível segundo as queixas dos próprios empresários, para Cadilhe aumentou «cerca de 48% relativamente a 1987».
Quanto às famílias portuguesas, vivem «o melhor período de sempre» sob a alçada deste Governo (talvez fosse por isso que ficaram massivamente em casa nas últimas eleições, entretidos a gozar «o melhor período de sempre»).
Pelos vistos já não basta ao ministro furtar-se à sisa: agora também quer escapar ao siso.



Gazetilha

por Ignotus Sum

A Fundação

O engenheiro Kruz
está sempre em ebulição
Agora teve esta ideia de truz:
fazer uma Fundação

Mas logo — quem diria! —
nesse dia
de treta
e berbicacho
um prédio, mais um prédio lisboeta,
coitado, foi-se abaixo...

Já estou a perceber!
Já entendo a razão!
Não é uma **Fundação** o que ele quer:
o que ele quer é uma **afundação...**

O Buraco

Buracos? Essa é boa!
Nisso, Abecassis é uma fera.
Nas finanças da Câmara de Lisboa
surgiu mais um buraco — uma cratera...

Os buracos ali são mais sisudos
Sempre para crescer, estão eles prontos
não em simples escudos
mas em milhões de contos...

Mas é bem diferente a condição
desta gestão mais reles:
eles não fazem o buraco, não
— o buraco são eles...

O Fundo ao fundo

Foi muito do Fundo ao fundo
tão fundo que ninguém sabe.
Quem mandou ao fundo o Fundo
no fundo, a culpa a quem cabe?

Do reino da CEE
veio o dinheiro do Fundo
Mas antes de se dar fé
foi muito do Fundo ao fundo...

Para melhor ir ao fundo
grande é o bolso onde isso cabe
tanto que ficou o Fundo
tão fundo que ninguém sabe...

Diz um que a outro é que dói
outro nomeia um segundo
e esse diz que outro é que foi
quem mandou ao fundo o Fundo...

Ou Peneda ou Amaral
e alguém que inda não se sabe
meus senhores, afinal
no fundo, a culpa a quem cabe?

Quem desestabiliza...

Em medos, em fantasmas, em patranhas,
uma certa política se esfuma
Neste país de cousas tão estranhas
ouve-se cada uma...

Arranca-nos Cavaco o coiro e a pelo.
Ataca, ofende, pisa.
Mas então sabeis vós, segundo ele,
quem desestabiliza?

Pois a causa do mal deste país
o grande Belzebu
Cavaco o diz:
é a CDU...

Assim o medo fica posto a nu.
Vê-se a serpente já dentro do ovo
porque ele, quando diz a CDU
quer dizer povo...

Agenda /

Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 809
29 de Junho de 1989
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

a festa!

Aí estão as jornadas de trabalho!

Plenário em Espinho

Plenário de militantes da Organização Concelhia de Espinho para discussão e indicação dos cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal e às Assembleias de Freguesia de Espinho e Anta: sexta-feira às 21.45 no Centro de Trabalho de Espinho.

Conselho Consultivo da CDU

Realiza-se no próximo sábado, com início às 14.30, no Hotel Sheraton em Lisboa, uma reunião do **Conselho Consultivo Nacional da CDU** com o objectivo de debater a evolução da situação política, a campanha eleitoral para o Parlamento Europeu e a preparação das eleições autárquicas.

Festa Amiga em Pinhal Novo

Nos dias 30 de Junho e 1 e 2 de Julho.
Ranchos folclóricos da região de Palmela.
Música popular portuguesa.
Quermesse, artesanato, Espaço Jovem.
Comício no domingo às 18.00
com intervenção do camarada **Luís Sá**
(organização PCP/JCP da freguesia de Pinhal Novo)

LEI DOS DESPEDIMENTOS
em vigor a partir de 28/6

SOS DO TRABALHADOR:
(sindicalizado ou não)
32 28 79

UM APOIO AO TEU SERVIÇO

Se onde trabalhas querem aplicar a nova lei,
NÃO HESITES
• Damos-te um primeiro esclarecimento
• estudaremos o caso
• encaminharemos para o Sindicato do sector que fará o acompanhamento e o apoio jurídico
• NÃO FICARÁS MAIS SOZINHO. Damos-te a eficácia da acção Sindical CGTP

SINDICALIZA-TE
CGTP
É + SEGURO!

USL/CGTP-IN

Os trabalhadores, sindicalizados ou não, contam desde ontem com um telefone especial para apoio em situações de ameaça de despedimento. A iniciativa é da União dos Sindicatos de Lisboa CGTP-IN, que assim se propõe esclarecer sobre a aplicação da nova Lei de Despedimentos e os cuidados que cada um deve ter no seu próprio caso.

Cada caso comunicado pelo telefone SOS do trabalhador será posteriormente estudado e encaminhado para o sindicato do sector que concretizará o acompanhamento e o apoio jurídico específico.

ANTOLOGIA

«E com quem é que se fala lá na ONU?»

G. OGORODNIKOV, *URSS, in «Krokodilo» revista de Humor, n.º 21 de 1988.*

TV O Programa

Quinta 29

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique** (153 epis.)
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.40 – **Um Anjo na Terra** (12.º epis.)
14.15 – **Desconhecidos** (série 2.º epis.)
14.40 – **Os Anos que Contam**
15.05 – **Festival Rock Midem 89**
16.00 – **America Selvagem** (13.º epis.)
16.30 – **Ponto Por Ponto**
17.25 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**

20.20 – **Sassaricando** (72.º epis.)
21.15 – **À Conquista da Última Fronteira** (série, 1.º epis.)
22.15 – **Festas de Lisboa**
23.25 – **24 Horas**
23.55 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **O Grande Sertão: Veredas** (repetição, 12.º epis.)
16.30 – **Lá em Casa Tudo Bem**

16.55 – **Sinhá Moça** (88.º epis.)
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **TV 101** (8.º epis.)
19.00 – **Music Box**
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**

21.30 – **Maude**
22.00 – **Hora da Verdade**
23.00 – **Hitchcock Apresenta...**
23.30 – **Primeiro Andamento.**

Sexta 30

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**

13.30 – **Gloss** (3.º epis.)
14.25 – **Imagem e Imagens**
15.05 – **Midem 89**
16.05 – **America Selvagem**
16.30 – **Ponto Por Ponto**
17.25 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Sassaricando**
21.15 – **Telemundo**
21.45 – **Festival da Canção de Lisboa**
23.45 – **24 Horas**
00.15 – **Remate**
24.00 – **Pela Noite Dentro** — «Johnny Bull», real. Claudia Weill (EUA/1987, 96 min.).

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora, Escola**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **A Aventura do Impossível** (2.º epis.)
19.00 – **Haja Música**
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**

21.30 – **Um Homem dos Diabos** (2.º epis.)
22.30 – **Rumo aos Céus** (5.º epis.)
23.20 – **Entre Barreiras**
23.50 – **Rotações.**

Sábado 1

RTP1

09.00 – **Juventude e Família** (Desporto e Ciência, Era uma Vez a Vida, O Safari do João Valentão, Turbo Teen, As Aventuras de Teddy Ruxpin, Get Smart)
12.05 – **A Grande Aventura**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Recordes Guiness**
13.35 – **Parlamento**

14.05 – **Sessão da Tarde** — «O Filho de Sam»
16.10 – **Vivamúsica**
16.45 – **Crime, Disse Ela**
17.35 – **Circo**
19.10 – **Sete Folhas**
19.45 – **Totoloto**
20.00 – **Jornal de Sábado**
21.15 – **Boletim Meteorológico**
21.30 – **Mana Mouskouri**
22.30 – **Praia da China** (últ. epis.)
23.20 – **Cinema da Meia-Noite** — «Bruscamente no Verão Passado», real. Joseph L. Mankiewicz (G. Br./1959, 110 min.).

RTP2

09.00 – **Music Box**
09.55 – **A Malta de Bronx** (repetição, 9.º epis.)
10.45 – **Vestígios** (série, 4.º epis.)
11.40 – **A Nossa Turma**
12.50 – **Compacto Brega e Chique**
16.00 – **Estádio**
19.30 – **Quem Sai aos Seus**
19.55 – **Music Box**
20.50 – **Elogio da leitura**

21.15 – **A Saga do Padrinho** — (3.º epis.)
22.15 – **Segredos e Mistérios**
23.45 – **Especial Desporto** — Atletismo.

Domingo 2

RTP1

09.00 – **Juventude e Família**
11.15 – **Missa**
12.05 – **70 X 7**
12.30 – **TV Rural**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Por Todo o Ouro do Transval** (4.º epis.)

14.00 – **Alô, Alô**
14.30 – **Terra X**
15.25 – **1.º Festival de Folclore da Europa Comunitária**
17.00 – **Clube Amigos Disney**
19.00 – **O Justiceiro**
20.00 – **Jornal de Domingo**
20.30 – **Boletim Meteorológico**
20.35 – **Alf. Uma Coisa do Outro Mundo**

21.15 – **O Barco e o Sonho**
22.15 – **Domingo Desportivo.**

RTP2

09.00 – **Music Box**
10.00 – **Troféu**
13.00 – **Caminhos**
13.30 – **Novos Horizontes**
13.50 – **Veterinário da Província**
15.00 – **Music Box Especial** — Marc Bolan
16.00 – **Troféu**
18.00 – **Derrick** (16.º epis.)
18.50 – **O Mundo em Extinção**
19.45 – **17 Obras de Grandes Autores** — «Soldier's Home», de Hemmingway
20.35 – **Lusitânia Expresso**
21.05 – **Artes e Letras**
22.00 – **Cineclube** — «Les Parents Terribles», real. Jean Cocteau (França).

Segunda 3

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **A Rota de Howard**
14.15 – **A Brigada Falcão**
14.40 – **Os Anos Que Não Voltaram**
16.00 – **América Selvagem**
16.30 – **Ponto Por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Sassaricando**
21.15 – **A Grande Empresa** (1.º epis.)
23.15 – **Portugal Passado e Presente**
23.45 – **24 Horas**
00.15 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora Escolha**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **O Carro e o Sonho** (2.º e últ. parte)
19.00 – **Music Box Especial**
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Acerto de Contas** (Magazine de Economia)
22.00 – **Teatro** — «Mãe Coragem e os Seus Filhos», de Bertolt Brecht, encen. de João Lourenço, interp. de Eunice Muñoz e de outros actores do Teatro Nacional D. Maria II e Novo Grup.

Filmes

«Johnny Bull» — 6.ª, 24.00, RTP-1
«O Filho de Sam» — sáb., 14.05, RTP-1
«Bruscamente no Verão Passado» — sáb., 23.20, RTP-1
«Les Parents Terribles» — dom., 22.00, RTP-2
«A Lua na Valeta» — 3.ª, 22.00, RTP-2
«... E Justiça para Todos» — 4.ª, 21.25, RTP-1

Teatro

«Mãe Coragem e os seus Filhos» — 2.ª, 22.00, RTP-2

Música

Quinta
15.05, RTP-1: **Festival Rock do Midem 89 – I**
23.30, RTP-2: **Primeiro Andamento**

Sexta
15.05, RTP-1: **Midem 89 – II**

Sábado
09.00, RTP-2: **Music Box**
16.10, RTP-1: **Vivamúsica**
19.55, RTP-2: **Music Box**

Segunda
19.00, RTP-2: **Music Box**

Terça
15.05, RTP-1: **Festival de Ankara**
16.25, RTP-2: **Magazine Musical**
18.00, RTP-2: **Music Box**

Quarta
15.05, RTP-1: **Festival de Ankara**
23.15, RTP-2: **Música n'América**

Desporto

Remate — RTP-1, 5.ª (23.45), 6.ª (00.15), 2.ª (23.45), 3.ª (23.45) e 4.ª (00.35).
Rotações — RTP-2, 6.ª, 23.50
Estádio — RTP-2, sáb., 16.00
Troféu — RTP-2, dom. (10.00 e 16.00)
Atletismo: RTP-2, sáb., 23.45

Terça 4

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Dallas**
14.15 – **Os Filhos dos Flintstones**
14.40 – **Um Certo Sorriso**
15.05 – **Festival de Ankara**
16.00 – **America Selvagem**
16.30 – **Ponto Por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Metereológico**
20.20 – **Sassaricando**
21.15 – **Era Uma Vez um Polícia** (3.º epis.)
22.10 – **Primeira Página**
23.15 – **Armadinhas**
23.45 – **24 Horas**
00.15 – **Remate.**

RTP2

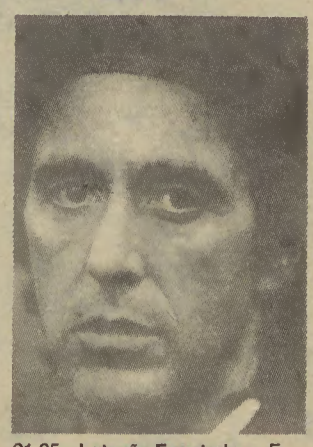
15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Rumo aos Céus** (2.º epis.)
16.25 – **Magazine Musical**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.30 – **Trinta Minutos Com**
18.00 – **Music Box** (Via Rápida)
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grande Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Cine Magazine**

22.00 – **Cinemadois:** «A Lua na Valeta», real. Jean-Jacques Beineix (França/Itália, 1983, 132 min.).

Quarta 5

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Colt em Acção** (3.º epis.)
14.15 – **Os Campbells** (6.º epis.)
14.45 – **Festas e Romarias de Portugal**
15.05 – **Festival de Ankara**
16.00 – **America Selvagem**
16.30 – **Ponto Por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Sassaricando**
21.10 – **Vamos Jogar no Totobola**



21.25 – **Lotação Esgotada** «...E Justiça para Todos», real. Norman Jewison (EUA/1979, 115 min.)
00.05 – **24 Horas**
00.35 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora, Escolha**
15.55 – **Sinhá Moça**
17.35 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **O Rio Amarelo**
19.00 – **Music Box**
19.55 – **Os Intocáveis** (60.º epis.)
20.45 – **Cem Grande Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Grande Sertão: Veredas** (16.º epis.)
23.15 – **Música n'América.**

Teatro O Cartaz

• **LISBOA**

Casa da Comédia, R. S. Francisco Borja, 24. De 5.ª a dom. às 21.15, sáb. e dom. às 17.00. **O Irmão**, de David Mourão-Ferreira, enc. João Ávila.

Casa dos Tabuenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00 **Um Demónio na Vitrine**, de Fialho de Almeida, dramat. Manuel João Gomes, enc. Silvina Pereira, pelo Teatro Maizum.

Ritz Club, Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom. às 22.00. **Comunidade**, de Luiz Pacheco, encen. José Carretas.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00 **A Marmita de Papin**, de Clara Pinto Correia, enc. Fernando Gomes.

Teatro do Bairro Alto, Rua Ten. Raul Cascais. De 3.ª a 6.ª às 21.30, dom. às 16.00. **O Público**, de Federico García Lorca, enc. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro da Comuna, Praça de Espanha. *Sala 2* — 6.ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16.00. **Estilhaços**, de Mário de Carvalho, enc. João Brites, pelo Bando.

Teatro Ibérico, Rua de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **A Castro**, de António Ferreira, enc. Blanco Xil.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 20.30 e 23.00; dom. às 16.e 21.30. **Quem Tramou o Comendador.**

Teatro da Trindade, Rua Nova da Trindade. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Artistas e Admiradores**, de Alexandre Ostrovsky, enc. Luzia Maria Martins, pelo Teatro Estúdio de Lisboa (até 9/7).

Teatro Villaret, Av. Fontes P. de Melo, 31-A. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nené**, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.

• **ESTORIL**

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Figueiredo, Monte Estoril. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Lisístrata**, de Aristófanes, enc. Carlos Avilez, pelo TEC.

• **PORTO**

Tearto, Rua do Heroísmo, 86. De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **O Paraíso Não Está à Vista**, de R. W. Fassbinder, enc. Rogério de Carvalho. De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00.

Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Eles Vivem!	★★★	★★★★	—	★★★
B	Encontro de Irmãos	—	★★	★★★	★★★
C	Um Grito de Coragem	—	★★	—	—
D	Histórias de Nova Iorque	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★★
E	Irmãos Inseparáveis	★★★★	★★★★	—	—
E	Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos	—	★★★★		★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. John Carpenter – **Amoreiras/2** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00) – – **Lisboa.**
B — Real. Barry Levinson – **Amoreiras/6** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Estúdio** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**
C — Real. Fred Schepisi – **King/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**
D — Real. M. Scorcese, F.F. Coppola e W. Allen – **Quarteto** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.30) – **S. Jorge/2** (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), – **Lisboa.**
E — Real. David Cronenberg – **Alfa/Clube** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00). **Amoreiras/5** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) – **Mundial/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45). **Lisboa.**
F — Real. Pedro Almodôvar – **Amoreiras/8** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.30, 00.15), **Las Vegas/1** (15.15, 18.30, 21.30), **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) **Quarteto/2** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**

...e ainda

Música, debates, etc.

Festas do Barreiro

Até ao próximo domingo decorrem ainda as Festas do Barreiro, iniciativa da Câmara Municipal que mais uma vez soube chamar à colaboração outras entidades com intervenção regular na vida associativa e cultural da cidade. É o caso, a destacar, da Juventude, que organizou e mantém em funcionamento o seu próprio espaço polivalente.

Nestas festas, inovador é o Coreto, um palco exclusivamente dos artistas barreirenses — dos grupos corais e tunas, conjuntos de rock e de MPP aos de bailado, com concertos diários às 22 horas.

Num outro palco, o do Auditório, também sempre às 22 horas, passam os grandes espectáculos — e em destaque o de amanhã, com o **Decateto de Mário Laginha.**

E há ainda cinema — este ano integralmente *western*. Até domingo, sempre às 22 horas, exibem-se ainda «Silverado», «Lucky Luke — A Balada dos Dalton», «O Último Comboio de Gun Hil» e «O Triunfo do Homem Chamada Cavalo».

Teatro em Almada

Com o concurso de 16 companhias de teatro, 8 das quais estrangeiras, inicia-se na próxima terça-feira, dia 4, e prolonga-se até 18 a **6.ª Festa de Teatro de Almada,** mais uma vez organizada pela Companhia de Teatro de Almada e pela Câmara Municipal de Almada.

O festival vai ter palcos no Teatro Municipal e no belo Palácio da Cerca, fronteiro ao Tejo e às colinas de Lisboa, onde decorrerão não apenas espectáculos de teatro mas ainda concertos, recitais de poesia e espectáculos de bailado e circo.

Entre as companhias presentes estarão pela primeira vez um grupo da URSS — o Teatr Memento, de Moscovo — e o Studentina Theater, da Universidade de Sófia, que apresentará «A Ópera de Três Vinténs», de Brecht.

A Companhia de Teatro de Almada, por seu lado, a encerrar o festival estreia a peça de Eugene O'Neill «Marco Milhão».

Ritmos do Planeta

Para uma pequena série de espectáculos encontra-se em Portugal o conjunto de dança soviético «Ritmos do Planeta», de Tula — 30 bailarinos dando corpo a um espectáculo de danças populares russas e de outros países, cujo primeiro cartão de recomendação é a circunstância de ser dirigido por um talentoso aluno de Igor Moiseyev, garantindo um elevado nível de originalidade e profissionalismo. Acresce o êxito alcançado em numerosos países europeus, em Cuba, na Índia, na Austrália, onde sempre têm sido destacadas a modernidade e originalidade das interpretações do grupo.

Os espectáculos realizam-se hoje em **Évora,** em **Faro** no dia 30, em **Lagos** no dia 1, em **Portimão** no dia 2 e no dia 4 em **Almada** — este na SFUAP, às 21.30, com entrada livre —, e no dia 6 no Casino Estoril.

Cicloturismo-IN

No próximo domingo ei-los que exercem o direito aos tempos-livres por que (também) se batem em inúmeros domingos super-ocupados: eles, os funcionários e dirigentes da CGTP-IN, vão fazer uma prova de cicloturismo com partida do Terreiro do Paço às 9, rumo a Algés e a Belém, onde — junto à Torre — farão um pic-nic para retemperar forças. Pelo que, evidentemente, é conveniente transportar farnel — excluindo bebidas, que, essas, o Núcleo de Desporto e Tempos Livres providenciará para que não faltem em Belém.

Quem não possa, não saiba ou não queira ir de bicicleta, pode ainda asim pegar num farnel, apanhar o eléctrico ou o comboio e aparecer junto à Torre de Belém.

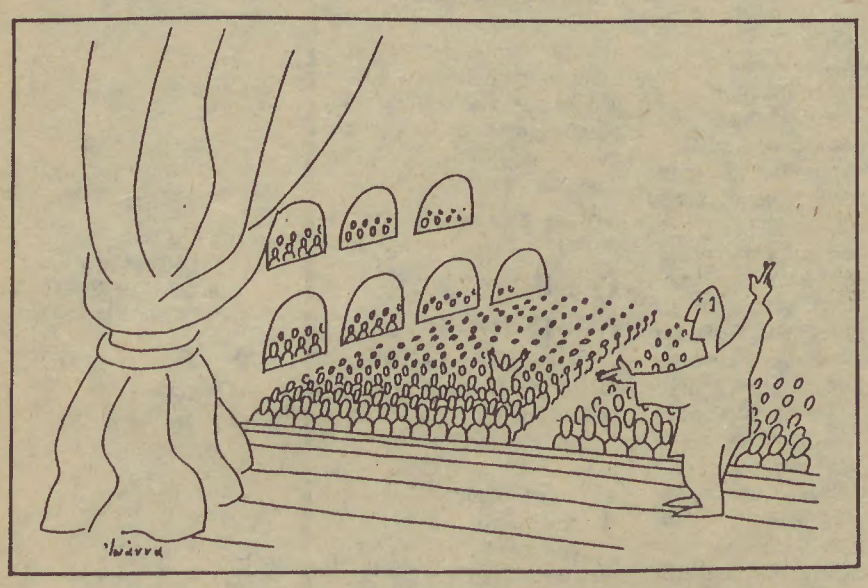
Feira de Velharias

Organizada pela Comissão Distrital de Viana do Castelo do PCP, vai decorrer, no próximo fim-de-semana (sexta, sábado e domingo) a 2.ª-Feira de Velharias desta cidade. O certame terá lugar no Jardim D. Fernando, espaço de sombras aprazíveis, situado junto do Campo d'Agonia.

Vianeses e turistas nacionais e estrangeiros terão assim nova oportunidade de, apreciar e adquirir novos objectos velhos ou usados, expostos e distribuídos pelos 12 pavilhões instalados no recinto.

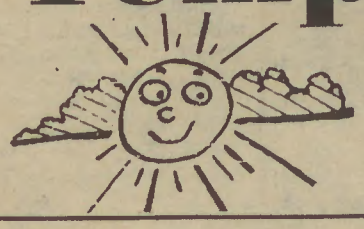
Considerando que esta iniciativa não tem meros objectivos comerciais, a organização promoverá, em todas as noites da feira, realizações de animação cultural, sendo de destacar a actuação de grupos de música popular, tanto de raiz rural como de motivação urbana.

Se é sensível aos valores patrimoniais, se pensa adquirir um objecto «fora de moda» para decorar a sua casa ou completar um conjunto raro, se quer passar um serão divertido fora de portas — esta é a oportunidade!



Tempo

Fim de Semana



Para sábado e domingo céu pouco nublado ou limpo, temporariamente muito nublado. Pequena descida de temperatura no sábado e possibilidades de trovoada no domingo no interior norte e centro.

(Antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Exposições...

• **LISBOA**

Amália Rodrigues – 50 Anos – A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18.

Ângela Garcia – Pintura em batik. Gal. Espiral, Praça Ilha do Faial, 14. De 2.ª a sáb. das 12 às 21.30.

Bernardo Marques – Retrospectiva de desenho (1920-1962). Galeria do Museu do CAM. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Carlos Afonso Dias – Fotografia. Galeria Ether, Rua Rodrigo da Fonseca, 25. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 1/7)

Carlos Carneiro – Pintura. Alliance Française, Rua Braamcamp, 13, 1.º. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30 (até 21/7)

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30

«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» – No Museu Nacional do Teatro (Estrada do Lumiar, 10), de 3.ª a dom., das 10 às 13 e das 14.30 às 17 horas.

Cristina Maldonado – Pintura. Gal. Príncipe Real, Pr. Príncipe Real, 32. De 2.ª a sáb. das 14 às 20 (até 30/6)

Eduardo Luiz – Pintura Gal. Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 20

Escultura Contemporânea Americana. (Colectiva integrada nos Encontros Luso-Americanos de Arte Contemporânea). das 11 às 13 e das 15 às 20, 2.ª das 15 às 20 (até 4/7)

Gravuras Italianas do Séc. XVII. – Museu Nacional de Arte Antiga, Rua das Janelas Verdes (até 30/7)

Isidro Bigares – Pintura. Galeria de Arte dos CTT, Forum Picoas. De 2.ª a 6.ª das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19 (até 8/7)

José Pedro Croft e Rui Sanches – Escultura. Gal. Alda Cortez, Largo de Santos, 1. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 4/7)

Lima de Carvalho – Pintura. Galeria de S. Mamede, Rua da Escola Politécnica, 167. De 2.ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19

Livros Antigos Portugueses (impressos e manuscritos) sobre a História dos Descobrimentos. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

Livros Portugueses de Cozinha – Bibliográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 10 às 19 (até Julho)

Louro Artur – Desenho e pintura. Gal. «Diário de Notícias», R. António Maria Cardoso, 41. De 2.ª a 6.ª das 10 às 12.30 e das 14.30 às 18.30, sáb. das 10 às 12.30. (4/7)

Manuela de Sena – Pintura. Livraria Barata, Av. de Roma, 11.

Maria João Franco – Pintura. Gal. S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 24/7)

Maria Keil – Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus, 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17

Salão de pintura «naif» no Estoril

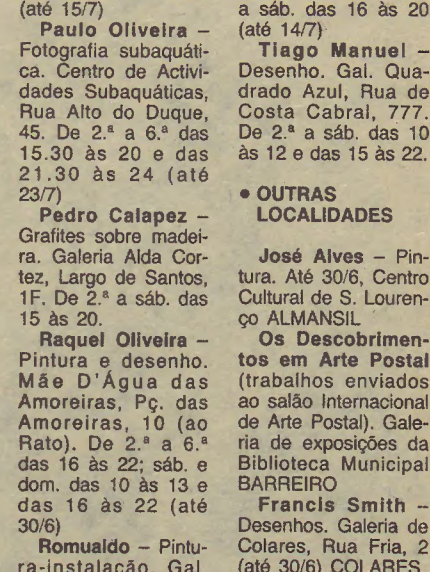
Fundação Calouste Gulbenkian, piso 0. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 9/7)

Esculturas de alunos do AR.CO (Francisco Peres, Gilberto Reis, Noémia Leal, Paulo Ferreira)

Félix Marques — Pintura. Galeria da Biblioteca Nacional, 1.º piso. De 2.ª a sáb. das 9.45 às 20.00

Gilberto Zorio (Itália) – Pintura. Gal. Cómicos, Rua Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 1/7)

Guillermo Vélez-Mejía (Colômbia) – Pintura. Gal. S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 3.ª a sáb.



A carreira de Amália evocada no Museu do Teatro

Marta Wengorovius – Pintura e desenho. Gal. Módulo, Calç. dos Mestres, 34. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 8/7)

Miguel Horta – Pintura. Gal. Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20 (até 30/6)

Paula Rego – Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 111. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 15/7)

Paulo Oliveira – Fotografia subaquática. Centro de Actividades Subaquáticas, Rua Alto do Duque, 45. De 2.ª a 6.ª das 15.30 às 20 e das 21.30 às 24 (até 23/7)

Pedro Calapez – Grafites sobre madeira. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1F. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

Raquel Oliveira – Pintura e desenho. Mãe D'Água das Amoreiras, Pç. das Amoreiras, 10 (ao Rato). De 2.ª a 6.ª das 16 às 22; sáb. e dom. das 10 às 13 e das 16 às 22 (até 30/6)

Romualdo – Pintura-instalação. Gal. Novo Século, R. do Século, 23. De 2.ª a sáb. das 14 às 20 (até 6/7)

Sérgio Taborda – Escultura. Galeria Tapeçarias Portalegre, Rua da Academia das Ciências, 2-J. de 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30 (até 24/7)

Três Escultores Portugueses (António Campos Rosado, Pedro Campos Rosado e Rui Sanches – exposição integrada nos Encontros Luso-Americanos de Arte Contemporânea). Galeria Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 9/6)

• **PORTO**

As Artes na Televisão – das artes tradicionais ao vídeo, «exposição-espectáculo» produzida pelos museus Stedeleijk de Amsterdão e de Arte Contemporânea de Los Angeles. Casa de Serralves, Rua de Serralves. De 3.ª a dom. das 14 às 20.

Gracinda Candeias – Pintura. Gal. Nasoni, Rua Galeria Paris, 80. De 2.ª a 6.ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30 (até 3/7)

Rui Paes – Pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 14/7)

Tiago Manuel – Desenho. Gal. Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777. De 2.ª a sáb. das 10 às 12 e das 15 às 22.

• **OUTRAS LOCALIDADES**

José Alves – Pintura. Até 30/6, Centro Cultural de S. Lourenço ALMANSIL

Os Descobrimentos em Arte Postal (trabalhos enviados ao salão Internacional de Arte Postal). Galeria de exposições da Biblioteca Municipal BARREIRO

Francis Smith – Desenhos. Galeria de Colares, Rua Fria, 2 (até 30/6) COLARES

Isabel Augusta – Desenho. Gal. Arcada, Arcadas do Parque, 18 (até 4/7) ESTORIL

IX Salão Nacional de Pintura Naif. Casino Estoril. Das 15 às 24 (até 5/7) ESTORIL

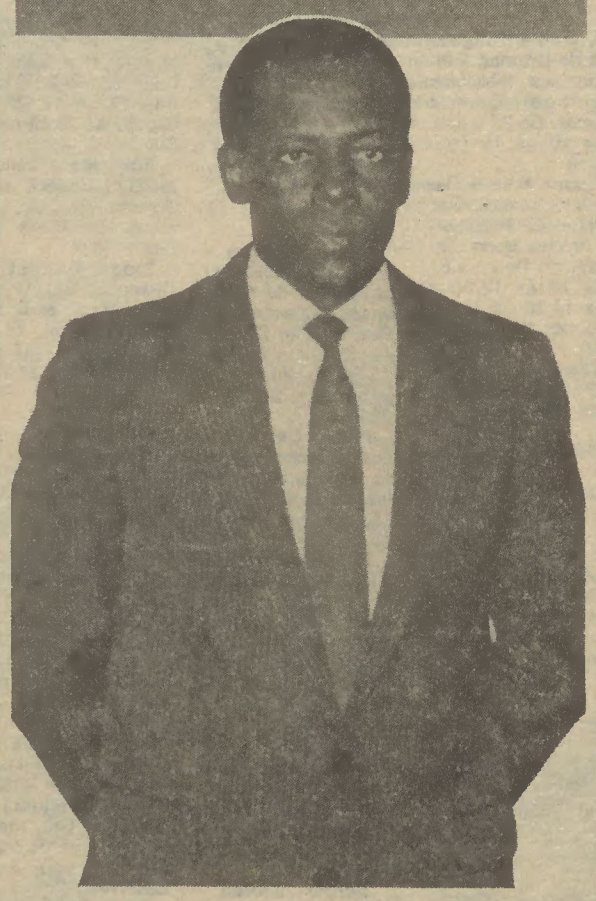
Louro Artur – Pintura. Gal. Arte Roca MARINHA GRANDE

Alberto Cidrães – Cerâmica/escultura. Gal. Espiral, Rua Cândido dos Reis, 90. De 2.ª a sáb. das 10 às 14 e das 15 às 19 (até 1/7) OEIRAS

Luís Andrade – Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA

Colectiva de pintura – Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19. TORRES VEDRAS.

Edições Avante!
Colecção «Paz e Socialismo»
JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS
A LUTA DO POVO PELA UNIDADE E PELO SOCIALISMO



A LUTA DO POVO PELA UNIDADE E PELO SOCIALISMO

Textos de

José Eduardo dos Santos

Síntese semanal da IMPRENSA

Barqueiros e o «diálogo»

Esta semana ficará marcada pela violência. Em Barqueiros. A mando, a GNR espancou, feriu e matou. Certamente que não foram os «tiros para o ar» de alguns jornais que assassinaram o jovem Carlos Simões. Barqueiros fica já como exemplo do «diálogo» do Governo com o povo. Na Assembleia da República, o PSD absteve-se de condenar a violência.

Sinos a rebate

«Barqueiros não consentirá que os interesses da freguesia e a vontade do seu povo sejam expropriados, seja pelo Governo seja por quem for, nem que ocupem a freguesia com batalhões de GNR», disse-nos indignado um residente que assistia, no Café Central, ao relato da agressão de que fora vítima, em pleno trabalho, o empregado das bombas de gasolina.

Três detenções conhecidas e 15 pessoas feridas à bastonada era o balanço da situação ao fim da tarde de ontem, na freguesia do concelho barcelense, onde mais uma vez forças da GNR protegeram uma brigada da empresa Mibal, que tentou o recomeço da exploração do caulino em duas quintas do centro da localidade expropriadas para esse fim.

A primeira detenção deu-se na igreja, onde a GNR encontrou uma mulher que acusou de estar a tocar os sinos a rebate. Os sinos tocaram antes, durante e depois da detenção e, para tanto, com a porta da torre sineira fechada, um jovem barqueirense trepou até ao topo pelo cabo do pára-raios.

(...)

Foi para demonstrar que a localidade estava cercada que, pouco depois das 11 horas, se tocou o sino a rebate. «Concentrada a população junto da igreja, em menos de 10 minutos apareceram os guardas» informou-nos um dos responsáveis locais.

Logo a seguir deu-se a primeira carga da GNR. Refira-se que a concentração não afectava a zona onde uma patrulha da GNR, ali colocada com essa finalidade, protegia a brigada da Mibal.

O director-geral do Ambiente, Manuel Rodrigues, que se deslocou à zona «numa carrinha com mais cinco ou seis pessoas», abordado pela presidente da Junta de Freguesia «nem sequer respondeu».

Os sinos continuaram a tocar a rebate e por volta das 14 horas, após algumas tentativas de corte de estrada feitas por populares no sentido de Barcelos e no da Póvoa de Varzim, verificou-se segunda carga que António Cardoso, da Associação de Defesa do Ambiente, ele próprio ferido à bastonada, classificou-a de «selvática».

As agressões estenderam-se a áreas e a pessoas muito afastadas do local da concentração. Nas bombas de gasolina, o empregado da bomba e o cliente, um homem de Estela (freguesia da Póvoa do Varzim), foram espancados. A mulher do empregado, que veio em seu auxílio, foi detida.

«Agarraram-lhe pelo peito e atiraram-na para o jipe como quem atira um saco de batatas», disse indignado o marido, que às cinco da tarde ainda não sabia da mulher.

No Café Central, ponto afastado da igreja, a GNR intimou os frequentadores a abandonarem o recinto em dois minutos segundo o dono do estabelecimento.

«Agrediram-se e agrediram a eito quem aqui estava, pacificamente, velhos, mulheres e até crianças», queixou-se-nos um habitante da freguesia de Rio Tinto que ali se encontrava de passagem.

(«o diário», 27 de Junho)

«Nem as crianças respeitam»

Um ferido grave e 12 ligeiros é o balanço dos confrontos entre a GNR e a população de Barqueiros, registados durante todo o dia de ontem, naquela freguesia do concelho de Barcelos.

Ao fim da tarde, um tiro disparado ao que se presume por um soldado da GNR atingiu um popular no crâneo. Carlos Simões foi transportado pelos bombeiros de Fão, desde o Hospital de Fafe para o Hospial de S. João, no Porto, onde ficou internado na urgência em estado considerado crítico.

Para além daquele caso, nos confrontos registados posteriormente entre a GNR e a população resultaram 12 feridos que foram assistidos nos hospitais de Barcelos, Esposende e Póvoa do Varzim. Nessa altura os guardas dispararam seis tiros enquanto a população arremessava pedras na direcção dos militares.

Nenhum destes feridos aparentava ferimentos graves, segundo informou uma fonte dos bombeiros de Barcelos que acrescentou não serem visíveis «lesões abertas ou fracturas».

Costas negras e marcas de sangue pisado pelas bastonadas foram outros dos sinais deixados pela GNR em diversos populares, numa actuação que não se limitou aos habitantes da freguesia.

Terão sido igualmente disparados tiros para o ar. Tal iniciativa «visava desimpedir o centro da povoação, ocupado desde a manhã por uma manifestação que protestava contra o início da actividade da empresa exploradora de caulino, «Mibal».

A GNR instalou-se na povoação cortando momentaneamente as estradas e mantendo o controlo sobre os automóveis que continuavam a circular. Foram feitas detenções entre os manifestantes que se encontravam no centro da vila e que entretanto dispersaram pela freguesia. Segundo o «CM» conseguiu apurar junto de fonte fidedigna, três pessoas foram presas, dois homens — Rosa Rodrigues e Carlos Catarino — e uma mulher, tendo sido enviadas a Tribunal. O elemento do sexo feminino, Carminda Pereira, foi detida na Igreja quando tocava o sino. As outras duas pessoas são acusadas de terem «apedrejado e injuriado» elementos da GNR, segundo fonte da própria guarda.

Segundo se sabe, as forças da ordem investiram duas vezes à bastonada, atacando os populares que se refugiaram nos cafés e residências particulares.

«É uma pancadaria cega o que a GNR fez pois nem as crianças respeita nas suas investidas» — referiu um proprietário de um café local, prosseguindo — «as crianças levantavam as mãos mas nem mesmo isso bastou para evitar que sofressem com a sua fúria».

(«Correio da Manhã» 27 de Junho)

«Para evitar reacções»...

Um ferido grave e 13 ligeiros é o resultado dos confrontos entre a GNR e a população de Barqueiros, ocorridos ontem. O ferido grave, Carlos Manheta Simões, de 20 anos, que tinha saído recentemente da tropa, encontra-se em coma profundo, uma situação irreversível, no Hospital de S. João, no Porto, e não tem «indicação operatória».

Uma fonte hospitalar revelou, ontem à noite, ao DN, que Carlos Simões «não deve passar desta noite». No entanto, adiantou a mesma fonte, «caso venha a falecer, o facto não será de imediato divulgado» para evitar reacções que a notícia poderia causar.

O tiro que atingiu Carlos Simões e lhe perfurou o crâneo foi o último de seis, disparados pela GNR, quando a população atirou algumas pedras em direcção das forças da Guarda.

Uma testemunha ocular afirmou ter visto a GNR transportar o corpo de Carlos Simões, como se «fosse um saco de batatas».

Repórteres fotográficos e um operador de imagem da RTP foram ontem impedidos pela GNR de colher imagens dos acontecimentos.

Entretanto, a GNR não deixou a população sair à rua ontem à noite. O ambiente era de pânico, amargura e tristeza, receando-se que a situação venha a tomar proporções mais graves, disse ao DN o ex-presidente da Junta de Freguesia da vila.

(«Diário de Notícias», 27 de Junho)

O PSD absteve-se...

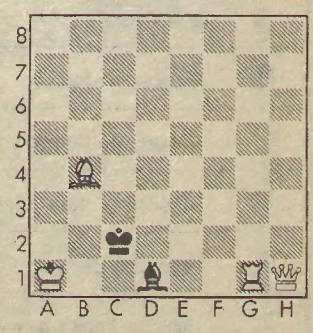
Depois de tocarem a rebate, os sinos de Barqueiros dobraram ontem a finados pela morte de Carlos Simões, assassinado pela GNR, como se diz na localidade, «a mando do Governo PSD».

Uma comissão de deputados da Assembleia da República vai deslocar-se a Barqueiros para se inteirar em pormenor da situação que se vive naquela freguesia e elaborar um relatório a apresentar em plenário até ao próximo dia 7 de Julho. Votos de pesar e protesto pelos acontecimentos de Barqueiros também foram ontem aprovados na AR. O PSD absteve-se.

(«o diário», 28 de Junho)

Xadrez

CCVIII – 29 de Junho de 1989
Proposição N.º 208/A
Por: Philip H. Williams
«Birmingham», 1897
Pr.: [2]: Bd1-Rç2
Br.: [4]: Bb4-Tg1-Dh1-Ra1

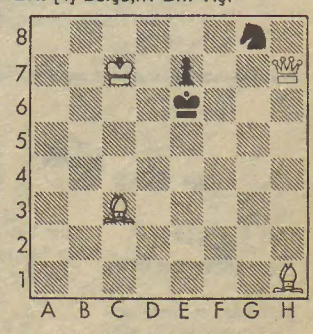


Mate em 2 lances

* * *

Proposição N.º 208/B

Por: L.J. (K.A.L.) Kubbel
«Deutsches Wochenschach», 1909
Pr.: [3]: Pé7-Cg8-Ré6
Br.: [4] Bs.ç3,h1-Dh7-Rç7



Mate em 3 lances

* * *

Soluções do CCVIII

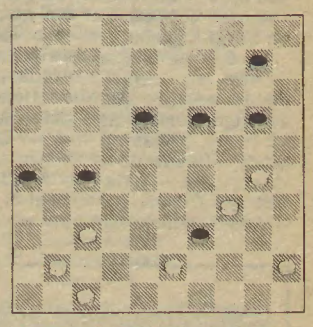
N.º 208/A: Chave: 1. Tg4!
1. ..., B:g4; **2.** Db1++
1. ..., Rb3; **2.** D:d1++
1. ..., Rb3; **2.** Dé4++
1. ..., Rç1; **2.** Tç4++

N.º 208/B:
1. Bh8,Cf6; **2.** Dg6,Ré5; **3.** De4++

A. de M.M.

Damas

CCVIII – 29 de Junho de 1989
Proposição N.º 208
Por: Tchiernaien
– 1948
Fonte: «Le Monde», 17-VI-89
Pr.: [7]: 10-18-19-20-26-27-39
Br.: [7]: 30-34-37-41-43-45-47

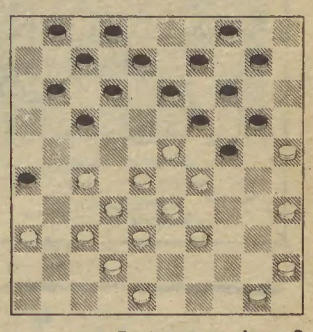


Jogam as Brancas e ganham

* * *

Golpe N.º 208
Por: Minaux
«Campeonato de França», 1980

Pr.: [16]: 1-2-4-7-8-9-10-11-12-13-14-17-19-20-24-26
Br.: [16]: 23-25-27-28-29-32-33-35-36-37-38-39-42-45-48-50



Jogam as Pretas e ganham 2

* * *

Soluções do N.º CCVIII
Miniatura N.º 208 (t.): 45-40 (39x48), 40x35 (48x31); 47-42 (31x48); 30-25 (48x30); 35x31 (26x46=D); 25x5=D+
Golpe N.º 208 (M.): (26x31); 37x26 (17-22); 28x6 (19x37); 42x31 (7x11); 6x17 (12x23) P+2.

A. de M.M.